

Termo de Abertura

Contém este livro cinquenta folhas, todas numeradas e por mim rubricadas e servirá para nele serem exaradas as actas das sessões do Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

O Presidente.

João Baptista de Oliveira

Favorecer do Conselho Fiscal.

Gerador de vapor - Fiscalização e construção. - Antes de entrar no número segundo da convocatória, o Senhor Presidente disse que desejava referir a proposta do Engenheiro Chefe dos Serviços de Estudos no sentido de se confiar a uma entidade idónea a incumbência de acasuar e verificar a construção e proceder à recepção do gerador de vapor, sugerindo a casa belga Vinçotte que sabe se encontra especialmente equipada para o efeito. Depois do assunto discutido, foi resolvido consultar não só a casa indicada como também as casas Blayd e Veritas igualmente de reconhecida competência, a fim de se analisarem as condições propostas e decidir sobre a matéria.

Apreciação das propostas de fornecimento do equipamento eléctrico e adjudicações. - O Senhor Presidente refere-se aos documentos que foram distribuídos, ou seja: relatórios dos serviços e resumo com a opinião do Engenheiro Chefe dos Serviços de Estudos.

Este propõe dividir a aquisição do equipamento em três adjudicações, a saber: Primeiro) - material da subestação de setenta e cinco KV (excepto os transformadores que já foram adjudicados). Dada a pequena importância de participação nacional indicada pela YNEL, atendendo à maior robustez dos disjuntores Delle e ao preço mais vantajoso oferecidos pela Cogelux, propõe a adjudicação a esta por quinhentos e setenta e cinco contos. Segundo) - Equipamento de dez KV do grupo do alternador. - Considera conveniente adquirir este material ao fornecedor do turbo-grupo, ou seja à Brown Boveri e Camfrankia. O custo deste equipamento é de noventa e oito contos, dos quais haverá vinte e oito por cento de material de fabricação nacional.

Terceiro) - Equipamento de Três KV, Baixa Tensão, corrente contínua, protecções, quadros de comando, aparelhagem diversa e cabos de interligação. - A proposta mais vantajosa é a da YNEL, por seis mil, quinhentos e setenta e cinco contos, com quarenta e sete por cento de material de fabricação nacional.

Os quadros de Três K.V. são equipados com disjuntores Sprechel e Schuh e os de Baixa Tensão com disjuntores Merlin e Gerin. Propõe a adjudicação à INEL que reune todas as condições para receber a adjudicação mas, a fim de assegurar a perfeita e boa execução do Trabalho, o fabrico dos quadros deverá ser feito segundo desenhos fornecidos pelos fabricantes dos disjuntores e implicitamente com o seu apoio técnico. A adjudicação ficaria ainda dependente do acordo prévio da Inel nos seguintes pontos: a) - Fixação de preços firmes; b) - Indicação de preços individuais para cada cela dos quadros, a fim de se corrigir o orçamento, de acordo com o que vier a ser definitivamente executado, visto que não estão ainda fixadas a distribuição e potências dos diversos auxiliares; - c) - Indicação também dos preços por metro de cabo. O Senhor Presidente diz não fazer sentido que o preço não seja firme uma vez que fazemos um pagamento adiantado que vai permitir ao fornecedor assegurar-se do material necessário à execução da encomenda. Quanto à fixação dos preços unitários só há vantagem por eliminar a possibilidade de discussões futuras. Qualizado o assunto detalhadamente, foram aprovadas as adjudicações nos termos propostos, devendo em relação à Inel e dado os preços nos compromentos dos prazos por virtude da aglomeração de trabalhos na Saprel, fazer-se a esta uma indicação do plano de trabalhos respeitantes à nossa encomenda, de forma a fixarem-se algumas fases intermédias da fabricação que permitam notificar se a sua marcha avança ou não atrezos e tomar providências adequadas a tempo.

Telas de barracha. - O Senhor Presidente informou estar a aguardar uma resposta da Luso-Belga sobre a possibilidade e condições de fornecimento de Telas transformadoras de fabricação nacional.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram onze horas e trinta minutos.

Então linhou-se a palavra "contos".

Em 'Lusitania Otrium' f
Antoni Luís Faria, Titular

Mauro

João B
Furtado & Almy

Acta n.º 36

Aos vinte e três de Abril de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dez horas e trinta minutos, reuniram em sessão, na sede

social, rua do Boirão numero setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Faes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farninos d'Almeida e Almeida Fialho, Vagos.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. O Senhor Presidente explicou que esta reunião tinha por fim decidir sobre as adjudicações de fornecimento dos equipamentos principais ainda não encomendados e sobre a revisão das encomendas do equipamento electrico. Tendo sido distribuidas oportunamente os relatórios dos serviços de Estudos sobre as propostas dos concorrentes ao fornecimento de cada um dos equipamentos, o Conselho está habilitado com os dados necessários ao exame e decisão sobre a matéria. Nestes termos, pôs à discussão os vários assuntos, os quais depois de analisados e discutidos foram objecto das resoluções seguintes:

Instalação de extracção e transporte hidrónico das jarras e eixos. - Foi resolvido fazer a adjudicação à Babcock pela quantia de sessenta e quatro mil quinhentas e setenta e duas libras, sujeita a correções posteriores, conforme se resolver quanto a accertos a fazer nas feitas antes à extensão do fornecimento. O fornecedor deve obrigarse a dar a instalação em condições de iniciar o funcionamento em um de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, data em que a caldeira deverá iniciar a sua marcha de ensaios.

Instalação para tratamento de água complementar e condicionamento de água das caldeiras. - De acordo com o relatório respectivo, foi aprovada a adjudicação à firma Babcock de um pressurizador de catiões Starvation; um filtro de arcia de pressão; uma instalação Mixed Bed De-mineralit; e uma instalação de condicionamento de água pelo fosfato e sulfato de sódio; tudo por nove mil quatrocentas e seis libras, sob a condição de acerto posterior, se o contador de água de alimentação incluído na aparelhagem de controle e regulação, a fornecer pela Stein e Roubaix, permitir a adaptação do dispositivo de comando de bomba de injeção dos reagentes. O prazo de fornecimento é de dez a doze meses nas fabricas, para o material; as instalações deverão estar em condições de regular e perfeito funcionamento antes de um de abril de mil novecentos e cinquenta e oito. Deverão ainda exigir-se as garantias ne-

cessárias de bom funcionamento e eficiência.

Fornecimento e montagem das tubagens de interligação.

Foi feita a adjudicação à Fabricom - Société Anonyme pour le Commerce et les Fabrications Industrielles - pelo valor que vier a determinar-se pela utilização dos materiais, na base de preços unitários oferecidos. No entanto, enquanto não se puder estabelecer com precisão a especificação do material a fornecer, será tomado como base o valor de cinco milhões seiscentos e vinte e três mil novecentos e setenta e oito francos belgas, para materiais FOB. Todo o material deverá estar em condições de ser embarcado no prazo máximo de doze meses a contar da adjudicação - vinte e cinco de Abril corrente. O adjudicatário comprometer-se-á a entregar as instalações prontas a funcionar no dia um de Abril de mil novecentos e cinquenta e oito.

Ponte rolante. - Foi aprovada a adjudicação da ponte rolante à firma Moniz da Maia e Vaz Juncos pelo preço global de mil seiscentos e trinta e cinco francos. A ponte rolante deverá estar montada e em condições de funcionamento no prazo máximo de quinze meses a contar da data da adjudicação.

Equipamento eléctrico. - Com o objectivo de concluir as adjudicações à Agência Geral de Material Eléctrico e a Edouard Dalphin do material, respectivamente, de sessenta e cinco KV e da aparelhagem de dez KV, com os barramentos, isoladores e acessórios necessários aos mesmos, os quais tinham ficado incluídos na encomenda a dar à Inel e por motivo da substituição do tipo de disjuntor D.E.B.E. e de se considerar convenientemente incluir na encomenda à Agência Geral de Material Eléctrico o lote de peças de reserva, foram revistos os valores das adjudicações autorizadas na sessão de dezasseis de Março findo e aprovados os seguintes: Agência Geral de Material Eléctrico, novecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta escudos; Edouard Dalphin, duzentos e trinta e cinco mil e quinhentos escudos; Inel, seis milhões cento e sessenta mil escudos; um total de sete milhões trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta escudos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão às onze horas e trinta minutos.

António Luís Pais de Sousa

1
 J. J. J.
 Engenheiro
 Concursatário

Acta n.º 37

Aos dois de Maio de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas onze horas e trinta minutos, reuniram-se em sessão, na sede social, Rua do Bolhão, numero setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Feres de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farias d'Almeida e Manuel Fialho, Vazais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. Aquisição de um transformador de quatrocentos KVA. - O Senhor Presidente disse que, de acordo com a nota dos Serviços, se verifica a necessidade de aumentar a potência do transformador de alimentação da baixa tensão das instalações de transporte e de manuseamento de carvão, visto que estas são accionadas exclusivamente por motores alimentados em baixa tensão, ao contrário do que se reunha quando se elaborou o caderno de encargos que previa a alimentação de parte das instalações a tres mil volts. O transformador deverá ter pois uma potência de quatrocentos KVA, pelo que se torna necessário substituir um dos transformadores de duzentos KVA, ficando este reservado para a alimentação do bairro e da founada. Concordando com a proposta e depois de ponderado o assunto, foi resolvido se encomendar um outro transformador de quatrocentos KVA à INEL.

Pessoal - Admissão de um terceiro escriptorário. - Expõe a necessidade de se admitir um novo escriptorário, o que se justifica pelo aumento de serviço em geral e em especial do que resulta da emissão de títulos, o Conselho aprovou a admissão do Senhor Eulíbio Carneiro d'Almeida Campos, classificado em concurso para Terceiro escriptorário a quem cabe a vez de ser chamado.

Pessoal - Recusamentos. - O Senhor Presidente pediu para introduzir nos trabalhos desta sessão um assunto referente a recusamentos. Falou sobre uma conversa com o Senhor Engenheiro Menezes Pereira na qual este lembrava que a sua vinda para a Empresa tinha obedecido à intenção de melhorar de situação profissional em vista das perspectivas que lhe

ofereciam as funções que julgava vir a ter na Termodinâmica, que afinal tal melhoria não se verificara, antes pelo contrário, se se tomar em conta a revisão de vencimentos ultimamente operada na Companhia Nacional de Electricidade. O Senhor Presidente fez-lhe ver que não foi só esse o motivo que o levou a encerrar a Termodinâmica, mas também o de resolver uma situação pessoal do Engenheiro Moniz Pereira que não se mostrava satisfeito na posição em que estava. Em face do exposto, o Senhor Presidente disse desear que o Conselho se pronuncie sobre o problema. Apreciado o assunto, o Conselho não julgou oportuno atender a pretensão, tendo estabelecido a doutrina de que a revisão de vencimentos operada nas outras companhias não pode ser, por si só, motivo de revisão dos vencimentos nesta Empresa. O problema levantado será discutido quando da revisão geral de vencimentos que, por acordo unânime, só deve fazer-se no fim de cada ano.

Esclarecimentos sobre as últimas encomendas. O Senhor Presidente deu vários esclarecimentos, a saber: Caldeira. Mostrou o plano de montagem enviado pela Stein e Roubaix que permite ver que a caldeira estará em marcha de ensaio em me de abril de mil novecentos e cinquenta e oito. Deu conhecimento das dimensões que teve com a Agência Geral e com a Companhia União Fabril no sentido de eliminar do contrato de fornecimento o aceite de letras correspondentes ao valor dos pagamentos diferidos. Por todas as razões que enumerou, esta empresa não poderia aceitar tal condição. O assunto encontra-se resolvido porque a Companhia União Fabril aceitou o pagamento sem o aceite de letras e já foi remetida à Stein e Roubaix a minuta de contrato para apreciação, aguardando-se que seja devolvida para ser redigida a contrato. Foi resolvido também que o Senhor Engenheiro Campos e Mattos fosse a Paris acompanhado do Senhor Engenheiro Moniz dimões, tomar conhecimento da estrutura da caldeira e colher todos os elementos necessários ao prosseguimento do trabalho confiado ao primeiro daquelles engenheiros.

Examinação de cingas. Está esclarecida a possibilidade de autorização da importação de tubagem, a qual não deverá conter qualquer marca ou trabalho de ferro, para que a classificação pautal seja de tu-

tos de ferro fundido em bruto. Qualquer trabalho complementar será feito numa oficina do Porto - preferivelmente a Alta ou a Souto - e em último caso a infraestrutura seria feita por Lisboa, onde há oficinas reputadas para qualquer trabalho que seja necessário, depois do que a tubagem seria trazida para o Porto.

Quadros. - Encomenda INEL. - A INEL apresentou o programa das entregas que satisfaz perfeitamente. Como a encomenda acabou de dar assento na proposta da INEL de Outubro, esta pede a revisão do preço, o que, em princípio, parece razoável, apesar de se dever ter em conta a baixa verificada nas cotações do cobre na Praça de Londres. Aguarda-se a proposta de revisão da INEL para ser estudada.

Ponte Rotante. - A firma Mouiz da Maia e Vaz quer reduzir o prazo de entrega para quinze meses como tinhamos pedido, mas espera que lhe demos informações se vier a ser possível proporcionar qualquer abrago que lhe forramos consentir.

Construção da Marginal. - Estabeleceu-se acordo com o empreiteiro desta obra do Estado para a execução da construção do pontão da Lixa, de Abril do próximo ano para Setembro do ano corrente. Para tal foi autorizada pelos serviços de Pontes e o acordo dos serviços Hidráulicos, numa variante, segundo a qual a vala de desvio das águas do ribeiro será substituída por tubos de cimento. Como a conclusão dos trabalhos mais cedo é de grande interesse para esta Empresa, pela grande economia nos transportes a efectuar para a construção e montagem da central, teremos que pagar ao empreiteiro a tubagem necessária à construção da variante. Igualmente, a fim de não haver paragem no andamento das obras da entrada e enquanto não se concluir o processo de expropriação pela Junta Autónoma das Estradas, foi resolvido adiantar cerca de setenta e cinco contos valor da expropriação em que está calculada uma casa que deverá ser demolida quanto antes.

Tomada de água. - Foi confiado o estudo em conjunto aos Senhores Engenheiros Teixeira e Grainger Pinto, os quais se inclinam a ir buscar a água

a quinhentos metros a jusante da central, onde há sempre bastantes fundos do rio, pelo que a solução do problema ficará um pouco mais cara. Foi recomendada toda a urgência na apresentação do estudo, pois no próximo verão deverá fazer-se a obra. E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão eram dezasseis horas e trinta minutos. Ressalva-se a rubrica que diz "Colher".

Em homenagem
António Pedro Pais de Sousa
Engenheiro de Minas
João
Machado

Acta n.º 38

Aos seis de Junho de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas catatze horas, reuniu em sessão na sede social, rua do Bothão, numero setenta e dois, Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farinhas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogaes.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.
Adjudicação de compressores. O Senhor Presidente, commentando os relatórios dos serviços de Estudos que haviam sido distribuidos para informação, diz que a oferta mais vantajosa é a apresentada pela firma Máquinas de Precisão, Limitada, em representação do construtor alemão Klein, Schanglin & Becker. Devido de dissentido o assunto, foi resolvido fazer a adjudicação de dois compressores, de acordo com o parecer dos serviços de Estudos, à firma Máquinas de Precisão, Limitada, e segundo a variante da sua proposta que comporta maior capacidade dos compressores, do que resulta mais segurança quanto ao caudal de ar necessario. A adjudicação não abrange as celas de arranque e protecção dos motores de comando, material este que fará parte dos quadros a fornecer pela Guel, havendo assim uma redução de cento e dezasseis contos no montante da proposta. A adjudicação, incluindo um lote de peças de reserva, foi feita por sessenta e oito mil quinhentos e trinta e dois marcos alemães, o que equivale

ponde, em créditos, a cerca de quatrocentos e setenta contos. Adjudicação do fornecimento das protecções dos Transportados aéreos. - O Senhor Presidente afirmou que este assunto não fosse considerado nesta reunião, porque há necessidade de fazer algumas alterações quanto ao número de casas a renovar.

Fiscalização do fabrico da caldeira. - Pela informação dos Serviços de Estudos se concluiu que das casas consultadas a mais vantajosa é a da Lloyd's, com um forfait de cerca de cem contos. Como todas as casas consultadas se podem considerar idóneas, foi confiada à Lloyd's Register of Shipping a missão de fiscalizar o fabrico e receber o material da caldeira a fornecer pela Stein et Dubaix.

Alteração à encomenda passada à Stein et Dubaix no que respeita a armazenagem e preparação de combustíveis ligeiros. - O Senhor Presidente referiu-se à necessidade de introduzir algumas modificações na encomenda da caldeira à Stein et Dubaix, de acordo com a nota dos Serviços de Estudos, respeitante ao material de armazenagem e preparação dos combustíveis líquidos, de forma a obter-se o aumento de capacidade de radiação da serpentina de aquecimento dos depósitos de reserva mensal e diária de nafta; dotar o reservatório mensal com uma bomba de enchimento de vinte metros cúbicos/hora; aumentar de três e meio para dez metros cúbicos/hora a capacidade das bombas de Transfega do depósito de reserva mensal para o reservatório de consumo diário; aumentar a capacidade do reservatório para gas-oil de vinte para cinquenta metros cúbicos; construir este reservatório e o de fuel pesado para montagem exterior e com secção cilíndrica. Estas modificações, que trazem um suplemento de encargo de cento e vinte e três mil e trezentos créditos resultam as seguintes vantagens: melhor resolução dos problemas de segurança contra incêndio; aligeiramento das estruturas de suporte do edifício; e melhor aspecto estético das instalações. O Conselho deu o seu acordo às modificações indicadas.

Adjudicação da empreitada de construção do reservatório de água.

O Senhor Presidente submeteu à discussão o assunto; mas tendo surgido dúvidas quanto à suficiência da capacidade do reservatório, foi resolvido não tomar decisão nem

o assunto ser revisto.

Tubagens para evacuação de cinzas. - O Senhor Presidente comentando a nota dos Serviços de Estudos, informou que a Babcock tinha dito inicialmente que o seu fornecimento seria de tubos de ferro fundido centrífugo. Agora diz que tal não estava nas suas intenções, mas sim fornecer tubagem de ferro vasado ao alto; que não lhe seria possível fornecer tubagem de ferro centrífugo com as dimensões previstas - vinte e nove milímetros de parede - dentro do prazo estabelecido; no entanto poderia fornecer-lhe com dezoito milímetros e meio. Os Serviços são de opinião que não é aconselhável reduzir a espessura de parede, porque a vida da tubagem dependerá da resistência à erosão, pelo que julgaram ser de adoptar o ferro vasado mais espesso. Nestas condições, analisadas as possibilidades do seu fabrico em Portugal; a impossibilidade de se obter a licença de direitos para tubagem igual fabricada em Inglaterra; consultadas as fábricas nacionais, Fabrica de Construções Mecânicas e Alba, das quais esta pode fazer o fornecimento com uma economia de Trezentos contos aproximadamente; e ainda em virtude da Babcock não querer encarregar-se da execução desta tubagem em Portugal; o Conselho resolveu fazer a encomenda referida à Alba que se encarregará também do Torneamento, se for necessário, por cerca de cinquenta contos, com o que a encomenda, pode admitir-se, não atingirá mil e quinhentos contos. Foi resolvido ainda anular esta parte do fornecimento na adjudicação já feita à Babcock.

Contrato com a Stein et Roubaix. - O Senhor Presidente fez uma exposição acerca das negociações havidas para a elaboração do contrato com a Stein et Roubaix. Posto de parte o aceite de letras com o que não podíamos estar de acordo, admitiu-se que o contrato estabeleça os pagamentos da Empresa Termoelectrica Portuguesa directamente à Stein et Roubaix, à Cuf e à Setec, mas a Cuf pretende que se acrescentasse que a percentagem de quatro por cento ao ano sobre o valor dos pagamentos diferidos, fosse paga a título de assistência técnica e não como juro. Respondeu-se que a Termoelectrica não podia aceitar a redacção daquela maneira. Depois disto a Cuf sugere que os encargos fiscaes sejam de conta da Termoelectrica. Tendo sido analisado e discutido este assunto, foi aprovado responder que não

nos é possível dar satisfação a este desejo, visto que a Lei prescreve que é nula toda a convenção em que se estipular que o devedor pagará ao credor a contribuição de juros que este deva pagar.

Discussão da minuta de contrato de compra de carvão às Minas. - Entrando-se no exame do projecto de contrato de compra de carvão proposto pelas Minas para abastecimento da Central, foram objecto de discussão especial diversas cláusulas, tais como: as respeitantes à fórmula de variação de preços do carvão segundo a percentagem de cinzas; melhor definição do factor de correção do preço de acordo com a variação dos salários ou índice do custo da vida; datas em que deverão considerarse recebidas as facturas; humidade a deduzir no peso das facturas. Foi resolvido rever este esboço na proxima reunião, tendo-se incumbido o Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida de apresentar um novo estudo com a revisão dos pontos focados e de acordo com a orientação colhida da discussão dos mesmos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram dezasseis horas.

Em testemunho do que acima se fez
 O Senhor Luis Paes de Faria
 por
 O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida

Acta n.º 39

Aos vinte e oito de julho de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas quinze horas, reuniram-se sessão na sede social, rua do Bolhão, numero setenta e dois, Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada, sob a presidencia do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Farinas d'Almeida e Juazeiro Fralho, Vogais. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Engenheiro Machado Vaz.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta de sessão anterior.

Adjudicação da empreitada da casa das bombas. - Foi apreciada a nota dos serviços de estudos sobre as propostas dos empreiteiros para esta obra; depois de analisados e esclarecidos alguns pontos concluiu-se que a proposta de Dia-

mantino Tajal era mais vantajosa quanto a preços unitários. Nestas condições foi resolvido adjudicar a este empreiteiro a construção do edifício da bombagem pela importância de Três milhões seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e oitenta escudos e cinquenta centavos, rejeita a alterações, incluindo a escada deira com valor já conhecido de duzentos e quarenta e um mil e quinhentos escudos. O prazo da construção é de cento e cinquenta dias a contar da adjudicação.

Empreitada de terra plenagem - trabalhos complementares.
O Senhor Presidente referindo-se a este assunto, exposto no relatório dos Serviços de Estudos distribuído oportunamente para apreciação, disse que esta empreitada tem que sofrer diversas alterações, pelo que o valor da adjudicação que foi de cerca de nove mil contos teria que passar para treze mil contos aproximadamente. O Senhor Presidente indicou as razões dos aumentos verificados, tais como: maior profundidade das escavações para o muro I; modificações da implantação da estrada de acesso e consequente necessidade de prolongamento do aqueduto; recuo das plataformas; modificação das inclinações dos Taludes; sendo a verba mais importante - cerca de mil e duzentos contos - respeitante ao aumento da distância média de transporte por motivo do empolamento das terras ter sido maior do que se previra e por redução da área do parque de ervas nacional. Este assunto mereceu a maior atenção do Conselho, tendo sido discutido em todos os seus pormenores. O Conselho aceitando a justificação dos trabalhos a mais e das reclamações do empreiteiro, aprovou as alterações indicadas e o aumento do valor Total destas obras que deverão prosseguir até final e atingir aproximadamente treze mil contos.

Fiscalização do fabrico do turbo-grupo. - Tendo sido proposto pelos Serviços de Estudos fazer seguir o fabrico do turbo-grupo de uma fiscalização cuidadosa e competente, apesar da categoria e reputação da casa construtora, o Senhor Presidente pôs o assunto á apreciação do Conselho, o qual não considerou necessário fazer acompanhar a construção, tendo resolvido que se consultassem algumas casas da especialidade, para se escolher aquela que irá fazer os ensaios de recepção.

Costores da ponte rolante. - Foi resolvido aprovar

a substituição dos motores ENAE por motores EFA na encimenda da frente rolante, de que resulta um aumento de nove mil cento e noventa e dois cruzados e cinquenta centavos, o que se justifica pela certeza de se obter um material de toda a confiança.

Abastecimento de água. - O Senhor Presidente submeteu à apreciação e resolução do Conselho o problema do abastecimento de água. Informou que as premissões quanto ao abastecimento de água do poço são optimistas, chegando para todas as necessidades domésticas das habitações, residência e ainda dos serviços sociais. A distribuição da água potável levada do poço será feita a partir d'um depósito de sessenta metros cúbicos. A alimentação para usos industriais far-se-á a partir da água do esgoteador. Analisado o relatório dos serviços e respectivo esboço e depois de bem ponderado o assunto, foi dado o acordo à informação e feita a adjudicação da construção do reservatório de sessenta metros cúbicos ao empreiteiro Gil de Andrade e Silva.

Protecção dos Teleféricos. - De acordo com a nota dos serviços de estudos, o Conselho aprovou a indemnização de duzentos e oitenta cruzados pagos a proprietários atingidos pelo tracado do teleférico e o custo eventual de uma protecção sobre estrada no montante aproximado de cento e vinte cruzados. Em contra partida obtém-se uma redução de seiscentos e sessenta cruzados no material em relação ao custo total das protecções inicialmente previstas.

Instalação da água complementar. - Igualmente o Conselho deu a sua aprovação ao pagamento de cento e treze cruzados para a parte da instalação a fabricar em Portugal, a qual ficará coberta pelas mesmas garantias dadas pelo construtor do material de fabricação britânica. Esta participação nacional acarreta um aumento de cerca de cinquenta cruzados, aliás compensado parcialmente pelo menor custo dos fretes e isenção de direitos alfandegários.

Contrato com as minas para aquisição de carvão. - O Senhor Presidente lembrou que na última reunião se fizeram algumas observações à minuta apresentada pelo Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida que, de acordo com o combinado, voltou a apresentar nova minuta com a revisão dos pontos que tinham sido objecto daquelas observações. Apreciada esta minuta, o Conselho deu toda a aprovação aos seus termos e cláusulas. Ape-

mas quanto à duração do contrato será de cinco anos para São Pedro da Cova, mas para o Pejão, como o contrato inclui a utilização do Teleférico pela Carbonífera, o contrato terá a duração de quinze anos que é o mínimo prazo de utilização que a Carbonífera deverá garantir à Termostelectrica, para compensação do aumento de investimento que se faz para utilidade daquela Empresa.

Ambulância. - O Senhor Presidente esclarece que os bombeiros de Gondomar encerraram uma carta em que propõem, para melhor darem satisfação às necessidades de transporte de doentes, colocar nos terrenos da nossa futura central a sua nova ambulância. Nada referem quanto a encargos que daqui possam resultar, mas é evidente que o carácter da instituição nos impõe considerar este aspecto do problema. Nestas condições o Conselho resolveu que se procurasse, em conjunto com o emporeiteiro e a Companhia de Seguros, apurar a soma de contribuições que se poderia obter e saber da corporação quanto seria preciso para dar satisfação aos correspondentes encargos.

Electricista. - Estando a tornar-se necessário alguém que tome conta das instalações e cumulativamente se incumba também de outros serviços, o Senhor Presidente propõe a admissão de um electricista com o vencimento de mil e quinhentos escudos mensais. Foi aprovado.

Transporte de cinzas. - O Senhor Presidente diz que, conforme nota dos Serviços de Estudos, as duas fundições do parte - Alva e Soure - consultadas para o fornecimento da tubagem para a conduta de transporte hidráulico de cinzas, apresentaram preços praticamente iguais. Estava pois em resolução a entrega desta encomenda. O Conselho após várias considerações de ordem administrativa e técnica, resolveu fazer a adjudicação a António Martins Pereira (Alva), por oitocentos e trinta e oito mil setecentos e noventa e dois escudos e cinquenta centavos.

Cabos de corrente e cinco KV. - De acordo com a nota dos Serviços de Estudos, o Conselho aprovou que a encomenda dos cabos de corrente e cinco KV fosse dada à M.N.E.L., na base do valor global de quinhentos e vinte e dois mil e trezentos escudos, sujeito a correções de harmonia com a modificação do comprimento dos cabos de corrente e cinco KV que vier a verificar-se.

na instalação.

Residência. - Disposto de elementos para o efeito, o Conselho resolveu proceder-se a consultas a empreiteiros para apreciação e decisão na sessão de Agosto para adjudicação da construção.

Obrigações. - Prevendo-se a necessidade de rateio a fazer com a rapidez possível, o Conselho delegou nos Senhores Engenheiros Ferreira Dias e Paes de Faria a resolução do assunto, tendo em vista o estabelecimento do critério que melhor lhes parecer.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão eram dez horas e trinta minutos.

Em nome do Conselho
Antônio de Faria
Engenheiro
Presidente

Acta n.º 40

Em vinte e oito de Agosto de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dez horas e trinta minutos, reunidos em sessão na sede social, rua do Bolkão, numero setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuqueira, sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Yag, Farinas d'Almeida e Manuel de Sialho, Vogaes.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Alterações à proposta da Babcock e Wilcox para a instalação de extração e transporte hidrâulicos de águas e cinzas. - O Senhor Presidente disse que a nota dos Serviços de Estudos distribuída para apreciação implica uma encomenda complementar à Babcock de vários materiais, de cerca de novecentos e vinte e cinco contos. O Senhor Presidente disse que era necessário esclarecer bem se este aumento de despesa tinha caracter imprescindível, pois só nesse caso seria de aprovar. Todos foram unânimes neste ponto de vista. E assim foi resolvido que os Senhores Engenheiros Ferreira Dias e Paes de Faria logo que o Senhor Engenheiro Mariz

Simões regressasse da Suíça, analisarem com ele este assunto a fim de tomarem a resolução mais de harmonia com o espirito da discussão.

Apreciação das propostas para a construção da residência
O Senhor Presidente informou que das seis empreiteiras consultadas, só três apresentaram propostas, uma das quais de Antonio Alves Buekhas se afasta consideravelmente do valor das restantes duas: de Alberto Martins de Mesquita - Três mil setecentos e cinquenta e quatro contos, e Diamantino Tajal - Três mil setecentos e sessenta e quatro contos. Considerando que a instalação da residência com recheios deve atingir cerca de cinco mil contos, este montante aconselha a Administração a reflectir sobre a justificação que poderá ter este investimento. Feitas as contas e considerando os encargos fixos e de exploração, conclui-se que esses encargos podem não estar em relação com as vantagens que oferece. Dado ainda o carácter intermitente da exploração da Central poderá resultar mais económico, pelo menos de início, aproveitar as facilidades de alojamento que a proximidade que a cidade do Porto nos oferece, mesmo realizando o transporte diário para as obras em autocarro. Dentro desta ideia e depois de larga discussão em que todos os presentes se pronunciaram em igual sentido, foi resolvido suspender a ordem de construção da residência e mandar rever o projecto dos Serviços Sociais para um novo arranjo de forma a darem satisfação às necessidades resultantes de se tornar extensiva a sua utilização ao pessoal a que estava destinada a residência e ainda o estudo da instalação de dois quartos no edificio da Central, para engenheiros.

Revestimento exterior do edificio da Central. - O Senhor Presidente informou que os Serviços de Engenharia propõem que as paredes exteriores do edificio da Central sejam construídas com tijolo vidrado mas que em vista dos prazos de fornecimento serem relativamente longos, convinha tomar resolução quanto á immediata passagem da encomenda, para ganhar tempo e poder ter a obra pronta dentro do prazo. Foram apreciadas as propostas das fabricas da Pamfithosa e Ligez, tendo os ensaios dado igual satisfacção. Embora a proposta da Ligez seja

mais cara em cantos, o vidrado, no entanto, parece me-
lhor, além de que o prazo de fornecimento é mais curto
dois mêses. Considerando devidamente este assunto o Con-
celho deliberou que a encomenda no montante de cerca
de setecentas e oitenta cantos fosse dada imediatamente
à Biz, depois de estudadas as condições de fornecimento
e de o Senhor Engenheiro Almeida Fialho informar a mar-
sa escolhida pela União Eléctrica Portuguesa após os resul-
tados de ensaios que fez.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a
sessão eram doze horas e trinta minutos.

Em homenagem
António Luís Paes de Faria

João
Ferreira Dias
Machado Vaz

Acta n.º 41

Aos vinte e cinco de Setembro de mil novecentos e cin-
quenta e seis, pelas quinze horas, reuniram em sessão, na
rede social, Rua do Bollão numero setenta e dois, Terceiro au-
lar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectri-
ca Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Li-
mitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Paes de
Faria, Administrador Delegado, estando presentes os V.ºs
Senhores Engenheiros Machado Vaz e Ferreira d'Almeida.
Não compareceram, por motivo justificado, os Senhores
Engenheiros Ferreira Dias e Almeida Fialho.

Aberta a sessão foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.
Adjudicação da estrutura metálica da casa das caldeiras

O Senhor Engenheiro Paes de Faria disse que se ia apre-
ciar o relatório do Senhor Engenheiro Campos e Mattos
sobre as propostas de construção da estrutura metáli-
ca da casa das caldeiras, a fim de se decidir sobre a adju-
dicação. Do relatório ressalta que a Sonarte apresenta
o preço mais baixo de todos - oito mil e novecentos cantos -
mas em contra-partida não oferece garantias no que
respeita ao aumento de custo dos materiais e cumpri-
mento do prazo. Por outro lado, a Magne apresenta as
maiores vantagens técnicas mas a carrega um au-
mento de custo, em relação à Sonarte, de mil e qua-
renta cantos. Como da apreciação das propostas não
resulta uma conclusão imediata sobre a mais conve-
niente, o Conselho occupou-se detidamente deste

assunto e depois da Troca de informações havida resolveu que se analisasse com as duas firmas proponentes a possibilidade de participação de ambas na empreitada, de forma a conseguir-se uma redução sensível relativamente ao preço da proposta (maque, sem prejuízo das vantagens por esta apresentadas, isto é: ausência de condicionanismos de preço e garantia de execução no prazo de trezentos dias.

Adjudicação da rede de canalização de água potável. O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que concorreram a esta empreitada os empreiteiros candidatos: Senhores Diamantino Tojal e Fil de Andrade e Silva e que a proposta deste é a mais vantajosa, conforme indica a informação do Chefe dos Serviços de Estudos. De acordo com a mesma, foi resolvido fazer a adjudicação a Fil de Andrade e Silva por trezentos e vinte e dois mil trezentos e cinquenta escudos e com o prazo de execução de cinquenta dias.

Adjudicação do monta-cargas das caldeiras e do ascensor do edifício de comando. - Em conformidade com o relatório do Chefe dos Serviços de Estudos, o Conselho resolveu fazer a adjudicação à firma G. Peres pela quantia de seiscentos e quinze contos, do monta-cargas e do ascensor para a Central, tendo em conta a reputação de que justamente goza a marca da sua representação - Swiss-Schlieren, além de outras garantias que a larga experiência da firma adjudicatária dá, não só na montagem como também na assistência proficiente aos aparelhos. A diferença de participação nacional não justifica, neste caso, a entrega da encomenda à Quel cujo preço é sensivelmente mais elevado, não pesando também a seu favor a comparação das instalações realizadas.

Fundações da sala das máquinas e do maciço do Turbo-grupo.

O Senhor Engenheiro Paes de Faria deu conhecimento ao Conselho de terem sido entregues a Fil de Andrade e Silva, pelo valor estimado de setecentos e trinta e dois contos, os trabalhos de escavação para as fundações da sala das máquinas e do maciço do Turbo-grupo, em vista da necessidade de ganhar tempo. O Conselho de Administração deu o seu acordo à decisão tomada.

Projecto de estrutura de cimento armado. - O Senhor Engenheiro Paes de Faria referiu-se à colaboração prestada pelo Senhor Engenheiro Ramos na elaboração do projecto de estrutura de cimento armado para

a construção da Central, na qual este engenheiro despendeu um esforço muito apreciável. O Conselho tomou em consideração a boa vontade e espírito de bem servir do Senhor Engenheiro Ramos e congratulou-se com o facto.

Serviços Sociais. - Foi aprovada a estimativa de trezentos contos para as obras de arranjo do edifício dos Serviços Sociais, a fim de dar satisfação à deliberação de vinte e oito de Agosto findo.

Ambulância. - O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que, de acordo com a deliberação de vinte e oito de Julho passado, obteve a promessa de contribuições das companhias de seguros dos empregatários e de Diamantino Tajal no montante de mil duzentos e cinquenta escudos mensais, como compensação a dar aos bombeiros de fundo-mar, pela cedência duma ambulância para serviços privativos das obras da Central. O Conselho resolveu contribuir com duzentos e cinquenta escudos a subvenção que será de mil e quinhentos escudos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão eram dezasseis horas.

Ante Test. Paes de Faria

Ante Test. Paes de Faria

Acta n.º 42

Aos vinte e nove de Outubro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas quinze horas, reuniu em sessão na sede social, sala do Colhão, número setenta e dois, Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farinhas d'Almeida e Manuel Fialho, Vários. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Apreciação das propostas e adjudicação da empreitada do edifício (um torso) da casa das máquinas e da casa de esquadro. - O Senhor Presidente aludiu aos três relatórios: do Engenheiro Joaquim Sarmento; dos serviços de Engenharia Civil; e do Engenheiro Mariz Simões. Todos estão de acordo em que se faça a adjudicação a Diamantino Tajal, havendo apenas algumas dúvidas de detalhe que serão esclarecidas a seu tempo. Em face dos relatórios apresentados e de acordo com os mesmos, o Conselho resolveu adjudicar a Diamantino Tajal a obra de construção

ção do edifício (em toco) das casas de esquadro e máquinas pelo preço da proposta, devendo estudar-se se o cimento é a fornecer pela Empresa ou pelo empreiteiro. Se a diferença não for sensível a adjudicação será feita pelo valor da variante que inclui o fornecimento do cimento por conta do empreiteiro. O valor da adjudicação é de quatro milhões quatrocentos e noventa e cinco mil oitocentos e sessenta e nove escudos e quarenta centavos, se o fornecimento do cimento for feito pela Empresa; e de cinco milhões trezentos e trinta e dois mil oitocentos e trinta e cinco escudos e trinta centavos se o fornecimento de cimento ficar a cargo do empreiteiro.

Apreciação das propostas e adjudicação da empreitada de esgotos. - O Senhor Presidente referiu-se em seguida à empreitada da rede de esgotos e disse que a apreciação das propostas não oferecia qualquer dificuldade pelo que foi aprovado, de acordo com o relatório dos serviços, que se fizesse a adjudicação a Diamantino Tojal por cento e noventa e um mil novecentos e noventa e oito escudos e cinquenta centavos, valor da segunda variante da proposta e com o preço rectificado por virtude da substituição do assentamento em areia, por calhau ou terra cirandada. O prazo de execução é também o da proposta começando a contar dez dias após a adjudicação.

Esclarecimentos sobre o acordo Maque-Somarte. - Tendo ficado na última acta consignada a encomenda da estrutura metálica da casa das caldeiras ao acordo a realizar entre a Somarte e a Maque para se conseguir no conjunto um preço de empreitada mais vantajoso, o Senhor Presidente refere-se à nota dos serviços de Estudos em que se vê que o acordo foi feito com muita facilidade e rapidez na base de preços corrigidos em função do custo do ferro. Obteve-se o montante de oito mil quatrocentos e treze contos, para a proposta conjunta o que a torna a mais barata de todas excluindo a da Somarte. O cumprimento do prazo de Trezentos dias só se torna possível se a aquisição dos materiais se fizer no prazo máximo de cento e oitenta dias. Sobre as promessas de entregas de ferro, os prazos parecem longos para sincronizar a construção da estrutura com a montagem da

Caldeira. O Senhor Presidente informou ter colhido na sua visita à Stein et Roubaix as mais agradáveis impressões quanto ao andamento dos trabalhos de fabricações da caldeira e que a Stein et Roubaix conta começar a montagem em Abril, cumprindo assim o programma previsto. A primeira remessa, de duzentas toneladas de tubagem, deve chegar em Janeiro próximo, facto que já tomou providências quanto à indispensável publicação do texto legal que concede a isenção de direitos. A propósito o Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida usou da palavra para manifestar a sua estranheza pelo facto de ainda não ter sido publicado o caderno de encargos a que se refere o artigo citavos do decreto-lei numero trinta e nove mil seiscientos e trinta e dois. O facto que se está a verificar nessa publicação não só inibe este conselho de ponderar convenientemente, desde já, certos problemas economicos da maior importancia para a Empresa e que vão de surgir no futuro, como lhe dificulta, tambem, a resolução de outros problemas immediatos como, por exemplo, aquelle de que se trata neste momento. O Senhor Presidente voltou a falar para dizer que considera perfeitamente justa a observação feita pelo Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida e que novamente vai fazer sentir junto das entidades competentes as dificuldades da Empresa por falta da outorga da concessão. Falando novamente da sua visita à Stein et Roubaix disse que esta entende necessario que a estrutura do edificio comece tambem em um de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete, para que siga paralelamente com a montagem da caldeira e que a Stein et Roubaix se tinha oferecido para usar dos seus tous officios junto do fornecedor dos ferros para que faça as entregas sem demoras. Em vista deste oferecimento foi resolvido pedir a interferencia da Stein et Roubaix e o conselho decidiu fazer a adjudicação da estrutura sendo a parte da Maque por seis milhões oitocentos e trinta e um mil oitocentos e oitenta e três escudos e a da Douarte por dois milhões oitocentos e vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e escudos.

Servico do Teleférico para o cais fluvial. - Pomentando a nota dos servicos de Estudos o Senhor Presidente disse que se tinha apurado um aumento de custo da inst.

lação do serviço para, digo do serviço do Teleférico para o eixo fluvial, resultante da modificação da sua concessão inicial, a qual foi revista para dar satisfação às solicitações da Empresa Carbonífera do Douro relativamente ao número de silos intermediários e em consequência do estudo perfunctório das condições locais. Resultou assim um aumento de um milhão dezentos e dezoito mil e trezentos escudos que terá que encontrar compensação nas taxas a pagar pela Empresa Carbonífera do Douro. Este aumento deve ser comunicado à Empresa Carbonífera do Douro informando que ao proceder-se à revisão da taxa por tonelada transportada será considerado aquele aumento.

Instalação de Tratamento da água industrial. - Foi resolvido adjudicar o fornecimento da instalação do Tratamento da água industrial à ACFI, pela importância de quatrocentos e quarenta mil cento e cinquenta escudos, por ser esta a que apresentou proposta mais barata e com maior participação nacional.

Instalação de extração e transporte hidráulico de jorras e cinzas. - O Senhor Presidente referiu-se finalmente à nota dos serviços de Estudos relativa à aquisição de vários materiais em cumprimento da encomenda passada à Babcock. Na reunião de oito de agosto de mil novecentos e cinquenta e seis, foi deliberado rever-se o aumento então proposto de dez mil quatrocentas e noventa libras e concluir-se que feitas as reduções possíveis, o acréscimo à encomenda ficou limitado a duas mil cento e oitenta libras. Qualificado este assunto, o Conselho reconheceu a necessidade da aquisição e aprovou a encomenda pelo valor de duas mil cento e oitenta libras, pelo que o total da encomenda passou para quarenta e nove mil quinhentas e trinta e duas libras. O Conselho decidiu que se adquirissem apenas dois jogos de peças de substituição para as bombas.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão às dezasseis horas e trinta minutos.

Em harmonia com o
Senhor Presidente
João B.
Técnico

Acta n.º 43

aos catorze de Novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas quinze horas, reuniu em sessão, na sede social, rua do Bothão, número setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Fariñas d'Almeida e Luamede Fialho, V.ºs. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Apreciação do Plano financeiro. - O Senhor Presidente disse que antes de se entrar na apreciação do assunto, propunha que se convidasse o Conselho Fiscal a tomar parte na próxima reunião, marcada para o dia vinte e um, às quinze ^{horas} fiara em conjunto com a Administração ser devidamente apreciado, e que se juntassem à consultoria os três mapas resumido do orçamento e previsão. O Senhor Presidente explicou que a diferença existente entre os montantes apurados no orçamento e na previsão tem a sua justificação no facto de o primeiro ter sido elaborado pelos serviços de estudos e o segundo pelos serviços administrativos. O plano faz discurrir e reconhecer a necessidade no mesmo a juntada quanto às novas emissões de obrigações e de capital. Foi reconhecida a conveniência de se levar ao conhecimento do Conselho Económico e do Ministro das Finanças, com a brevidade possível, as medidas de ordem financeira preconizadas.

Trocaram-se impressões sobre a eventual dificuldade que certos accionistas terão de fazer as prestações de capital nas datas indicadas e das medidas que possam vir a ser tomadas para ir ao encontro dessas dificuldades, tais como: utilizar o crédito bancário para chamar de uma só vez e mais tarde o capital que falta liberar ou facilitar o pagamento das prestações por percenta ou noutras datas.

Quanto a nova emissão de capital há que considerar se todos os accionistas subcremção a sua cota parte e se poderá ter no público inteira aceitação. O Estatuto do Apeço Térmico trata o assunto as condições de garantia de aplicação de capitais em accões desta empresa. A propósito o Senhor Presidente

informou das medidas tomadas referentes ao a-
fio Técnico esperando dentro em pouco a
publicação da portaria de nomeação da comissão
que deverá estudar o assunto. Um empréstimo
do Fundo de Fomento Nacional não parece viável
em face das razões expostas pelo Senhor Presidente
Adjudicação da encomenda de tractores Bulldozers.

O Conselho examinou os relatórios dos serviços de
estudos sobre as propostas para o fornecimento
de bulldozers. numa primeira selecção ficaram as
marcas Breda, Fowler-Deyland e Gineuder-Kaethle,
mas o Senhor Presidente entendeu, e todos con-
cordaram, que esta ultima também deve ser
posta de parte por não ser convincente a in-
formação do fornecedor de se alcançar um re-
sultado aumento de capacidade com o uso de um
pre-selector de velocidades. O Conselho decidiu
adquirir um só bulldozer e escolheu o da mar-
ca Fowler-Deyland, com o preço de quatrocentos
e quarenta e cinco contos, visto apresentar ca-
racterísticas de maior robustez e capacidade.

Teleférico de S. Pedro da Cova/Central. - O Senhor Presi-
dente informou do andamento dos trabalhos de
construção das fundações do Teleférico de São Pe-
dro da Cova/Central o que permite prever que es-
tejam concluídas no fim do ano ou princípios
de Janeiro.

Visita do Senhor Presidente da República às obras da
Central. O Senhor Presidente deu continuidade da
informação do Senhor Ministro da Economia de
que o Senhor Presidente da República temia ir
visitar a Termoelectrica na próxima segunda
feira, dezanove do corrente, pelas onze horas. Quan-
to ao local do encontro oportunamente se re-
conheceram a todos. Foi entretida a palavra "horas".
E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada
a sessão eram dezasseis horas.

Em harmonia com o
Aut. Luis das F.

for

Manoel

Acta n.º 44

aos vinte e um de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas quinze horas, reuniram em sessão, na sede social, numa do Colhão número setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração juntamente com o Conselho Fiscal, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, Presidente do Conselho de Administração, estando presentes o Senhor Engenheiro Paes de Faria, Administrador Delegado, os Vogaes do mesmo Conselho Senhores Engenheiros Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Mamede Fialho e, pelo Conselho Fiscal, o Presidente Senhor Engenheiro Galante de Oliveira e o Vogal Senhor Conselheiro Doutor Afonso de Mello. Não compareceu por motivo justificado o Vogal do Conselho Fiscal Senhor Engenheiro Teixeira de Vasconcelos.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. O Senhor Presidente dirigiu os cumprimentos do Conselho de Administração ao Conselho Fiscal dizendo que era com muita satisfação que via os dois Conselhos reunidos, para apreciarem, em estreita colaboração, problemas da maior importância para a Empresa.

Apreciação do plano financeiro. - O Senhor Presidente esclarece que o primeiro assunto a ocupar esta reunião era o respeitante ao plano financeiro; que a apresentação do problema nesta altura se justifica por duas razões: Primeira - Em outubro findo fizeram-se as ultimas encomendas e adjudicações de empreitadas, o que permite apresentar uma previsão de encargos com maior precisão. Ficam apenas algumas dividas relativas aos Transportes e acabamentos. Segunda - Vai entrar novo ano e convinha saber quais as necessidades da Empresa. O Senhor Presidente informou que o Senhor Ministro das Finanças aceita programas de revisão financeira, mas a Tempo de poderem ser considerados nos planos financeiros do governo. Para apreciação do problema foram distribuidas três notas, sendo: uma do orçamento do custo total da instalação; outra dos encargos até ao fim de mil novecentos e cinquenta e oito e respectiva cobertura; e a Terceira com a previsão dos encargos mensais até ao fim de mil novecentos e cinquenta e oito e disponibilidades, com a in-

dicação da altura em que deverão fazer-se as chamadas de capital e emissões de novas acções e obrigações. O valor de duzentos e quarenta mil contos inicialmente previsto no Plano de Fomento e a sua repartição pelos anos não obedeceram a um critério seguro. Pode porém dizer-se que o primeiro orçamento da obra feito com alguma base de segurança foi o do anteprojecto no montante de duzentos e sessenta mil contos. A divergência para o novo orçamento de duzentos e setenta e um mil contos é consoladora por representar uma ligeira percentagem de aumento. O Senhor Presidente explicou a discriminação feita no mapa em equipamentos e obras. O encarecimento das Terraplenagens resulta de adaptações ultimamente feitas para atender às necessidades indicadas pelos constructores dos equipamentos; pela necessidade de aprofundar mais do que o previsto as fundações do muro de suporte; e pelo empolamento das Terras ter sido maior do que se previra. Primeiramente ha' ainda a contar com os meios financeiros para cobertura de outros encargos respeitantes a juros de acções, de obrigações e de fragmentos diferidos; aumento da construção do Teleférico do Peão para uma capacidade de noventa toneladas/hora, instalação de derivos e construções de cinco rios de carga fluvial, investimentos estes que a Empresa Carbonífera do Douro pagará por meio duma renda fixa annual e taxas por tonelada transportada; compra de carvão no montante de vinte e oito mil e oitocentos contos. Por outro lado as Minas de Carvão de São Pedro da Cova sentem dificuldades de tesouraria em virtude do atraso com que apparecem a Thermoelectrica e pediram um adiamento a reembolsar com fornecimentos de carvão. O Governo achou que devia ajudar a resolver este assunto. A necessidade de ser considerada uma verba para a compra de carvão foi posta ao Fundo de Fomento Nacional, o qual considerou que o Plano de Fomento visava apenas a instalação e montagem; mas, em officio que nos remetterei depois, dizia que o assunto não tinha sido ainda considerado, o que leva a concluir que a ideia foi aceite. Relativamente ao credito externo que o Plano de

Fomento camputava em sessenta mil contos, já no
 ano passado havíamos lido ao Fundo de Fomento Na-
 cional que não era possível ir além de quarenta mil
 contos. O Conselho Económico manteve porém as ses-
 senta mil contos. Verifica-se agora que não é possí-
 vel ir além de trinta e sete mil e quinhentos contos
 em crédito externo, uma vez que nos propunhamos
 em dar a maior participação nacional nos for-
 necimentos do equipamento. Feitas as encamen-
 das e adjudicadas as obras, foi possível estimar com
 relativa segurança os encargos por meses e esta-
 belecer um plano de chamadas. Não se afigurando
 viável o recurso ao empréstimo pelo Fundo de Fo-
 mento Nacional, elaborou-se um plano de chama-
 das e de emissões de acções e obrigações, como se-
 que: Realizats: em acções, quarenta e cinco mil con-
 tos e em obrigações, quarenta e cinco mil contos,
 a realizar já previsto: em acções, quarenta e cin-
 co mil contos e em obrigações, quarenta e cin-
 co mil contos. A prever: em acções sessenta
 mil contos e em obrigações quarenta mil
 contos; num total de duzentos e oitenta mil
 contos. O Senhor Presidente informou que o Con-
 selho de Administração tinha já aprovado, em
 principio, este plano de financiamento e as-
 sim pedia ao Conselho Fiscal para se pronun-
 ciar sobre a matéria. O Senhor Presidente
 do Conselho Fiscal usou então da palavra dicen-
 do que o Conselho de Administração soube trazer
 a esta reunião o assunto em condições de re-
 velar claramente uma ideia bem pensada so-
 bre a orientação a seguir pela empresa em
 tal matéria, ideia que se encontra suficiente-
 e nitidamente documentada. Nestas condi-
 ções, e tendo seguido atentamente a exposição
 feita pelo Senhor Presidente do Conselho de Admi-
 nistração, e de acordo com o Senhor Conselheiro
 Doutor Afonso de Mello, em nome do Conselho
 Fiscal dava o seu acordo ao projecto financeiro do
 Conselho de Administração. O Senhor Engenheiro
 Manuel de Fialho lembra que o crédito externo e
 os juros de obrigações têm que ser pagos nas da-
 tas estipuladas; e não se sabe se a exploração vai
 permitir obter os recursos necessários ao pagamen-

to destes encargos. Aprova o plano financeiro apresentado pelo Senhor Presidente sob reserva de se definir como vai ser assegurada a rentabilidade destes capitais. O Senhor Presidente diz que a única coisa favorável que existe e pode desvanecer em parte a preocupação é a promessa da alínea g) do artigo citavo do decreto lei numero Trinta e nove mil seiscentos e trinta e dois, de fixar na concessão a forma de remuneração do encargo. Por isso tem estimulado o estudo do estatuto do afioio Térmico, porque entende que é nesta matéria que cabe a regulamentação e coordenação do assunto. O Senhor Conselheiro Doutor Afonso de Mello disse que é de interesse geral que esta Empresa se estabeleça e se prepare para garantir o afioio à rede nacional e que julga que a central trabalhará mais intensamente do que se pensa à primeira vista. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida refere-se, mais uma vez, à necessidade inadiável de se definirem as condições de rentabilidade económica da Empresa, pelo que propõe que fique exarado na acta que os Conselhos de Administração e Fiscal emittem o voto unânime de que seja publicado o mais rapidamente possível o caderno de encargos a que se refere o artigo citavo do decreto lei numero Trinta e nove mil seiscentos e trinta e dois.

Esclarecimento sobre a marcha dos trabalhos da Empresa.

O Senhor Presidente fez um breve relato das obras que - disse - vão prosseguindo normalmente. Propôs, por julgar de interesse para o Conselho Fiscal, que se realize uma visita às obras conjuntamente com o Conselho de Administração, daqui a cerca de três meses. Esta proposta foi aprovada assim como a do Senhor Engenheiro Manuel Fialho de convidar todos os accionistas para a mesma visita.

3ª Chamada de capital. Foi resolvido anunciar desde já uma terceira chamada de vinte e cinco por cento do capital.

Visita do Sr. Presidente da República. - O Senhor Presidente referiu-se à visita que o Senhor General Craveiro Lopes, acompanhado dos Ministros das Obras Públicas e da Economia, fez às obras da Central da Tapada do Anteiro. Propõe fique na acta registado o reconhecimento do Conselho de Administração pela

honor que o Chefe do Estado deu a esta empresa e pelo interesse que revelou pelas obras em curso. Todo o Conselho de Administração apoiou as palavras do Senhor Presidente as quais se associaram também os membros presentes do Conselho Fiscal. —
E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão com dezasseis horas.

Foram unânimes
Aut. Luit. Paz d. Faria

Foram unânimes
Aut. Luit. Paz d. Faria

Foram unânimes
Aut. Luit. Paz d. Faria

Acta n.º 45

Aos vinte e um de Novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dezasseis horas, reuniu em sessão na sede social, uma do Bolkão número setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais. —

Aberta a sessão foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.
Segunda emissão de obrigações. — O Senhor Presidente informou que esta reunião foi convocada para o Conselho de Administração tomar decisão sobre a segunda emissão de obrigações. De acordo com a previsão dos estatutos da empresa e liberado o capital social, disse tornar-se necessário fazer a segunda emissão de obrigações, no montante de quarenta e cinco mil contos. O Conselho de Administração analisando o assunto deliberou submeter ao parecer do Conselho Fiscal, nos termos do artigo octavo dos Estatutos e à aprovação da assembleia geral, em cumprimento do artigo centésimo nonagésimo sétimo do código Commercial, a prossecução da segunda emissão de obrigações, no montante de quarenta e cinco mil contos, a realizar em meados de mil novecentos e cinquenta e sete. As obrigações serão do valor nomi-

mal de mil escudos cada uma, à taxa de juro annual de cinco por cento, pago aos semestres. Haverá títulos de uma, cinco, dez e cinquenta obrigações e a amortização do empréstimo será feita em vinte e cinco annos, por meio de parteiros semestrais, devendo a primeira amortização fazer-se três annos após a data da emissão, ficando as restantes condições da emissão e a fixação definitiva das datas dependentes do accordo a estabelecer com os Bancos e da oportunidade que for julgada mais conveniente. — E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e trinta minutos. —

Em' harmonia com o
Autm. Luis Paes de Faria

for
Ferreira Dias
Ferreira Dias

Acta n.º 46

Aos dezasseis de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas quinze horas, reuniu-se em sessão, na sede social, nua do Boticão numero setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farinhas d'Almeida e Manuel Fialho, Vozais. Aberta a sessão foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. —

Visita do Senhor Presidente da República. — O Senhor Presidente communicou que no passado dia treze tinha ido juntamente com o Senhor Engenheiro Paes de Faria ao Palácio de Belém apresentar cumprimentos ao Senhor Presidente da República e agradecer-lhe a honra que deu a esta Empresa com a sua visita às obras da Central. —

Pessoal. Remunerações. — Quanto às remunerações do pessoal o Senhor Presidente apresentou uma proposta de revisão de vencimentos que, depois de algumas considerações de todos, foi aprovada nos termos seguintes: São fixados a partir de Janeiro próximo os vencimentos mensaes a seguir indica-

Serviços Administrativos: Chefe dos Serviços, sete mil e quinhentos escaudos; Chefe da Contabilidade, quatro mil escaudos; Chefes de Secção, Três mil e quinhentos escaudos; Primeiros escripturários, dois mil e setecentos escaudos; Segundos escripturários, dois mil e duzentos escaudos; Terceiros escripturários, mil e oitocentos escaudos; Dactilographos, mil e setecentos escaudos; Motoristas, mil e quinhentos escaudos; Telephonistas, mil e quatrocentos escaudos; Contínuos, mil e quatrocentos escaudos.

Serviços de Estudos: Chefe dos Serviços, nove mil escaudos; Engenheiro Mário Ramos, sete mil e quinhentos escaudos; Desenhador de primeira, Três mil escaudos; Desenhador de segunda, dois mil e quinhentos escaudos; Desenhador de Terceira, dois mil escaudos. O Senhor Presidente apresentou a apreciação do Conselho o caso especial do Senhor Engenheiro Moniz Pereira que, há alguns meses, lhe pediu aumento de vencimento. Trocando impressões sobre o seu caso, o Conselho resolveu não alterar por agora a sua situação e o Senhor Engenheiro Paes de Faria tomou a incumbência de fazer ver ao Senhor Engenheiro Moniz Pereira o que o Conselho pensa a seu respeito e como seria com prazer que se orientasse a sua actuação.

Pessoal - Promoções. - Foi aprovado promover a primeiro escripturário o segundo escripturário José Cardoso; a segundo escripturário o Terceiro escripturário Antonio Constantino Morgado da Silva e a desenhador de primeira o desenhador de segunda Guilherme Mendes Pereira.

Pessoal - Alargamento de quadros. - O Senhor Presidente disse que o Senhor Engenheiro Paes de Faria, embora tendo sempre presente a ideia de que o quadro do pessoal deve ser o mais reduzido possível, reconhecia, no entanto, haver absoluta necessidade de se admitirem para já, para os serviços administrativos, dois escripturários de Terceira e um fiel de armazem, porque alguns serviços se faziam com dificuldade, a pesar da boa vontade do pessoal e de se recorrer a trabalho em horas extraordinárias duma forma excessiva e julgada pouco conveniente. De resto, por mais que se queira diminuir o quadro do pessoal, nunca se pode ir ao ponto de não dispor dos elementos basicamente necessá-

quios. Portanto, o Senhor Presidente foi favorável, e foi aprovado por unanimidade, a admissão de dois Terceiros escriptorários e um fiel de armazém com o vencimento mensal de dois mil e duzentos escontos. O Senhor Presidente apresentou ainda a necessidade que surge de se admitir um agente técnico de máquinas ou maquinista naval para encarregar do serviço de conservação do equipamento mecânico. O assunto foi objecto de troca de impressões, visto que tais funções envolvem muita responsabilidade, tanto mais que este empregado, que deve ter conhecimento de serviços officinais, terá que acompanhar os trabalhos de construção e montagem da caldeira, para que mais tarde a sua actuação na Central tenha o máximo de eficiência. Discutido o assunto, foi aprovado por unanimidade admitir-se um empregado que satisfaca as condições requeridas, ficando o Senhor Engenheiro Faes de Faria de tomar as providências necessárias.

Personal. gratificações. - Foi resolvido atribuir ao pessoal gratificações, por motivo do próximo Natal, nas condições estabelecidas para o ano Transacto.

Caldeira. - Montagem. - O Senhor Presidente apresentou a pretensão da Stein et Lautrix quanto à aquisição por nós de um guindaste automático para cargas até seis toneladas. Depois de se terem trocado impressões sobre este problema, chegou-se à conclusão de que embora a Empresa tenha que fornecer ferramental à C.F.F. para a montagem da caldeira, não deve de forma alguma incluir-se o guindaste automático. Foi resolvido que o Senhor Engenheiro Faes de Faria fizesse diligências para obter por aluguer o guindaste desejado, consultando para o efeito a Dica, Ramalho Rosa, Leopoldo ou outras entidades. Em qualquer dos casos convém averiguar se a C.F.F. estaria resolvida a participar na aquisição ou a pagar um aluguer. De toda a maneira não faz sensei fazer uma despesa de cerca de quinhentos contos com um guindaste que, depois da montagem da Central, ficaria sem utilização.

Projecto de constituição de uma sociedade para estudos da produção de energia eléctrica de

origem nuclear. - O Senhor Presidente deu conhecimento da carta que o Senhor Armando Libert dirigiu à Seção de Produtores de Electricidade da Associação Industrial Portuguesa e que esta nos enviou por cópia, convidando a Empresa a fazer parte de uma sociedade destinada a estudar as condições económicas da produção de energia eléctrica de origem nuclear no nosso País. O Senhor Presidente informou ter sido procurado pelo Senhor Agostinho Silva, da firma Agostinho e Pessi, que lhe mostrou que a sociedade que pretendia constituir se destinava, no momento presente, aos estudos, mas que estava esperando de que tal sociedade mais tarde obtinha a concessão de uma central termo-nuclear. O Senhor Engenheiro Manuel Fialho explicou o que sabia sobre o assunto e disse que a União Eléctrica Portuguesa só entraria nessa sociedade se as outras empresas produtoras de energia eléctrica entrassem. Depois de troca de impressões que permitiu esclarecer a opinião de cada um dos membros deste Conselho, foi deliberado responder à carta da Associação Industrial Portuguesa que a Empresa Termoelectrica Portuguesa não está interessada em tomar parte na organização de que se trata. O Senhor Presidente notou em especial o seguinte: Quando da constituição da Empresa Termoelectrica Portuguesa preocupou-o a dificuldade que esta sociedade viria a ter na recatibilidade do capital nela investido. Por outro lado, sabemos que o custo do ~~kilowatt~~ instalado diminui à medida que a potência da central aumenta, sendo de prever que, depois do primeiro grupo de cinquenta MW, se instale um outro de cinquenta MW e, mais tarde, um terceiro grupo de cem MW que já não poderá ser alimentado com carvão da bacia durienense. Em face do exposto, não se compreende que o terceiro grupo, utilizando muito provavelmente a energia termo-nuclear, viesse a ser montado por uma outra empresa.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseite horas e trinta minutos.

António Luís Pais de Faria

António Almeida
Mamede Fialho

Acta n.º 47

Aos doze de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezasseis horas, reuniram-se sessão na sede social, numa das Salas numero setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Fagundes d'Almeida e Mamede Fialho, Vozais.

Leitura da sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Nomeação do representante para a Comissão do Serviço Técnico. - O Senhor Presidente chamou a atenção para a publicação da portaria que constituiu a comissão encarregada de proceder aos estudos preliminares necessários ao estabelecimento do estatuto do serviço Técnico e em cuja comissão tem lugar um representante desta Empresa. Foi também recebido um officio da Direcção Geral dos Serviços Electricos pedindo a designação do nosso representante. Por esta razão se fez a convocatória da reunião a fim do Conselho decidir sobre este assunto. Considerando-se a indicação do Senhor Engenheiro Menezes Pereira mas como este está muito ocupado com serviços, pensou-se também no Senhor Engenheiro Sérgio Medeiros da Companhia Nacional de Electricidade. Ponderadas as vantagens e os inconvenientes de uma e de outra solução, o Conselho concordando com as razões apresentadas pelo Senhor Engenheiro Mamede Fialho, resolveu indicar o Senhor Engenheiro Menezes Pereira, muito embora o Senhor Engenheiro Vaz tenha afirmado que, não se opondo à resolução tomada, não via inconveniente algum na indicação do Senhor Engenheiro Medeiros.

Emissão de obrigações. - O Senhor Presidente

dirre acabarmos de receber do Fundo de Fomento Nacional o plano de financiamento da empresa, aprovado pelo Conselho Económico, que perfilha inteiramente a segunda hipótese de nossa proposta. Continuando, o Senhor Presidente expõe que a segunda emissão de quarenta e cinco mil contos de obrigações só se poderá fazer, em rigor, depois de liberado o capital, mas que, para ganhar tempo e tomar posição relativamente a várias emissões de outras empresas, previstas para o ano em curso, a emissão deveria ser requerida quanto antes. O processo irá tendo seguimento, com a condição de estar realizado o capital segundo o balanço a apresentar oportunamente. O Conselho de Administração concordou com a orientação apresentada e resolveu requerer a emissão e pedir a convocação extraordinária da Assembleia geral para se obter o seu voto favorável como manda a lei.

Visita do Senhor Engenheiro Paes de Faria à Stein et Roubaix. - O Senhor Engenheiro Paes de Faria relatou ao Conselho as suas diligências junto da Stein et Roubaix e explicou que a ida a Paris tornou-se necessária, porque devido às dificuldades que no mercado mundial têm surgido sobre a aquisição dos ferros perfilados, sabíamos que a Magne não poderia iniciar a construção senão no dia um de Junho próximo, isto é, com dois meses de atraso. Por outro lado, sabíamos particularmente que o atraso da Clt ainda era maior. Exigimos da Stein et Roubaix que o dia da entrega da caldeira em marcha industrial fosse quinze de Junho de mil novecentos e cinquenta e oito, isto é, com o atraso de quinze dias em relação à data fixada no contrato. Isto não deve ser possível, mas supomos conseguirmos que a caldeira possa atingir a plena pressão no dia um de Agosto, isto é, apenas com um mês de atraso e, neste sentido, estamos em ligação com a Stein et Roubaix. Em Paris o Senhor Engenheiro Paes de Faria acompanhado do Senhor Engenheiro Campos e Matos que foi resolver assuntos de ordem Técnica, estiveram em contacto com o representante da Magne que com

seguiu obter garantias sobre os prazos de entrega dos ferros perfilados de que necessita.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e trinta minutos.

João Baptista Pereira
Antônio Luís Pais de Faria
Frederico
Francisco d'Almeida
Machado Vaz

Acta n.º 48

Aos quatro de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez horas, reuniu em sessão, na sede social, rua Dr. Bolhas número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Facinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. O Senhor Presidente, em satisfação do desejo do Senhor Engenheiro Teixeira de Vasconcelos, deu conhecimento ao Conselho de Administração de que ele, embora impedido de comparecer à sessão em que o assunto foi tratado, tinha tomado conhecimento do plano financeiro da Empresa e que dava a sua inteira concordância ao que foi resolvido.

O Senhor Presidente em seguida disse que se iam apreciar os processos de concurso para diversas empreitadas, para o que tinham sido distribuídos relatórios dos Serviços de Estudos. Entrando-se na apreciação das propostas para cada uma das obras e depois de bem analisados e discutidos os assuntos, foi resolvido o seguinte:

Primeiro - Adjudicação da empreitada do muro de suporte entre as plataformas das cotas vinte e cinco e vinte e quatro. - Foi feita a adjudicação desta obra a Gil de Andrade e Silva, na base dos preços unitários oferecidos. O valor previsto da empreitada será aproximadamente de mil duzentos e cinquenta contos.

Segundo - Adjudicação da empreitada de construção do edifício da subestação. - Foi feita a adjudicação a Diamantino Tojal por oitocentos e quarenta e três mil novecentos e dez escudos e sessenta centavos.

Tercio - Adjudicação da construção dos silos da estação de chegada. - Foi feita a adjudicação a Gil de Andrade e Silva na base dos preços unitários oferecidos. O valor previsto da empreitada será aproximadamente de quatrocentos e onze mil escudos, não incluindo o transporte de produtos escavados.

Quarto - Adjudicação da construção dos abanacamentos para a Stein et Roubaix. - Foi feita a adjudicação a Gil de Andrade e Silva por duzentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e cinco escudos.

Admissão de agentes técnicos - O Senhor Presidente apresentou ao Conselho a proposta dos Serviços de Estudos para a admissão de agentes técnicos de engenharia. Verificando-se ser esta a oportunidade de o Conselho de Administração se pronunciar sobre este assunto e depois da apreciação do relatório dos Serviços, foi resolvido, de acordo com o mesmo, admitir os agentes técnicos Senhores José Joaquim Ferreira Monteiro e Ruy Manuel Ribeiro das Neves. O vencimento fixado foi de três mil escudos de entrada, admitindo-se a sua revisão mais tarde. As candidaturas do agente técnico Senhor António Emerenciano Moraes de Sousa Araújo e do maquinista naval Senhor António Santos Rodrigues, serão consideradas quando surgir a oportunidade de novas admissões.

Guindaste automóvel - O Senhor Presidente informou que se fizeram as diligências que estavam indicadas para evitar a aquisição do guindaste-automóvel que a Stein et Roubaix reclama como indispensável à montagem da caldeira. O seu aluguer não se torna viável por não haver nenhum disponível por prazo tão longo como é necessário. Nestas condições, o Conselho resolveu adquiri-lo.

Quarta chamada de capital - Foi resolvido fazer uma reunião no próximo sábado, nove de corrente, às dezasseis horas, para examinar a possibilidade de adiar esta chamada de capital.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas onze horas e trinta minutos.

Em testemunho do que acima se fez
 António Luís Pais de Faria
 João
 António
 Manuel

Acta nº 49

Aos nove de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezasseis horas, reuniu em sessão, na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Quarta Chamada de Capital - Examinada a possibilidade de adiar a quarta chamada, em relação à data prevista inicialmente, o Conselho resolveu marcar o pagamento da quarta e última prestação de vinte e cinco por cento

do capital social de quinze a vinte e cinco de abril próximo.

Aprovação das minutas definitivas dos contratos com as Minas. — Foram estudadas as minutas dos contratos a fazer com a Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Lora e com a Empresa Carbonífera de Douro, para fornecimento de carvão à nossa Central e utilização dos transportadores por esta última Empresa para transporte dos seus carvões para terceiros. Foram introduzidas algumas ligeiras alterações depois do que ficaram aprovadas.

Pedior de convocação da Assembleia Geral — O Senhor Presidente apresentou as contas respeitantes à gerência de mil novecentos e cinqüenta e seis as quaes, depois de discutidas, foram aprovadas. Em seguida, foi também aprovado o relatório a submeter com as contas à Assembleia Geral Ordinária, cuja convocação se resolveu pedir para treze de março próximo.

Estudos sobre a aplicação da energia nuclear. — O Senhor Presidente referiu-se ao movimento de interesse com que em determinados sectores se está a olhar o problema da utilização da energia nuclear, dizendo que considerava conveniente levar ao conhecimento das entidades competentes qual a posição que esta Empresa entende dever tomar na matéria. Assim, propôs que se comunicasse ao Presidente da Junta de Energia Nuclear que a Empresa Termoelectrica Portuguesa está altamente interessada nos estudos sobre a energia nuclear e o seu aproveitamento industrial.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas.

For Harrison & Harrison for
Sharon. Beils Pass & Farm.

~~Faint~~

Acta n.º 50

Aos treze de Março de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez horas, reuniu em sessão, na sede social, uma Dr Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais e os membros do Conselho Fiscal Senhores Engenheiros Galamba de Oliveira, Presidente, Carlos Alves e Teixeira de Vasconcelos, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Adjudicação da Tomada de Água - O Senhor Presidente informou que o estudo da tomada de água que havia sido confiado aos Senhores Engenheiros Taveira e Grainger Pinto estava concluído, tendo sido en-

vidados vários empreiteiros a apresentarem propostas para a construção. Foi analisado o relatório dos Serviços que faz a apreciação das propostas. De acordo com as conclusões do mesmo, foi feita à Noroeste a adjudicação da construção da Tomada de água pela quantia de três mil e quinhentos mil trezentos e noventa e oito escudos e oitenta centavos. O prazo de execução da empreitada é de cento e oitenta dias. Não ficaram incluídas no valor da empreitada as rubricas para bombagem e as comprimeiras e, se vier a ser necessária, a madeira para entraições.

Estradas de acesso às instalações da Central — O Senhor Presidente referiu-se em seguida à proposta dos Serviços de Estudos para se executarem alguns acessos, conforme a nota previamente distribuída. Considerando o assunto, o Conselho resolveu fazer a adjudicação a Gil de Andrade e Silva da construção dos ramais de ligação à subestação, plataforma dos ventiliadores e chaminis (cota quarenta e três) plataforma dos misturadores na base dos silos de casão (cota cinquenta), parque de casão nacional e plataforma da sala das máquinas (lado montante), nas condições indicadas na proposta dos Serviços de Estudos, sendo a adjudicação parte a "forfait" e parte a medição e no valor ocado de mil cento e dez contos.

Abarracamentos para a Companhia União Fabril — Tendo feito a apreciação das propostas, o Conselho resolveu fazer a adjudicação da construção dos abarracamentos para a Companhia União Fabril a Ramiro Loureiro por duzentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e cinco escudos, nas condições da proposta dos Serviços de Estudos.

Aquisição de duas pontes rolantes para serviço auxiliar — O Senhor Presidente informou que se tornava necessário adquirir duas pontes rolantes para serviço auxiliar. Consultadas a Sonote e a Maque apresentaram os seus orçamentos. Estudado o assunto, os Serviços propõem a adjudicação do fornecimento à Maque, por cento e cinquenta e seis contos, não incluindo o prolongamento de caminhos de rolamento por não ser necessário. O Conselho de Administração deu o seu acordo à proposta.

Material eléctrico da cantina e balneários — O Conselho, em seguida, examinando as conclusões do relatório dos Serviços aprovou a aquisição do seguinte equipamento para a cantina e para o balneário: —

- à Companhia Fabril de Louça Esmaltada, dois fogões, por catorze mil quatrocentos e noventa e três escudos;
- a Ribeiro & Vilas, uma fritadeira, uma massiota basculante e uma máquina de lavar pratos, por sessenta e três mil escudos;
- a Marcelino Afonso, uma máquina de descascar batatas e uma máquina universal de cozinha Ballerup, por dez mil e quatrocentos escudos;
- a António Mendes, um balcão armário, por nove mil escudos;
- à General Electric Portuguesa, dois frigoríficos, por dezasseis mil trezentos e sessenta escudos;

- a Jayme da Costa, um termoacumulador de cem litros e um de
duzentos litros, por onze mil duzentos e sessenta escudos; e
- as Indústrias Eléctricas Associadas, um termoacumulador de mil
litros, por trinta e três mil e seiscentos escudos.

Aquisição duma camioneta para transporte do pessoal - O Senhor
Presidente explicou a necessidade de se adquirir um transporte,
para uma lotação de cerca de quinze pessoas, a fim de estabelecer
a ligação regular entre a sede e a central, do pessoal que ali vai
prestar serviços diariamente. Depois duma troca de impressões, ficou
acordado que a resolução deste assunto ficasse entregue ao Senhor
Engenheiro Paes de Faria.

Cabo de quinze quilovóltios para o posto do estaleiro - Chamando a
atenção para a nota fornecida pelos serviços, o Senhor Presidente apor-
tou a necessidade da compra de cerca de trezentos metros de cabo arma-
do de quinze quilovóltios, para ligação subterrânea da linha de ali-
mentação da Companhia Nacional de Electricidade até ao novo posto de
estaleiro. Fizeram-se consultas e a proposta mais vantajosa foi a da
Zickermann com grande diferença do preço proposto pela firma Cabos
Armados e Telefónicos. Discutido o assunto e na intenção de beneficiar
a indústria nacional, foi resolvido consultar novamente a firma Cabos
Armados e Telefónicos para o fornecimento de uma bobine, visto o
Senhor Engenheiro Almeida Fialho ter prometido que a União Eléctrica
Portuguesa ficaria com o excedente. Deverá pedir-se a Cabos Armados
e Telefónicos a indicação do preço mais reduzido possível.

Gerador de vapor - Prazo de fornecimento - O Senhor Presidente referiu-
se ao facto de ter surgido, depois da convocatória, um problema para
o qual chama a especial atenção dos presentes, dada a responsabilidade
que o assunto envolve. Trata-se de estabelecer com a Stein et Roubaix,
fornecedora do gerador de vapor, negociações conducentes à recuperação
de alguns atrasos já verificados na execução da encomenda. A Stein
et Roubaix transferiu para a Companhia União Fabril parte da en-
comenda. Por outro lado confiámos à Maque a construção da estru-
tura metálica da casa das caldeiras. Tanto a montagem da caldeira
como a da estrutura são solidárias. A Maque não pode tomar
compromissos firmes de prazos por não ter garantias quanto às da-
tas das entregas dos fornecedores dos ferros. A entrada em funcio-
namento da caldeira não poderá assim verificar-se na data prevista.
A avaliar pelas datas em que a Maque e a Companhia União Fabril
darão provavelmente início à montagem - um de Agosto do corrente
ano - a Stein et Roubaix como precisa de treze meses para a mon-
tagem, só em um de Setembro de mil novecentos e cinquenta e
oito dará a caldeira a funcionar, isto é, com dois meses de atraso.
Cumpre-se a promessa da entrada em funcionamento no verão. Mas,
será de aceitar este atraso? Perguntámos à Stein et Roubaix se

o prazo de treze meses para a montagem poderia ser reduzido. A resposta foi de que, sem compromissos, admitiam a possibilidade, mas com agravamento de despesas, calculadas em mais de seiscentos contos. Apresentam-se, assim, quatro caminhos a seguir:—

Primeiro — Aceitar a entrada em funcionamento em um de Setembro, sendo esta a data a partir da qual serão contadas as penalidades por atrasos. —

Segundo — Aceitar o risco do pagamento de um "forfait" de setecentos contos sem garantia do benefício do prazo; sem esta nossa contribuição não é possível conseguir qualquer vantagem de tempo. —

Tercio — Insistir para que a Stein et Roubaix tome algum compromisso de adiantar a montagem com o suplemento de preço que lhes permite andar mais depressa e assim evitar o pagamento de multas. No reconhecimento da Stein et Roubaix de que a Companhia União Fabril se descuidou com as encomendas dos ferros estaria o fundamento para insistirmos nesta solução. —

Quarto — Propor um prêmio para a antecipação que a Stein et Roubaix conseguir, em relação a um de Setembro de mil novecentos e cinquenta e oito. —

Foi largamente debatido este assunto e, depois de bem analisados e ponderados todos os argumentos da questão, optou-se pela solução de apresentar à Stein et Roubaix a oferta de um prêmio progressivo na razão inversa do tempo de antecipação, admitindo-se o desdobramento do prêmio num adiantamento fixo e num pagamento complementar. Assim e finalmente, foi aprovado que se negociasse um prêmio de cerca de novecentos contos na base de antecipações de um mês. —

Engenheiro Caria — Foi autorizada a utilização dos serviços do Senhor Engenheiro Caria, no período decorrente de um de Março a trinta e um de Maio de mil novecentos e cinquenta e sete, com o vencimento de três mil e quinhentos escudos por mês. —

Jaques Tyssen — O Senhor Engenheiro Manoel Fialho referiu-se ao acidente que sofreu o Senhor Jaques Tyssen que se encontra hospitalizado e que muito o impressionou. Todos os presentes lamentaram o sucedido com palavras de muita simpatia pelo Senhor Jaques Tyssen e declararam que têm acompanhado com muito interesse a evolução da sua doença, tendo resolvido expor na acta desta sessão um voto de voto apelo pelo Senhor Jaques Tyssen com o maior desejo de um rápido e completo restabelecimento, e que esta parte da sessão seja lida ao conhecimento da sua família e da Empresa Carbonífera do Douro, Limitada. —

Auxiliar de escritórios — Resolveu-se admitir um assalariado para serviços auxiliares de escritórios. —

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão eram doze horas. —

For the Commission
António Luís Pais de Faria

for

António Luís Pais de Faria

António Luís Pais de Faria

António Luís Pais de Faria

António Luís Pais de Faria

Acta nº 51

Aos vinte e seis de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas onze horas e vinte minutos, reuniu em sessão, na sede social, uma de Bolhas número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Administradores Senhores Engenheiros Pais de Faria, Machado Vaz, Facinas d'Almeida e Manuel Fialho.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta de sessão anterior.

Designação do Vogal Presidente - Depois de troca de impressões, os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Machado Vaz, Facinas d'Almeida e Manuel Fialho, emitiram a opinião de que se mantivesse no cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Senhor Engenheiro Ferreira Dias, representante da Companhia Nacional de Electricidade, o qual aceitou o cargo.

Designação do Administrador-Delegado - O Senhor Engenheiro Ferreira Dias, com o acordo dos Senhores Engenheiros Machado Vaz, Facinas d'Almeida e Manuel Fialho, propõe que se mantenha como Administrador-Delegado, o Senhor Engenheiro Pais de Faria, o qual também aceitou o cargo.

Adjudicação do posto de transformação de mil e quinhentos KVA - Foi ratificada a adjudicação à Inef de fornecimento e montagem do posto de transformação de mil e quinhentos KVA, pela quantia de cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e oitenta escudos.

Adjudicação da construção dos silos de carvão de São Pedro da Corva - De acordo com as informações dos Serviços de Estudos, foi adjudicada à firma Construções Especiais, Limitada, a construção dos silos de carga do teleférico em São Pedro da Corva, fundação da estação de partida e muros de suporte, sendo facto por "forfait" e parte por medição no valor base de quinhentos e vinte e seis mil quatrocentos e sete escudos e cinquenta centavos. O Senhor Presidente submeteu à apreciação do Conselho esta resolução, a qual foi aprovada.

Adjudicação da construção e montagem da estrutura metálica de suporte da aparelhagem eléctrica da subestação de cinquenta e cinco KV. - Tendo também sido já feita esta adjudicação, de acordo com a informação

dos serviços, o Conselho deu o seu assento à adjudicação à Construtora moderna por cento e seis mil escudos.

Adjudicação da construção dos silos de carga do teleferico de Lajão - O Senhor Presidente propôs que esta adjudicação fosse feita às Construções Especiais se esta firma mantiver os preços unitários da empreitada da construção dos silos de carga do teleferico de São Pedro da Cora. Esta proposta fundamenta-se no seguinte: serem idênticas as duas empreitadas; dos quatro empreiteiros consultados para a anterior, só Construções Especiais e Gil de Andrade e Silva apresentaram propostas. Desta forma, não vale a pena abrir novo concurso e ganhar-se tempo. O Conselho concordando com esta orientação, aprovou a adjudicação naquelas condições.

Segunda emissão de obrigações - O Senhor Presidente comentou o officio do Fundo de Fomento Nacional em que se informa que as instituições de previdência não tomam parte na subscrição da segunda emissão de obrigações desta Empresa. Trocaram-se impressões sobre a repercussão que isto pode ter no êxito da emissão e resolveu-se negociar com os Bancos a tomada firme da emissão de quarenta e cinco mil contos de obrigações, admitindo mais alguns Bancos além daqueles com que temos negociado. Igualmente se julgou conveniente dar conhecimento ao Ministro da Presidência das repercussões desfavoráveis que a referida decisão pode ter não só na emissão de obrigações agora projectada, como no próprio credito desta Empresa, se os Bancos não derem acolhimento inteiro à tomada firme.

Excursão do pessoal da Companhia Nacional de Electricidade - O Senhor Presidente informou da intenção da Companhia Nacional de Electricidade de realizar o passeio anual do seu pessoal, visitando este ano as instalações desta Empresa. O Conselho manifestou o prazer que esta visita nos dá e resolveu dispensar aos visitantes o melhor acolhimento possível e oferecer-lhes o almoço do dia da visita.

Pessoal técnico - O Senhor Presidente disse ser oportuno admitir ao serviço o Senhor António dos Santos Rodrigues, que se destina a desempenhar as funções de maquinista chefe, ocupando-se por agora das de encanagador das Oficinas. O Conselho aprovou a admissão, com o vencimento de dois mil e oitocentos escudos e um subsídio de fixação de residência de duzentos escudos. Pela utilização de casa da Empresa haverá lugar à dedução de duzentos e cinquenta escudos mensais.

Foi também resolvido comunicar ao agente técnico Senhor António Emenciano de Sousa Araújo de que seria admitido em Agosto, ou mais cedo até, se convier ao interessado.

Pessoal Administrativo - Em vista do crescente aumento de trabalhos que se vem verificando, o Senhor Presidente disse que também era necessário admitir um terceiro escriptorário para a contabilidade. Foi aprovado.

Comissão de Vencimentos - O Senhor Engenheiro Paes de Faria deu conhecimento da resolução tomada pela Comissão de Vencimentos na sua reunião de um de corrente.

Análise geral do estado dos trabalhos — O Senhor Presidente fez uma longa exposição sobre os trabalhos em curso, nomeadamente quanto às encomendas de equipamento. Quanto às obras, disse que correm de forma a satisfazer. Relativamente à marcha da fabricação do equipamento, deu informações sobre as impressões da sua visita aos fornecedores. Na Stein et Roubaix discutiu o assunto da nossa carta em que pedíamos a promessa de redução do atraso na entrega do gerador; a Stein et Roubaix mostra dividida em tomar um compromisso, mas prometeu pensar no assunto e dar uma resposta até ao fim de Maio.

Na Apperage obtive a declaração de que os transportadores estarão em funcionamento em um de Agosto de mil novecentos e cinquenta e oito.

Quanto à Brown Boveri & Compagnie não pode emitir uma opinião tão favorável. Esclareceram-se alguns problemas e a Brown Boveri & Compagnie resolveu mandar a Paris um engenheiro accutar com a Stein et Roubaix o funcionamento do command, propondo a ida simultânea do Senhor Engenheiro Luiz Simões. Foi finalmente acordado que nos seria enviado em Maio um programa gráfico sobre a planificação das entregas e das montagens; ficou no entanto com algumas dúvidas sobre se a Brown Boveri & Compagnie vai cumprir.

Senhor Jacques Tyssen — Foi presente uma carta da Empresa Carbonífera de Douro em que agradece os votos formulados por este Conselho de rápidas melhoras do Senhor Jacques Tyssen.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e vinte minutos.

Em harmonia com o original
António Luís Paes de Faria

António Paes de Faria
Macedo e Castro

Acta n.º 52

Aos dezasseis de Maio de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezasseis horas, reuniu-se em sessão na sede social, rua de Bolhão número sessenta e dois — terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manoel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Senhor Luís dos Santos Monteiro — O Senhor Engenheiro Manoel Fialho referiu-se ao falecimento do Senhor Luís dos Santos Monteiro que, durante longos anos, esteve à frente dos destinos da Companhia das Minas de Carrão de São Pedro da Cora, propondo que este Conselho de Administração, dada a íntima ligação da Empresa com esta Companhia, pres-

tasse respeitosa homenagem à sua memória registando na acta os votos de seu lido pesar pelo falecimento do Senhor Luis dos Santos Monteiro. Todos se associaram às palavras do Senhor Engenheiro Manoel Fialho, tendo sido aprovada a proposta. O Senhor Engenheiro Farinas d' Almeida agradeceu muito o conteúdo em nome da Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cora a resolução tomada, dizendo que a acção administrativa do Senhor Santos Monteiro criou as condições necessárias para a Companhia poder resistir à grave crise económica que atravessa há vários anos e tendo sido, ainda um exemplo edificante de resignação no meio de todos os seus sofrimentos.

Obrigações - Segunda emissão - O Senhor Presidente disse que, antes de entrar nos trabalhos marcados para esta sessão, queria ter o prazer de comunicar que a colocação da segunda emissão de obrigações nos Bancos foi facilitada, pois houve necessidade de proceder a um rateio em relação à quantidade de obrigações que cada Banco pretendia tomar firme. Ficou, assim, desvanecido o receio de dificuldades da emissão, a qual será anunciada na data prevista e, como se espera, não surgirá qualquer dificuldade. O Conselho congratulou-se com a informação.

Adjudicação da construção da estação de partida do telephico de Pejão - O Senhor Presidente disse que tinha sido resolvido na última sessão fazer a adjudicação desta empreitada, sem consultas, às Construções Especiais, se esta fizesse mantiver os preços unitários apresentados para a obra dos silos de São Pedro da Cora. Como, porém, os preços apresentados agora são mais caros, os Serviços propõem que se convide o empreiteiro a justificá-los. O Conselho entende que os Serviços devem chamar o empreiteiro para dar os preços de acordo com os da anterior adjudicação.

Adjudicação dos acabamentos do edificio da Casa das Magníficas, Comando e Escritorio - O Senhor Presidente falou das propostas apresentadas sendo: a de Gil de Andrade e Silva de cinco milhões novecentos e vinte mil novecentos e oitenta escudos; a de Diamantino Tojal de sete milhões e vinte e nove mil quinhentos e oitenta e cinco escudos e quarenta centavos; e a de Construções Especiais de oito milhões trezentos noventa e três mil setecentos e vinte e nove escudos e dez centavos. Vê-se assim que o primeiro destes empreiteiros apresentou um preço mais baixo cerca de mil e cem contos do que o de concorrente mais próximo. Foi também lida uma carta de Diamantino Tojal, datada de quinze de corrente em que apresenta e pretende justificar um preço revisado que mesmo assim é superior ao de Gil de Andrade e Silva em cerca de trezentos contos. Na apreciação das propostas considerou-se a influencia que na marcha dos trabalhos da construção do edificio poderia ter a mudança de empreiteiro; mas tomando em conta as datas em que as obras de Vosso têm de estar completamente livres, não se vê qualquer inconveniente em se fazer a adjudicação a Gil de Andrade e Silva, tanto mais que as opiniões dos técnicos e do architecto são favoráveis. Nestas condições foi resolvido fazer a adjudicação a Gil de Andrade e Silva por cinco

milhões novecentos e vinte mil novecentos e oitenta escudos, da empreitada de acabamentos do edifício da Casa das Máquinas, Escritório e Comando. Aquisição duma casa. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria expõe a vantagem de se adquirir, por cerca de cinquenta contos, uma casa que há em Brealhos, para alojamento do pessoal. O Conselho deu o seu acordo, confiando ao Senhor Engenheiro Paes de Faria a resolução do assunto, como melhor entender.

Visita do Senhor Presidente ao Ministro das Corporações. — Finalmente, o Senhor Presidente informou da visita que fizera ao Senhor Ministro das Corporações, na qual abordou o assunto respeitante à rentabilidade da Empresa e à posição tomada pelo Ministro de não autorizar as Instituições de Presidência a submeter a parte que lhes estava reservada na segunda emissão de obrigações da Empresa Termoelectrica Portuguesa. Sobre o assunto explanou as dúvidas que o Ministro levantou e relatou a exposição que, em resposta, lhe fez a qual visou fundamentalmente a viabilidade da Empresa e a rentabilidade do capital nela investido. Abordou a questão, analisando-a sob os dois seguintes pontos de vista: necessidade da Empresa; e necessidade da Central. Quanto ao primeiro entende que não vale a pena discuti-lo uma vez que a orientação do Governo foi exactamente no sentido da constituição da Empresa. Haveria divergência de opiniões que já não interessa considerar.

Quanto ao segundo aspecto — necessidade da Central — ninguém a põe em dúvida. É absolutamente indiscutível. E sendo assim, é lógico que se tem de encontrar solução para a sua existência em condições de assegurar os serviços que lhe estão destinados. Aliás a tranquilidade que este raciocínio traz por si só aos espiritos, transforma-se em certeza com a promessa do Governo expressa na alínea g) do artigo oitavo do Decreto-Lei número trinta e nove mil seiscentos e trinta e dois, de quatro de Maio de mil novecentos e cinquenta e quatro, segundo a qual os cadernos de encargos da concessão contarão as normas que definam o modo de obter os meios necessários para garantir a execução e a rentabilidade económica do empreendimento.

Durante esta conversa teve também ocasião de expor ao Ministro o que pensa sobre o desenvolvimento e evolução do plano de electrificação nacional. O Senhor Presidente disse que o Senhor Ministro se declarara muito satisfeito com a conversa havida, com a qual muito beneficiou porque passaria a ter uma ideia muito mais clara da questão e a encarar o problema da Empresa Termoelectrica Portuguesa por uma forma mais tranquila do que até aqui.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas.

João Bernardino de Oliveira
Secretário do Conselho
João

Francisco Sá Carneiro

Mauro de Sá

Acta 53

Das vinte e nove de Junho de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezasseis horas, reuniu em sessão na sede social, rua do Bolhão numero setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Faria e d'Almeida e Manoel Fialho, vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Aquisição de uma ponte rolante para a estação de bombagem. O Senhor Presidente disse que o assunto em discussão consta da informação dos serviços oportunamente distribuída. Todos concordaram com o Senhor Presidente em que o assunto não oferece nenhuma discussão, tendo por isso sido aprovada a proposta de aquisição à Maque por seiscentos e noventa e dois contos da ponte rolante para a estação de bombagem incluindo a montagem.

Aquisição de ferramenta especial para a montagem e futuras revisões da caldeira. O Senhor Presidente em relação ao assunto da nota igualmente distribuída, observou que, a fim de não sobrecarregar o custo da primeira fase das instalações, entenderia que só deveria ser adquirido o que fosse considerado indispensável para já. Nestes termos, propõe e foi aprovado por unanimidade, que a aquisição desta ferramenta seja reservada para quando se encomendar o segundo grupo, tanto mais que não é provável verificar-se a necessidade de reparação, visto tratar-se de uma caldeira nova e com um prazo de garantia de funcionamento assegurado pelo contrato de fornecimento.

Aquisição de tanques para a instalação de tratamento de água complementar. De harmonia com a informação dos serviços e em virtude do assunto não oferecer motivo para qualquer observação, foi resolvido fazer a adjudicação à Babcock & Wilcox por cento e setenta e dois contos, dos tanques para a instalação de tratamento de água complementar.

Aquisição de material de montagem de cabos de sessenta e cinco quilovolts. — Em virtude das mesmas razões atrás invocadas, foi resolvido que a aquisição de material de montagem dos cabos de sessenta e cinco quilovolts, seja considerada apenas na altura em que se fizer a instalação do segundo grupo, tendo-se admitido até que os serviços municipais de gás e electricidade do Porto, uma vez apetrechados para o efeito, possam vir a prestar qualquer serviço técnico de montagem ou de reparação de avarias que venham a verificar-se. Nestas condições o Conselho aprovou a adjudicação da montagem dos cabos pelo "forfait" de noventa e cinco mil e duzentos escudos, mais a aquisição de um lote

de peças de reserva por vinte e dois mil e oitocentos escudos.

Pedidos de subempiteiros Sonec — O Senhor Presidente pediu a atenção para o assunto constante dos documentos que foram distribuídos respeitantes aos pedidos de subempiteiros Sonec de uma participação nos prejuizos recificados na construção da escaleira da estação de bombagem. Disse, conforme se vê destes documentos, que os nossos técnicos não reconhecem pertencer-lhes qualquer responsabilidade no incidente. Há pois que considerar que qualquer participação da Empresa teria sempre o carácter de um acto de generosidade. Os prejuizos apontados são de cerca de cento e cinquenta contos pelo que, em qualquer caso, a participação da Empresa não deveria exceder cinquenta contos. Foi no entanto resolvido, depois de discutido o assunto, que essa importância deveria ser concedida como prémio pelo cumprimento de prazos fixados para a obra.

Admissão de um fiscal — O Conselho deixou ao Senhor Engenheiro Paes de Faria a solução do assunto.

Fundação para o equipamento de manuseamento de cascaes — O Senhor Presidente disse que se verificava pela informação dos Serviços, que a proposta mais vantajosa era a da bopoça pelo que lhe foi adjudicada a obra de construção das fundações para o equipamento de manuseamento de cascaes, pelos preços unitários da proposta.

Estação terminal de Beja — O Senhor Presidente informou o Conselho de que em seguimento da resolução tomada na última sessão, Comissões especiais fizeram uma redução de sete por cento no valor total da empreitada, de modo esta atingir cerca de trezentos e setenta e três contos.

Aquisição de uma casa em Bealhos — O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que se desistiu da aquisição de uma casa em Bealhos de que se tinha falado na última sessão, visto que nela existe uma sala que não pode ser desapertada do funcionamento duma escola oficial.

Pessoal Técnico — O Senhor Presidente informou da desistência do Senhor António Emmerenciano de Sousa Araújo da sua candidatura a agente técnico desta Empresa, apresentando as suas desculpas e justificações.

Aumento de capital — O Senhor Presidente informou que no próximo dia um de Junho seria annunciada a segunda emissão de quarenta e cinco mil contos de obrigações. Recordou que também está no nosso plano financeiro a emissão de cem mil contos de accções, como aumento de capital social. Sugere que, como as operações necessárias levam muito tempo e a fim de que os novos accionistas vão pensando no assunto, se iniciem desde já as diligências necessárias. Depois de troca de impressões sobre o assunto, o Senhor Presidente disse que era sua convicção de que o Senhor ministro das Corporações daria o seu accordo à respectiva tomada das Caixas de Previdência, tencionando para o efeito avistar-se com aquele Senhor ministro sobre o assunto. Finalmente foi aprovado, por unanimidade, tratar-se da emissão de aumento de capital de cem mil

contos nos termos aprovados pelo Conselho Económico.

Engenheiro Chevalier — O Senhor Presidente referiu-se ao falecimento do Senhor Engenheiro Chevalier no desastre de automóvel ocorrido quando em viagem com os Engenheiros Botelho de Sousa e Guy Dufour da Inef os quais ficaram feridos. O Senhor Presidente lamentou muito sentidamente o triste acontecimento referindo-se não só com muita simpatia às qualidades pessoais do Engenheiro Chevalier, como também ao seu elevado valor técnico que faziam dele o competente Chefe do Serviço de Estudos de Transformadores dos Ateliers de Constructions Electriques Charlevoix.

Foi resolvido endereçar à Inef as condolências desta Empresa e os votos de completo restabelecimento dos Engenheiros Botelho de Sousa e Guy Dufour.

Pagamento de carvão às Minas — O Senhor Presidente deu conhecimento de uma carta da Empresa Carbonífera de Dourado em que pede indicação da quantidade de carvão que deverá pôr à disposição da Termoelectrica a partir do próximo mês de Julho. Foi resolvido que o montante mensal a considerar, para os efeitos da cláusula décima do nosso contrato com as Minas, seja de cinco mil e quinhentas toneladas, rectificando-se posteriormente as expedições de modo que o total de carvão a receber durante um ano, a partir de um de Julho próximo futuro, não sofra qualquer alteração.

Procuração ao Senhor Doutor Carlos Graça — O Conselho resolveu que fosse passada procuração ao Senhor Doutor Carlos Graça para, nas escripturas de constituição de servidões dos teleféricos que ligam as Minas de Pejão e de São Pedro da Cora à nossa Central, outorgar em nome da Empresa e praticar quaisquer actos necessários relacionados com essas servidões.

Enão havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez e meia horas.

Em harmonia com o texto
Antônio Carlos Graça e outro
João de Deus
Macacento

Acta 54

Aos doze de Julho de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez e meia horas e trinta minutos, reuniu-se sessão na sede social, rua de Bolhão número sessenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Machado Vaz, Faria e D'Almeida e Manoel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Adjudicação dos reservatórios para água industrial. — Foi analisada a informa-

ção dos Serviços e adjudicada, de acordo com os mesmos, a Diamantino Tojal, por quatorcentos e vinte e três mil quatorcentos e dois escudos e vinte centavos, a construção dos reservatórios para água industrial no prazo de oitenta dias, não podendo usar fogo no demonte a fazer.

Adjudicação do muro-cais. — Foi adjudicada a Gil de Andrade e Lira a construção do muro-cais por apresentar preços mais baixos do que os outros concorrentes. A obra é por medição excepto a enrocadura cujo orçamento é de dezasseis contos. O prazo de construção é de sessenta dias.

Adjudicação do quadro de controle Bailey. — O Senhor Presidente diz, como esclarece a informação, que se trata do quadro onde se vai montar o equipamento a fornecer pela Brown Boveri & Compagnie para o comando do grupo Turbo-alternador. Dadas as razões apontadas na informação dos Serviços, foi aprovada a aquisição à Bailey por cerca de cento e setenta contos, do quadro para o controle da marcha do grupo Turbo-alternador.

Adjudicação das tubagens dos circuitos de óleo para aquecimento. — O Senhor Presidente esclarece que a nota dos Serviços se refere a um aumento de cerca de quinhentos contos, em relação à estimativa inicial do custo da instalação da tubagem, aumento que resulta de rectificações definitivas das dimensões das tubagens e da quantidade de acessórios para os circuitos de óleo de aquecimento e suporte da combustão com os circuitos auxiliares de aquecimento por vapor, ar comprimido de injeção, postos de redução de pressão e temperatura, postos de regulação automática, etc.. Muito embora se conte com alguma compensação nas outras posições deve procurar reduzir-se a encomenda ao indispensável por agora, para se evitar exceder as verbas aprovadas pelo Conselho Económico para despesas a realizar em mil novecentos e cinquenta e sete e mil novecentos e cinquenta e oito. Unânimemente de acordo com esta orientação o Conselho, depois de apreciar o assunto, resolveu submeter a estudo dos Serviços os termos em que a encomenda poderia ser feita de forma a conseguir-se o máximo de redução de encargos, aguardando a montagem da segunda fase para completar a instalação. Foi também resolvido negociar a utilização de crédito externo, por intermédio dos fornecedores, junto de estabelecimentos de crédito estrangeiros. Desta forma a Empresa coloca-se dentro da orientação aconselhada pelo Governo.

Utilização graciosa da linha de sessenta quilovolts da Companhia Nacional de Electricidade. — Foi presented a carta em que a Companhia Nacional de Electricidade oferece a título gracioso a utilização pela Termoelectrica da linha de sessenta quilovolts que liga a Tapada do Entero a Emeginde. Foi resolvido agradecer. O Senhor Engenheiro Nuno Fialho informou que o contrato de fornecimento com a União Electrica Portuguesa não sofreu alteração pelo facto de fornecimento a quinze quilovolts passar a ser feito pela linha da Companhia Nacional de Electricidade.

Pessoal - Desenhador. — O Senhor Presidente propôs a admissão como desenhador do Senhor Rocha de Sousa que tem estado a prestar serviço desde há bastante tempo, com carácter eventual, como ajudante de desenhador. Foi aprovado.

Pessoal Administrativo - Admissão de dois escrivães. — O Senhor Presidente informou da necessidade que os serviços Administrativos têm feito sentir de se admitir alguns funcionários que permitam a execução do serviço em termos satisfatórios. A fim de ir ao encontro desta aspiração, o Conselho autorizou a admissão, por agora, de dois novos terceiros escrivães.

Problema da definição dos recursos normais da Empresa. — O Senhor Presidente abordou o problema da solução conveniente respeitante à obtenção dos recursos normais da Empresa. Disse ser urgente tratar deste assunto porque a partir da entrada em funcionamento da Central deixaria de ser legítimo recorrer ao capital para satisfazer os encargos correntes. A proposta da alínea g) do artigo citados do Decreto-Lei numero trinta e nove mil seiscentos e trinta e dois, não teve até agora qualquer concretização. A Comissão de Apoio Técnico desenvolve um trabalho muito demorado, como é natural, não sendo possível tão cedo tomar uma decisão. A Comissão de Apoio Técnico nasceu por sugestão do Conselho Superior de Electricidade; mas a portaria que a criou não dá uma ideia indubitável da aprovação da doutrina daquele Conselho. Por outro lado, existe uma representação das companhias distribuidoras sobre a forma de cobrir o encargo de apoio técnico. A diferença entre a doutrina daquela exposta e a do Conselho Superior de Electricidade é apenas a seguinte: As empresas sugeriam o estabelecimento de tarifas especiais para as energias hidráulica e térmica; o Conselho é de parecer que a Companhia Nacional de Electricidade deve vender uma energia única garantida e não uma energia hidráulica, nem térmica. No essencial, as duas doutrinas coincidem. Por isso apresenta a sugestão de se fazer uma diligência, jondo os serviços da Companhia Nacional de Electricidade e da Termoellectrica em trabalho conjunto para aplicar a doutrina de parecer do Conselho Superior de Electricidade à Termoellectrica, de forma que, com uma base de entendimento, permita propor ao governo, no principio do ano que vem, alguma coisa de positivo sobre a matéria. Se em relação às outras técnicas existe o problema da avaliação, em relação à Termoellectrica não há dificuldade. Há que fazer ajustamentos tarifários, mas, uma vez que já temos apresentado uma solução concreta, o problema facilita-se. O Senhor Engenheiro Manuel Fialho expôs o seu ponto de vista. O trabalho a apresentar pela Comissão de Apoio Técnico e o estatuto de apoio Técnico são coisas diferentes. Concorde em que o problema para a Termoellectrica é grave, e junto é reconhecer-lhe o direito de ter interesse sobre os quilowatts que as outras empresas produzem. Esta Empresa é nitidamente de apoio das hidroellectricas. Na sua opinião deveria ser definida a nossa posição: se somos produtores que, como os outros,

vender a energia à Companhia Nacional de Electricidade; ou formando com as hidroeléctricas um "pool" para vender à Companhia Nacional de Electricidade uma energia única.

O Senhor Presidente, voltando a falar, lembrou que o acordo Zêzere/Cávado foi difícil pela razão de se firmarem nos valores investidos o que é um erro. Apesar das empresas serem administradas por pessoas de boa vontade, andou-se anos para se concluir um acordo. Por isso parece que a integração da Termoelectrica no grupo das hídras não facilitaria a solução. Há maior viabilidade na aplicação da doutrina do parecer do Conselho Superior de Electricidade. A sugestão que agora faz tem carácter provisório respeitandose apenas ao caso especial da Termoelectrica e que se justifica pela urgência.

O Senhor Presidente lembrou que qualquer das soluções preconizadas conduziria à alteração das tarifas; e esta alteração resultaria principalmente da Termoelectrica. É muito secundária a repercussão nas tarifas provenientes da integração das outras centrais térmicas no estatuto de apoio técnico.

Todos os presentes se pronunciaram pela necessidade de ser estudada com urgência uma solução. E nestas condições foi aprovada a proposta de se iniciar entre os serviços da Termoelectrica e da Companhia Nacional de Electricidade o estudo da aplicação da doutrina do Conselho Superior de Electricidade sobre o apoio técnico, de maneira a permitir apresentar ao Governo uma proposta concreta em que se defina a forma de cobrir o encargo do apoio técnico da Termoelectrica.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas dez e nove horas e trinta minutos.

Em' testimony of the minutes
António Luís Tavares de Sousa

António Luís Tavares de Sousa
Mauro de Sousa

Acta 55

Aos oito de Agosto de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas quinze horas, reuniu em sessão, na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Faria, d'Almeida e Manoel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Adjudicação da construção da chaminé de betão armado da Central - O Senhor Presidente chama a atenção para as notas distribuídas para apreciação das condições propostas pelos empreiteiros consultados para esta obra. Confronto

tadas as condições de execução da empreitada, foi a mesma adjudicada a Gil de Andrade e Silva por setecentos e oitenta e oito contos, devendo dar a obra pronta dentro de noventa dias.

Aquisição de cabos de potência de três quilovolts e de Baixa Tensão. — O Senhor

Presidente esclarece que o problema em discussão se refere a uma compra complementar da encomenda de cabos dada à INEL. Naquella altura era difícil indicar com precisão todos os cabos que eram necessários. A nota dos serviços esclarece sobre os cabos que vêm a ser necessários e dá a posição das propostas apresentadas pelas firmas consultadas para o fornecimento. O Conselho, analisada a nota referida, deu-lhe o seu accord. E assim foi aprovado: —

— Que seja adjudicado a Electrotécnicos Reunidos o fornecimento da totalidade dos cabos que, neste momento, se prevê ser necessário adquirir para a ligação de toda a aparelhagem da Central;

— Que se adquira imediatamente uma primeira partida de cabos de acordo com a proposta dos serviços no montante aproximado de quinhentos e vinte mil escudos.

Nova adjudicação da construção de dois depósitos de água. — O Senhor

Presidente explicou que o empreiteiro Diamantino Tójal encareceu em vinte e nove mil duzentos e cinquenta escudos a sua proposta e alargou para cento e vinte dias o prazo de execução, em resposta à nova carta em que o consultámos sobre as alterações a introduzir na proposta por motivo das escavações terem de ser feitas sem utilização de fogo. Nestas condições a proposta de Gil de Andrade e Silva tornou-se mais vantajosa, pelo que foi aprovada a adjudicação a este empreiteiro por quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e vinte e nove escudos e cinquenta centavos e no prazo de execução de oitenta dias.

Análise do problema financeiro. — O Senhor Presidente exprimiu o desejo de

relatar ao Conselho as diligências ultimamente feitas acerca dos problemas de ordem financeira de maior oportunidade e importância, neste momento, a fim de sobre eles se fazer a necessária troca de impressões. Informou que a segunda emissão de obrigações não foi inteiramente coberta pelo público; mas disse que isto não afectava o resultado da emissão, visto os Bancos a terem tomado firme pela totalidade. Relatou a conversa que teve com o Doutor Manuel Espírito Santo da qual concluiu que os Bancos não têm dúvida quanto à garantia das obrigações desta Empresa, mas consideram de toda a conveniência que houvesse um documento oficial que consagrasse as condições da sua rentabilidade no qual pudessem apoiar-se para dizerem aos clientes que o papel da Ternoellectrica é tão seguro como outro qualquer.

O Senhor Presidente falou também do pedido de cotação oficial das obrigações, dizendo que isso é considerado também pelos Bancos como condição favorável de colocação e negociação dos títulos. Quanto à cotação, era bom que se fizesse o possível para que ela não se fixe abaixo da das empresas congêneres, pois isso pode influir na impressão do público.

Sobre este assunto, o Conselho pronunciou-se em perfeita concordância com o exposto, mas concluiu que se a cotação é de interesse para a Empresa e reflecte um determinado prestigio no publico, é aos Bancos que interessa principalmente não a deixarem baixar e a elles compete evitá-lo, na medida em que são possuidores desses títulos.

Acresca da tomada de capital pelas Caixas de Previdência, na emissão do aumento previsto, o Senhor Presidente deu conhecimento do resultado da sua entrevista com o Senhor Ministro das Corporações o qual manteve a sua discordância a essa tomada, tendo lido até a acta da reunião do Conselho Económico em que faz a mesma declaração. Deste modo, a colocação da próxima emissão de capital apresenta-se com perspectivas pouco animadoras, tanto mais que o Zêzere, o Cávado, as Companhias Reunidas e as duas empresas mineiras, declararam que não dispõem de dinheiro.

Em face desta situação, o Senhor Presidente avistou-se com o Senhor Ministro da Economia a quem expôs a dificuldade em que a Empresa se encontra e disse que, na sua opinião, o aumento de capital devia ser tomado pelos accionistas, pois não lhe parece aconselhável uma subscrição pública; e disse mais que o Conselho de Administração considera indispensável resolver este assunto com urgência visto que por forma alguma desajazia ver-se na contingência de não ter fundos para honrar os seus compromissos. Falou-lhe do ponto de vista do Ministro das Corporações que estranha que o Estado não tirem capital nesta Empresa, em lugar da Previdência, e afirmou-lhe ainda que, em conversa que teve com o Ministro da Previdência este lhe dissera não ver, por si, inconveniente numa tomada de capital por parte do Estado; mas o Ministro da Economia manifestou, a este respeito, a convicção de que o Ministro das Finanças levantaria dificuldades. O Ministro da Economia prometeu tratar deste assunto no Conselho Económico, mas — disse — não pode fazê-lo sem mostrar um principio de solução do problema respeitante à Terna electrica. Para isso iria falar com o Subsecretário e com o Director-geral, para se tentar a publicação duma portaria que apontasse uma doutrina official. E assim esperava que em Outubro poderia trazer uma solução para a subscrição do capital.

O Conselho apreciou devidamente o que auvia do Senhor Presidente, tendo esperança que a promessa do Senhor Ministro da Economia se concretize, tão depressa quanto possível, pois se lhe afigura indispensável a intervenção do Governo.

Pessoal — Engenheiro Moniz Pereira. — O Senhor Presidente lembrou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração a respeito do Senhor Engenheiro Moniz Pereira, as quais — parece — terem dado resultado. O Senhor Engenheiro Moniz Pereira prometeu modificar a sua maneira de ser e tanto o Senhor Engenheiro Paes de Faria como o Senhor Engenheiro Luiz Simões, estão satisfeitos com a evolução verificada. O Senhor Engenheiro Paes de Faria confirma esta impressão dizendo que o Senhor Engenheiro

Moniz Pereira se tem dedicado mais; o trabalho desenvolvido foi bastante; a colaboração com os outros melhorou; e tem-se contrariado para se reunir e modificar profundamente. O Conselho apreciou muito esta modificação e indo ao encontro do pedido de aumento de ordenado desde então formulado, aprovou um aumento de dez por cento sobre o vencimento, a partir de um do corrente mês.

Cobertura dos encargos do apoio técnico. — O Senhor Presidente informou que o Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade aprovou que os seus serviços e os da Ternoellectrica estudassem as bases de acordo para a aplicação da doutrina do Conselho Superior de Electricidade sobre a cobertura dos encargos do apoio técnico no que respeita à Empresa Ternoellectrica Portuguesa. O Senhor Presidente disse pensar que este estudo não estará feito antes da segunda quinzena de Novembro.

Accidente verificado na obra. — O Senhor Engenheiro Farias d'Almeida perguntou se se apurou alguma responsabilidade do empreiteiro da obra de construção do betão armado da Casa das Máquinas.

O Senhor Presidente informou que a Polícia Judiciária está a proceder a um inquérito cujos resultados são ainda desconhecidos. Acrescentou, porém, que o Senhor Engenheiro Sacramento demonstrou a responsabilidade do empreiteiro. Relatou a conferência havida em que ficou esclarecido e confirmado que o pré-esforço de duas vigas tinha sido mal feito. Das duas soluções — demolir as vigas ou reforçá-las — o Senhor Engenheiro Sacramento optou pela segunda.

A rescisão do contrato, que se justificara pela perda de confiança no empreiteiro, não foi considerada como a solução aconselhável neste momento. Há quatro quintos de obra realizada e, nestas condições, a melhor solução é aguentar o empreiteiro e acompanhá-lo mais de perto. O Senhor Engenheiro Sacramento aceitou a incumbência de acompanhar a fiscalização.

Foram discutidas com o Senhor Engenheiro Sacramento as notícias dos jornais e concluiu-se não haver razão para qualquer comunicado. O Senhor Engenheiro Sacramento manifestou interesse em que ficasse na Empresa um documento com um parecer técnico sobre as causas e responsabilidade do acidente. Foi por isso incumbido o Senhor Engenheiro Campos e Leões de fazer um relatório que sirva para defesa da Empresa e do Engenheiro Civil autor do projecto. O Senhor Presidente informou de ter sido acordado com o empreiteiro que seriam reforçadas as vigas. Foi também proibida a entrada na obra de filhos do empreiteiro que várias vezes tem desrespeitado a fiscalização e foi-lhe imposto pôr à frente da obra um engenheiro civil. Ambas estas providências estão cumpridas.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão dezasseis horas, digo, sessões eram dezasseis horas.

Em homenagem do Sr. Engenheiro F.
 Senhor Presidente da Companhia
 Farias d'Almeida

Alfredo Alves
Presidente

Acta nº 56

Aos vinte e três de Outubro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez horas, reuniu em sessão, na sede social, rua Dr. Bolhão, número setenta e dois - Terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Fereira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador Delegado, Fátima d'Almeida e Manoel Fialho, Vogais. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Engenheiro Machado Vaz.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Ficou registado que, por virtude de estarem ausentes em diversas missões no estrangeiro e em férias, não foi possível reunir número suficiente de administradores para se fazer a reunião de Setembro.

Alteração da encomenda das tubagens. - O Senhor Presidente explicou que, após a encomenda dada à Fabricom, foi feita uma revisão dos traçados das tubagens, o que dava lugar a alterações importantes à estimativa que serviu de base à encomenda. De acordo com a resolução deste Conselho, foi feito novo estudo com vista à supressão de tudo o que pudesse ser relegado para o segundo escalão da Central e, consequentemente, reduzisse ao mínimo o acerto a fazer. O estudo fez-se e chegou-se a um aumento final de um milhão de francos belgas ainda susceptível duma redução de cem mil francos belgas aproximadamente. Nestas condições, e para ganhar tempo, escreveu-se à Fabricom a dar esta encomenda complementar de que resulta uma modificação na encomenda inicial de cerca de mais um milhão de francos belgas. O Conselho deu o seu acordo à decisão tomada.

Apreciação das propostas para a instalação de tratamento de água potável.

- O Senhor Presidente analisou a apreciação dos serviços às propostas para o fornecimento do equipamento da estação de tratamento de água potável. Pelos elementos fornecidos o Conselho verificou as vantagens e os inconvenientes das instalações que os concorrentes - Alfredo Alves e Companhia e a Sociedade de Estudos Técnicos - apresentaram nas suas propostas e concluiu que qualquer delas poderia ser aceite. O Conselho resolveu que a encomenda fosse adjudicada à firma Alfredo Alves e Companhia por cento e dezasseis mil cento e cinquenta escudos ou à Sociedade de Estudos Técnicos por noventa e três mil e quatrocentos escudos, conforme a informação a colher dos serviços municipalizados do Porto sobre o método de esterilização e neutralização mais aconselhável.

Apreciação da proposta da Maque para o fornecimento da estrutura

metálica da casa das caldeiras - Segunda fase. — O Senhor Presidente pôs à apreciação este assunto sobre o qual deram o seu parecer os Senhores Engenheiros Mariaz Simões e Campos e Mateos. Do estudo do assunto resultou que é pequena a economia que se obtém com a construção imediata da estrutura e, por outro lado, existe o inconveniente de comprometer qualquer solução futura que possa ser considerada e que não se ajuste à estrutura. Por isso a proposta foi considerada pelo Conselho, neste momento, sem interesse. Julgou-se, no entanto, prudente apresentar ao autor do projecto a questão de saber se há inconveniente para a segurança em que a conclusão da estrutura se faça numa segunda fase.

Apreciação das propostas para a instalação de telefones para o serviço interno.

— O Conselho analisou o relatório de apreciação das propostas e reconheceu que apenas as propostas de Emilio Mateos e da Automática Eléctrica mereciam discussão. De entre ambas foi escolhida a da Automática Eléctrica por ter maior volume de material nacional e apresentar preço mais baixo para os cabos. Assim foi feita a esta firma a adjudicação da encomenda dos telefones por sessenta e dois mil quinhentos e noventa e seis escudos e dos cabos que forem necessários na base dos preços unitários oferecidos.

Montagem dos teleféricos. — De acordo com a encomenda, a montagem dos teleféricos é de conta da Empresa, com pessoal montador fornecido pela Hasenclever. Foi, porém, presente ao Conselho uma proposta da Waage para a montagem das partes mecânicas, ao preço de seis escudos por quilo de material montado, a que corresponde para a totalidade das estações cerca de cento e quarenta e quatro contos. Há no entanto a deduzir a este montante o trabalho já feito por conta da Empresa pelos montadores alemães. O Conselho aprovou esta proposta.

Apreciação do relatório sobre o prémio à Waage. — O Senhor Presidente comentou a proposta da Waage sobre este assunto, a qual assenta no seguinte: a Empresa Termoelectrica Portuguesa sancionou o acordo estabelecido entre a Companhia União Fabril e a Waage para esta se encarregar da montagem da estrutura de suporte da caldeira. A data para conclusão destes trabalhos foi fixada pela Empresa em quinze de Agosto do corrente ano, estabelecendo-se, como prémio ou penalidade, limites de cento e quarenta contos pela antecipação ou atraso correspondentes a quinze dias. A data de quinze de Agosto referida deixava de ser válida se não se verificassem determinadas condições. Quanto às que dependiam de nós, foram todas cumpridas. Outras, porém, não foram satisfeitas, pelo que a Waage se julga no direito de adiar a conclusão para uma data entre quinze e trinta e um do corrente e assim também a receber pelo mesmo facto do prémio, visto em quinze do corrente estarem praticamente concluídas as montagens a que se comprometera. A Waage pretende

ser reembolsada pelas despesas com horas extraordinárias no montante de noventa contos, pelo aumento de despesas com a compra de aços no mercado, por alterações tardias introduzidas nos pavimentos, de cerca de cinquenta contos, e por outros pequenos trabalhos no valor de três mil e duzentos escudos. Propõe que o total a receber de cento e noventa e três mil e duzentos escudos seja anulado, desde que a Empresa Termoelectrica Portuguesa concorde em não deduzir no pagamento os cento e trinta e nove contos correspondentes à supressão dos trabalhos de decafação. O Conselho deu a sua aprovação à proposta da Magestade.

Comissão encarregada do acordo com a Companhia Nacional de Electricidade

— O Senhor Presidente lembrou a resolução aqui tomada de pôr os serviços da Companhia Nacional de Electricidade e da Empresa Termoelectrica Portuguesa em trabalho conjunto a fim de se encontrar uma base de applicação da doutrina do Conselho Superior de Electricidade no que respeita à cobertura dos encargos da Empresa Termoelectrica Portuguesa, de forma a permitir apresentar ao governo uma proposta concreta em que se defina o modo de cobrir o encargo do apoio térmico dado pela Termoelectrica. A Companhia Nacional de Electricidade deu o seu accordo; a comissão reuniu já uma vez e os representantes da Empresa Termoelectrica Portuguesa estão a tratar de obter os elementos para apuramento do valor das immobilizações e encargos. A ideia que presidiu à constituição desta comissão resultou da necessidade de antecipar o estudo moroso da Comissão de Apoio Térmico em termos da Termoelectrica ver solucionado o problema da obtenção dos seus recursos normais, antes da entrada em funcionamento da central e até porque a fortaria que criou a Comissão de Apoio Térmico não parece ter feito uma interpretação do parecer do Conselho Superior de Electricidade em termos de não deixar lugar a dúvidas. Entretanto o Senhor Ministro da Economia, ante a dificuldade que lhe foi posta por ele, Presidente, de obter os sessenta mil contos de aumento de capital da Empresa Termoelectrica Portuguesa dada a recusa de colaboração dos principais accionistas, resolveu levar o assunto ao Conselho Económico para que este dê a necessaria orientação; mas declarou precisar de estabelecer previamente as condições de obtenção dos meios de rentabilidade da Empresa. Dentro desta ideia mandou preparar nos Serviços Electricos a fortaria número dezasseis mil quatrocentos e nove, de doze de Setembro findo, em que se define a orientação de principio a observar quanto à cobertura dos encargos fixos e de exploração da Empresa Termoelectrica Portuguesa. O Senhor Presidente, continuando a sua exposição, disse que o Senhor Ministro, tendo tomado conhecimento da colaboração já existente entre esta Empresa e a Companhia Nacional de Electricidade, por meio dos seus representantes, pensou que a comissão

a que se refere aquella portaria poderia ser constituida pelas mesmas pessoas e tendo a presidencia um representante da Direcção-geral dos Servicos Electricos, pelo que elle, Presidente, declarou não ter a objectar. Desta maneira surgiu a nomeação da comissão. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida propôs e foi aprovado que na acta desta sessão ficasse exarada a congratulação deste Conselho pela publicação da portaria que, quaisquer que sejam as objecções que a sua redacção levante, representa uma base para resolver o problema da rentabilidade desta Empresa. Quanto à comissão, concorda com as nomeações feitas embora tirem sido melhores que o Conselho fosse ouvido. Formula o voto de que o estudo que saia da comissão seja distribuido com antecedência. Falou do artigo primeiro da portaria sendo de parecer que a cobertura dos encargos fixos e dos variáveis da exploração não dá qualquer margem nas possibilidades de administração, pois torna a receita muito rígida. O Senhor Presidente deu explicações sobre a intervenção do Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida entendendo que a expressão da portaria quanto à cobertura dos encargos variáveis significa que a Companhia Nacional de Electricidade comprará a produção pagando-a pelo seu custo industrial. Declarou, no entanto, que não lhe cabe responsabilidade na redacção da portaria, embora lhe tirem sido dado conhecimento do seu texto. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho fez a seguinte declaração: «A solução preconizada pela portaria, em meu entender, não é a que melhor resolve a economia da produção da energia eléctrica. Convinha insistir na solução de a nossa Empresa entrar no "pool" da produção, única forma que me parece corresponder ao que está legalmente estipulado e à melhor solução económica do conjunto de toda a produção. Em presença, porém, da existência da portaria, faço voto de que a comissão considere aquella solução e que no estudo a trazer a este Conselho inclua este aspecto para conveniente consideração. Quanto à comissão, dispense-me de me pronunciar pelo que representa de desatenção para este Conselho a circunstância de ter sido publicada a portaria nomeando uma comissão de representantes desta Sociedade e dela se ter tornado pública sem que este Conselho se tivesse pronunciado. Não aceito factos consummados e por isso me abstenho de me pronunciar sobre a sua constituição». Seguidamente o Senhor Engenheiro Manoel Fialho expôs alguns dos motivos que o levam a defender a ligação da Empresa Termoelectrica Portuguesa aos produtores hidrâulicos: primeiro, por ser a única solução que permite a entrega, pelas produtoras, de energia permanente à transportadora, ficando assegurada simultaneamente a participação de todos nas receitas, mesmo nos anos secos; segundo, porque a revisão de tarifas dos distribuidores como está prevista na portaria, não é conveniente. O Senhor Presidente voltou a falar para apontar que a constituição de um "pool" da produção

Enfim!

apresenta, desde já, a dificuldade de nem sequer ter sido ainda possível um acordo entre os produtores hidráulicos. Além disso, não compreende os argumentos do Senhor Engenheiro Luamede Fialho. Quanto ao primeiro, não vê como a Empresa Termoelectrica Portuguesa, que vai produzir energia muito mais cara que a hidráulica, pode ser um elemento de compensação; quanto ao segundo, não vê que diferença haja entre subirem as tarifas da Companhia Nacional de Electricidade devido ao acordo com a Empresa Termoelectrica Portuguesa ou devido a pagar a energia mais cara a um "pool" de produtores. A posição dos distribuidores é a mesma em ambos os casos. O Senhor Presidente esclareceu ainda que afirmara ao Senhor Ministro da Economia que a Companhia Nacional de Electricidade poderia cobrir uma parte dos encargos de apoio técnico e então o Senhor Ministro incumbiu-o de defender as reservas da Companhia Nacional de Electricidade para esta participar no máximo possível, de forma a reduzir o encargo que os distribuidores devam suportar. Trocaram-se ainda alguns argumentos entre o Senhor Presidente e o Senhor Engenheiro Luamede Fialho na defesa dos respectivos pontos de vista. O Senhor Engenheiro Faíñas d'Almeida manifestou o desejo de que seja considerada a sugestão do Senhor Engenheiro Luamede Fialho de incluir no estudo a fazer pela comissão a hipótese de "pool" dos produtores.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas e trinta minutos.

Em cumprimento do que me foi
 ordenado pelo Sr. Presidente
 Faíñas d'Almeida
 Luamede Fialho

Acta n.º 57

"Aos vinte de Novembro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão, na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Faíñas d'Almeida e Luamede Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior."

Antes de se entrar na ordem do dia, o Senhor Engenheiro Luamede Fialho pediu a palavra e propôs que na acta desta sessão ficasse expressado o sentimento de repulsa do Conselho de Administração, pelas declarações contidas num artigo do jornal "A República", em que o autor

Eng. inf.:

Transmissão

visava, duma forma injusta, incorrecta e até insultuosa, o Senhor Engenheiro Ferreira Dias, a título de resposta ao artigo em que o Senhor Engenheiro Ferreira Dias trouxe à opinião pública o esclarecimento e a rectificação de considerações confusas e afirmações menos exactas que aquelle autor vem produzindo numa série de artigos subordinados ao título "A Electricidade na Economia Nacional"; que desta forma fique bem expresso o apoio, solidariedade, camaradagem e simpatia com que o Senhor Engenheiro Ferreira Dias conta entre os seus colegas deste Conselho de Administração. Em seguida, um a um, todos secundaram as palavras do Senhor Engenheiro Manoel Fialho, dando inteira aprovação ao proposto. O Senhor Presidente agradeceu esta attitude do Conselho tanto mais que não teria respondido aos artigos da "República" e se o fez foi para dar satisfação à sugestão official que lhe havia sido feita para a necessidade de prestar um esclarecimento publico.

Aumento de capital — O Senhor Presidente recordou que está aprovado pelo Fundo de Fomento Nacional que até ao fim do ano se faça uma emissão de capital de sessenta mil contos com uma chamada inicial de sessenta por cento e outra, alguns meses depois, dos restantes quarenta por cento. Informa que se procedeu à elaboração duma previsão de pagamentos até ao fim de mil novecentos e cinquenta e oito a fim de verificar se a previsão anteriormente feita estaria sujeita a qual quer rectificação. Tanto quanto é possível avaliar, estamos dentro da estimativa anterior. O Conselho mostrou satisfação com esta informação. O Senhor Presidente disse que, em face desta previsão, seria necessário fazer-se a emissão por todo o mês de Janeiro proximo, tendo por isso procurado o Senhor Ministro da Economia para saber quais as fontes de financiamento. O Senhor Ministro recebeu-o e as noticias que trouxe são animadoras, tendo o Senhor Ministro das Corporações prometido a colaboração da Presidencia na subscrição do aumento de capital. Foi tambem abordada a hipótese da entrada do Fundo de Fomento Nacional. O Senhor Ministro da Economia disse que na reunião do Conselho Económico de hoje levantaria a questão da distribuição da subscrição pela Presidencia, pelo Fundo de Fomento Nacional ou pela Fazenda Publica e pelas entidades particulares. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho falou das dificuldades encontradas no mercado de capitais, sendo possível que o Conselho Económico venha a deferir algumas emissões para aliviar o ano proximo em que se prevê grande quantidade de importantes emissões.

11 O Senhor Presidente, em face das diligências feitas, propõe ao Conselho de Administração que se aprove, desde já, o aumento de capital e o pedida ao Senhor Ministro das Finanças da respectiva autorização. Tendo em conta o plano financeiro da Empresa e os poderes conferidos pelo parágrafo segundo do artigo quarto dos Estatutos, o Conselho de Administração deliberou elevar o capital social e que se requere a Sua Excellencia o Ministro das Finanças autorização para a emissão de sessenta

mil contos de acções de valor nominal de mil escudos cada uma, representadas por títulos nominativos e ao portador de uma, cinco, dez, vinte e cinco, cinquenta e cem acções e de conformidade com o estabelecido no artigo sétimo e seus parágrafos dos Estatutos da Sociedade e com a reserva do direito de preferência aos accionistas à emissão, de acordo com o disposto no artigo sexto dos mesmos Estatutos, na proporção de duas acções por cada três que possuírem. As acções desta emissão vencerão o juro de quatro por cento nos termos do artigo quinto dos Estatutos e enquanto não for distribuído o dividendo de taxa superior. Foi resolvido igualmente submeter esta deliberação ao parecer do Conselho Fiscal em cumprimento do parágrafo segundo do artigo quarto dos Estatutos.) O Senhor Engenheiro Manoel Fialho aprovando a resolução, reserva a sua posição quanto à tomada pela União Eléctrica Portuguesa na emissão, pois se as perspectivas são de uma remuneração baixa haverá que ponderar o encargo dos capitais que investir nesta Empresa. Por outro lado, se a Sociedade viver num regime não independente, é natural que se verifique o restabelecimento da União Eléctrica Portuguesa. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida fez também reservas quanto à participação dos seus representantes no aumento de capital. O Senhor Presidente chamou a atenção para o facto de, quanto ao dividendo, se ter estabelecido uma espécie de acordo entre o Carado, o Zêzere e a Companhia Nacional de Electricidade. A Termoelectrica - diz - terá um dividendo igual e, acrescenta: se todos os accionistas têm sido interessados em subscrever os aumentos de capital das outras empresas na proporção da sua posição, não compreendo que o papel da Termoelectrica que assegura o mesmo rendimento não suscite igual interesse.

Companhia Portuguesa de Reactores Nucleares - Foi lida e apreciada a carta em que se dirige convite a esta Empresa para ingressar na Companhia Portuguesa de Reactores Nucleares. O Senhor Presidente é de opinião de que devemos entrar para a nova sociedade desde que esta não venha a ser mais uma empresa de electricidade. Chama a atenção para a redacção do artigo terceiro do projecto dos estatutos que não está de acordo com a declaração anexa que exclui do objecto da nova empresa a produção de energia eléctrica. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida pronunciando-se sobre o assunto, declarou não estar suficientemente esclarecido para decidir se as finalidades da Companhia em organização, tais como nos são apresentadas, correspondem a qualquer necessidade efectiva que não podem igualmente ser atingidas sem a sua intervenção. Todavia, dado que neste momento não é possível prever a futura evolução e eficiência da Companhia Portuguesa de Reactores Nucleares; atendendo a que o capital pedido se reduz a quinhentos contos a pagar em quatro anos e, ainda, a que várias empresas produtoras, transportadoras e grandes distribuidoras de energia eléctrica

Engenh.
 aceitaram fazer parte da Companhia Portuguesa de Reactores nucleares, emitindo voto favorável à entrada da Empresa Termoelectrica Portuguesa nessa companhia. O Senhor Presidente confirma as dividas feitas pelo Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida, mas entende que se a empresa se constituir a Empresa Termoelectrica Portuguesa não deve pôr-se à margem perdendo a posição que deveria ter no conjunto. Examinado o assunto e depois de trocas de impressões, foi resolvido participar na nova sociedade, se ela vier a constituir-se, sob a reserva do projecto dos estatutos ser alterado no sentido de se eliminar do seu objectivo a exploração de centrais termo-nucleares.

Fornecimento de carvão de São Pedro da Cora — O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida expôs ao Conselho as dificuldades em que a Companhia das Linhas de Carvão de São Pedro da Cora se encontra para, simultaneamente, fazer o armazenamento de cinco mil e quinhentas toneladas de carvão para a Empresa Termoelectrica Portuguesa e os fornecimentos necessários para as centrais que estão a dar apoio térmico; que em face desta situação pergunta se o Conselho de Administração está de acordo em que os fornecimentos sejam feitos de preferência ao apoio térmico dispondo de parte do stock destinado à Empresa Termoelectrica Portuguesa, caso necessário, o qual será recuperado nos fornecimentos a fazer em mil novecentos e cinquenta e oito no fim do qual a Companhia das Linhas de Carvão de São Pedro da Cora terá fornecido o total de cento e vinte mil toneladas. Ponderadas as razões aduzidas e atendendo à necessidade verificada de apoio térmico a que o carvão se destina; o Conselho resolveu dar o seu acordo.

¶ E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas.

Engenheiro
 António Luís Pais de Faria
 Engenheiro
 Francisco

Acta nº 58

Aos sete de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezasseis horas, reuniu em sessão, na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar - o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz e Farinas d'Almeida. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Engenheiro Almeida Fialho.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.
Acabamentos da Casa das Caldeiras, construção dos silos interiores.

e do depósito para tratamento de águas industriais. — O Senhor Presidente, referindo-se ao relatório dos serviços sobre as empreitadas para os acabamentos da Casa das Caldeiras e construção dos silos intermediários e de um depósito para tratamento de águas industriais, disse que se verifica serem praticamente iguais as duas propostas apresentadas, havendo uma diferença favorável a Construção Especial apenas de dois mil quatrocentos e oitenta e seis escudos e oitenta centavos. Depois de trocas de impressões e ponderadas as razões apresentadas pelos serviços técnicos, o Conselho considerou mais vantajoso fazer a adjudicação a J. L. de Andrade e Silva das seguintes empreitadas: Acabamentos da Casa das Caldeiras, por dois milhões oitocentos e setenta e dois mil cento e cinquenta e um escudos e sessenta centavos; Construção dos silos intermediários, por um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco escudos; Construção de um depósito, por quarenta e cinco mil seiscentos e cinco escudos; Num total de quatro milhões cento e setenta e três mil quatrocentos e onze escudos e sessenta centavos.

Admissão de pessoal. — O Senhor Presidente referindo-se à nota dos Serviços Administrativos, frisou que, para satisfazer as necessidades da Empresa, era indispensável dotá-la com os elementos suficientes para que os serviços fossem executados sem os atrasos que se vêm verificando. A intensidade de trabalho, que actualmente se faz sentir, vai continuar, pelo menos, durante a instalação do segundo grupo. Assim, ao pessoal que seja admitido poderia assegurar-se-lhe alguns anos de trabalho. Por outro lado, a Companhia Nacional de Electricidade vai sempre necessitando de mais pessoal e, portanto, tem a possibilidade de absorver alguns funcionários que, no futuro, a Empresa Termoelectrica Portuguesa possa ter que dispensar. Assim, de acordo com a proposta dos Serviços Administrativos, foi aprovada a admissão de dois escripturários de terceira e tornada definitiva a admissão provisória do Senhor Manuel Rego.

Gratificações. — O Senhor Presidente lembrou que é esta a altura para o Conselho se pronunciar sobre as gratificações ao pessoal. Depois de trocas de impressões, o Conselho resolveu atribuir a todo o pessoal da Empresa uma gratificação correspondente a um mês de vencimento, na base dos anos anteriores, sendo a do Senhor Doutor Graça correspondente a um e meio de vencimento. Tendo em conta o trabalho realizado pelo Senhor Engenheiro Luiz Simões e a sua grande dedicação aos quais se deve o grande impulso dado aos trabalhos da Empresa, foi-lhe concedida uma gratificação especial de dois meses de vencimento, como manifestação de apreço deste Conselho.

Relatório do Senhor Engenheiro Ivo Gonçalves sobre a desclassificação das Centrais Térmicas. — Foi apresentado o relatório elaborado pelo Senhor Engenheiro Ivo Gonçalves o qual representa a primeira fase dos trabalhos da Comissão de Apoio Técnico, sob o aspecto técnico,

e contém a proposta de desclassificação das centrais técnicas, baseada nas informações dadas pelas empresas. O Senhor Presidente disse que o Senhor Engenheiro Moniz Pereira pediu instruções sobre a posição a tomar na Comissão de Apoio Técnico. O Senhor Engenheiro Facinas d'Almeida perguntou se esta avaliação tem relação com a Ternoellectrica ao que o Senhor Presidente respondeu que não. O Senhor Presidente é de opinião de que o segundo plano de desclassificação, por ser o mais sério, é o que mais convém, visto que opera a desclassificação em menos tempo. Trocadas impressões, foi reestrida das instruções ao Senhor Engenheiro Moniz Pereira neste sentido.

O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou o Conselho de que o Senhor Conselheiro Doutor Afonso de Luello havia sido submetido a uma intervenção cirúrgica; que, tendo indagado sobre o seu estado de saúde, soube que se encontrava melhor. O Conselho manifestou a sua satisfação por saber que o Senhor Conselheiro Doutor Afonso de Luello tinha sido feliz na intervenção cirúrgica a que se submeteu e faz votos pelo seu rápido restabelecimento.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos.

Em harmonia com o original
Antônio Lúcio Paes de Faria
for
Antônio Lúcio Paes de Faria

Acta nº 59

Aos onze de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão, na sede social, rua de Bolhões número setenta e dois - terceiro andar - o Conselho de Administração da Empresa Ternoellectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Facinas d'Almeida e Manoel Fialho Vagais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Apreciação do cálculo dos encargos da Empresa. - O Senhor Presidente disse que, de harmonia com a convocatória, esta reunião visava a apreciação, pelo Conselho, do estudo feito para apuramento dos encargos fixos e variáveis da Empresa Ternoellectrica Portuguesa. Os novos representantes na comissão encarregada de propor ao Governo a solução da cobertura dos encargos desta Empresa prometeram apresentar à referida comissão a discriminação dos encargos, depois de ter merecido a aprovação deste Conselho de Administração. Desta forma o trabalho a apresentar constituiria uma base para o estudo da referida comissão. Prviamente distribuído, estava na posse de cada um o estudo referido.

que junta à discussão. O Senhor Engenheiro Almeida Fialho declara que procurou ler o estudo apresentado colocando-se na qualidade de administrador da Thermoelectrica e não como consumidor. Desta forma junta que fazer alguns reparos acerca de pontos que se lhe apresentaram com dúvidas, pois de momento, apenas deseja esclarecer-se. Pergunta se é legítimo calcular as annuidades de reintegração e reconstituição de capital contando com taxas de capitalização. Parece-lhe mais prudente não contar com o rendimento das annuidades, não só porque elle é incerto, como também por virtude de vários factores que, no futuro, podem fazer com que os fundos de reintegração sejam insufficientes para a aquisição de equipamento que se torne necessário repôr. Não comprehende também que os pagamentos differidos para além de mil novecentos e cinquenta e oito não sejam considerados nos valores a reintegrar, pois são equipamento cuja desvalorização se opera a partir do primeiro momento. Também entende que as installações e material de estaleiros deveriam ficar amortizados em parte, sugerindo que um terço fosse ao custo da installação do primeiro grupo, outro terço à do segundo grupo, admitindo-se que o restante fosse valor residual. Não concorda que a amortização das obrigações se faça por força dos fundos de reintegração. O Senhor Engenheiro Faria d'Almeida disse não lhe parecer accitável que a reintegração não abranja o valor dos pagamentos differidos; o equipamento tem que ser reconstituído ao fim de um determinado periodo e não sabemos se passados vinte e cinco annos a substituição se faria com o mesmo dinheiro. Quanto às concessões feitas, considera o prazo de vinte e cinco annos para reintegração muito sereno. Entende que se deve contar com o periodo de cinquenta annos. Não concorda também com o criterio adoptado para a amortização das obrigações pois o encargo respectivo é problema de capital, não podendo ser coberto com valores de reintegração. Esta é problema de exploração. Prefere que se distribua um dividendo mais baixo, a que se amortizem obrigações à custa de reintegrações. O Senhor Presidente disse que o montante dos encargos apurado fornece uma base de negociação razoável e dará satisfação nos primeiros annos de exploração da Empresa. Como se sabe, os encargos podem ser calculados dentro de criterios igualmente razoáveis, mas mais benivolos ou mais exigentes. Temos de nos colocar numa situação de não pedir de mais, porque não queremos perder de vista que numa empresa que, como no caso presente, faz, no dia em que inicia a sua actividade, um contrato que lhe assegure uma receita que cubra os seus encargos, realiza um bom negocio. Por isso devemos ser moderados no pedir. O Senhor Engenheiro Almeida Fialho diz que não estamos neste momento a fazer um negocio mas a determinar os encargos da Empresa; como vão ser pagos não nos interessa por agora. Presentemente trata-se de apuramento dos encargos, cujo conhecimento exacto temos que ter, para podermos

tratar do negócio. O Senhor Presidente argumentou que não se podem determinar com rigorosa precisão os encargos duma empresa, cuja elasticidade é enorme. O que se pretende neste documento é apresentar números que correspondam àquilo que desejamos nos seja garantido pela rede como pagamento do serviço do apoio técnico; isto não é o cálculo dos novos encargos, mas o que custa o nosso serviço. O Senhor Engenheiro Almeida Fialho diz que as suas observações visam a saber os encargos da Empresa Termoelectrica Portuguesa. O Senhor Presidente a propósito da taxa de capitalização das annuidades, entende que o auto-financiamento permite um rendimento superior ao da taxa de capitalização considerada; o juro das obrigações é, como se sabe, de cinco por cento e o do crédito bancário de quatro por cento. Esclarece que todos os annos serão creditados as contas de reservas ou provisões pelo juro conveniencado sobre valores applicados em auto-financiamento. E, sobre uma referência do Senhor Engenheiro Almeida Fialho, de que ao fim de setenta annos o dinheiro estará desvalorizado, lembra que os fundos de reconstituição de capital deverão ser applicados em valores de permanente actualização. Prossequindo, explicou que o crédito externo, no que se refere ao seu financiamento, é abrangido pelo segundo Plano de Fomento e deu conhecimento de estar a preparar uma informação sobre o segundo Plano de Fomento, acerca do qual advertiu sobre a necessidade de incluir nele os pagamentos differidos, visto não ser possível satisfazer este encargo em quatro annos, porque os fundos desta Empresa não suportam um encargo da ordem dos dez mil contos por anno; o Senhor Ministro apontou o assunto para o considerar no Plano. Concorde que o assunto dos pagamentos differidos poderá ser revisto, não sendo inconveniente em que o seu valor deixe de ser deduzido ao do equipamento a reintegrar. Se no trabalho em discussão se abateu o montante dos pagamentos differidos ao valor do equipamento a reintegrar foi porque, em compensação e por facilidade de raciocinio, se tomou para os edificios fabris a sua totalidade embora elles correspondam a dois grupos. Considerou-se o periodo de vinte e cinco annos para a amortização destes edificios não porque elle coincida nem com o periodo, mas sim porque podem ser arrastados para grandes reconstruções com a substituição do equipamento. O Senhor Engenheiro Almeida Fialho, perfilhando a opinião antes emitida pelo Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida, propôs que se tomasse o periodo de cinquenta annos para a reintegração dos edificios fabris. Um outro pensam, porém, que haveria necessidade de uma annuidade de conservação. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida observa que o que interessa é conhecer a situação real; a negociação virá depois. O Senhor Engenheiro Vaz afirmou que os resultados, quer duma forma quer doutra, serão muito semelhantes; a discussão destas coisas tem muito de teórico. Sobre a amortização das obrigações, o Senhor Presidente considera perfeitamente legitimo que ella se faça

for força das reservas correspondentes às reintegrações. É assim que a Companhia Nacional de Electricidade faz. Não se pode reintegrar o material e amortizar obrigações em valores somários; isto seria amortizar duas vezes as obrigações. O Senhor Presidente chama a atenção para a circunstância de não obtermos aprovação oficial se adoptarmos um critério de amortização de obrigações diferente do apresentado. O Senhor Engenheiro Mamede Fialho defende o principio de que os encargos devem ser cobertos com valores que não estejam sujeitos a desvalorizarem-se com a moeda. O Senhor Presidente esclarece que o assunto não levanta, de momento, qualquer recio, pois entende que as duas companhias devem fazer um contrato em que os encargos sejam revistos ao fim de três anos, prazo sufficientemente curto para não trazer qualquer variação sensivel a esses encargos. O Senhor Engenheiro Mamede Fialho renova o voto de que a colectura dos encargos da Thermoelectrica seja estudada com vista a cada uma das duas soluções: através da Companhia Nacional de Electricidade ou do grupo dos produtores, ao que o Senhor Presidente responde que a segunda hipótese não está incluída nas attribuições da comissão officialmente nomeada e que quanto à primeira a apreciação do Conselho de Administração é mais oportuna depois da apresentação da proposta da Companhia Nacional de Electricidade. Finalmente e resumindo toda a discussão do assunto, o Senhor Presidente propõe que o estudo apresentado fosse aprovado com as alterações seguintes: não deduzir ao valor do equipamento, para efeito de reintegração, a parte correspondente aos pagamentos differidos; passar para cinquenta anos o periodo de reintegração dos edificios fabris tomando apenas metade do seu valor; acrescentar ao custo do equipamento, como amortização parcial das installações e material de estaleiro, um terço do valor destes. Submettida esta proposta à votação, foi aprovada por unanimidade, salvo no que diz respeito ao critério seguido quanto à amortização de obrigações. Acerca dos encargos de reversão o Senhor Engenheiro Mamede Fialho fez a seguinte declaração de voto: "Os encargos de reversão não se cifram no capital accionista mas no valor das installações feitas com esse capital e com o capital obrigacionista no momento em que revertellem, isto é: são muito maiores do que o previsto no estudo em apreciação". O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida declara que não pode concordar com que se faça a amortização de obrigações emitidas através dos fundos de reintegração do instrumento de produção. Amortização de obrigações e reintegração de material são duas operações distintas que é mister não confundir. Fazi-lo é aceitar deliberadamente que nos sujeitaremos, no futuro, a todos os riscos e contingências que resultam do recurso ao credito, attitude que não lhe parece de louvar como boa norma administrativa. As amortizações, na sua opinião, forcosamente terão

que sair dos saldos das contas de resultados, sem afectar a reintegração conveniente do material necessário para a exploração; caso contrário, não se realizam amortizações mas apenas reembolsos, isto é, vai-se pagar a um para pedir a outro. Mesmo que o capital próprio da Empresa seja insufficiente para a sua finalidade — e os capitais próprios insufficientes podem criar a illusão de dividendos elevados — isto não quer dizer, contudo, que não se respeitem devidamente os conceitos de reintegração e de amortização dos empréstimos a longo prazo, ainda que com sacrificio do valor dos dividendos a distribuir. Parece-lhe perfeita mente legitimo o procedimento que defende pois se é certo que este criterio pode resultar numa valorização do patrimonio liquido da empresa pela diminuição do seu passivo, não é menos certo que esta valorização foi feita a custa da capitalização virtual de dividendos que os accionistas deixaram de receber.

Pessoal - Promoções. — De acordo com as propostas dos serviços, foram promovidos os seguintes funcionarios: José Cardoso a chefe de secção; Emilio de Almeida Campos a segundo escriptuario; Abel Pinto de Sousa a terceiro escriptuario; e Viterbo Montinho da Silva a desenhador de segunda.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas.

João Baptista de Faria
Secretario
João Baptista de Faria
João Baptista de Faria
João Baptista de Faria

Acta nº 60

Aos treze de janeiro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas onze horas, reuniu em sessão na sede social, rua de Bolhas numero setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farias d'Almeida e Manoel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Execução da rede de drenagens. — De acordo com a nota dos serviços de Estudos, foi aprovada a adjudicação da empreitada de drenagens e regularização das plataformas da Central a Gil de Andrade e Silva pelo valor calculado de trezentos contos.

Apuramento dos encargos fixos e variáveis. — O Senhor Presidente disse ter redigido a nota que foi distribuída contendo, em resumo, as considerações que o Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade fez acerca do calculo dos encargos da Central.

da Tapada de Cutilis. A Companhia Nacional de Electricidade dá o seu accordo, ao referido calculo, fazendo fôrças as seguintes reservas: a) Os encargos afundados só podem ser válidos por três annos; b) Os encargos de conservação devem ter uma parte fixa e uma parte variável e não apenas encargos variáveis, como na proposta da Thermoelectrica. Tomando dois por cento do investimento - trezentos mil contos - para cobertura dos encargos annuaes de pessoal e conservação, teremos a rubrica de seis mil contos, da qual tomar-se-iam três quartos como encargo fixo, o que dá quatro mil e quinhentos contos e um quarto para encargos de conservação ou seja mil e quinhentos contos. Assim os três mil e um contos que estão nas contas da Thermoelectrica como encargos de pessoal, sobem para quatro mil e quinhentos contos, o que altera o total dos encargos fixos para vinte e nove mil setecentos e cinquenta e nove contos. No encargo variável, em vez de três centavos que figuram nas nossas contas como encargo de conservação, seria tomado o valor de um centavo e oitenta e sete centesimos que, numa produção media annual de oitenta Giga Watts hora, atinge o valor de mil e quinhentos contos. Desta forma o custo variável da produção baixaria para dezotto centavos por quilo watt hora; c) O periodo de reintegração do equipamento deveria alongar-se para trinta annos dado que a Central se destina a serviço temporário; mas aceita-se o periodo de vinte e cinco annos que encontra compensação na moderação com que estão calculados todas as verbas da nossa proposta. O Senhor Presidente disse que quanto ao prazo de três annos a Companhia Nacional de Electricidade confirma o que já tinha sido dito pela Thermoelectrica. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida acrescenta que se deve estabelecer que estas bases são válidas pelo prazo de três annos ou até à entrada em serviço do segundo grupo da Central, o que foi approved. Foi a seguir discutido o encargo variável. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida diz que, tal como propõe, a Companhia Nacional de Electricidade deixa pouca margem para possíveis variações, nomeadamente no preço do carvão. Informou que estão, na realidade, em estudo adiantados novos contratos de trabalho com o pessoal das empresas mineiras, o que colide com o custo de carvão se os salários subirem de accordo com a base proposta para as negociações. Em consequência disto é possível operar-se a breve prazo um aumento de de custo do carvão. Nestas condições parecem, na realidade, muito escasos os dezotto centavos que a Companhia Nacional de Electricidade propõe, tornando-se necessario criar uma margem para cobertura de riscos. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida é de opinião de que o custo variável de vinte centavos por quilo watt hora seria mais satisfatorio para a cobertura de riscos e pergunta se o Senhor Presidente poderia apresentar esta base à Companhia Na-

cional de Electricidade. O Senhor Presidente explicou a dificuldade que este problema envolve. Estando os encargos fixos cobertos não existe problema em a central técnica trabalhar visto que o custo variável é de valor igual ao da energia hídrica. Isto elimina a possibilidade de muitas discussões. Por isso não se vê inconveniente se se acordar em que sejam de dezasseis centavos os encargos variáveis, mas preferia ter apresentado o caso na Companhia Nacional de Electricidade quando lá foi tratado da primeira vez. O Senhor Engenheiro Machado Vaz pensa que a prazo de três anos qualquer solução não nos levará a situação difícil, e entende que não há inconveniência em pôr à Companhia Nacional de Electricidade a circunstância de aumentos de salários do pessoal das minas. O Senhor Presidente julga que a Companhia Nacional de Electricidade deve utilizar os cálculos destes encargos para propor à Empresa Termoelectrica Portuguesa um contrato de compra da energia, com o estabelecimento de uma taxa binómia para pagamento dos encargos fixos e dos encargos variáveis. Esta parece a maneira mais conveniente de resolver o problema do pagamento do apoio técnico a dar pela Termoelectrica e é sob este aspecto que a redacção da portaria poderia ser mais feliz. Resumindo toda a discussão, o Senhor Presidente disse que quanto à primeira reserva da Companhia Nacional de Electricidade se confirma que os encargos são válidos pelo prazo de três anos ou até à entrada em serviço do segundo grupo. Sob o ponto de vista do encargo fixo, a reserva da Companhia Nacional de Electricidade é nos favoráveis. O único problema reside no encargo variável que a Companhia Nacional de Electricidade propõe que seja de dezasseis centavos; mas para criar margem, apresentará a necessidade de dezasseis centavos para custo variável, com o fundamento de ter surgido um problema novo: a revisão de salários do pessoal das minas. Quanto à última alínea faz-se a referência apenas para dar ideia do tom em que se desenvolveu a discussão. O Senhor Engenheiro Facinas d'Almeida manifestou a sua satisfação por na Companhia Nacional de Electricidade se ter reconhecido a subsecção das contas apresentadas pela Termoelectrica. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho fez a seguinte declaração de voto: « Na apreciação da solução do contrato a fazer e tendo em vista que tudo se continua encaminhando no sentido da solução de que já discordei, com prejuízo daquela que sugeri em reuniões anteriores, tendo feito mesmo o voto de que viesse a ser considerada pela comissão nomeada pelo Senhor Ministro da Economia, não me é possível dar o acordo e colaboração efectiva às negociações com a Companhia Nacional de Electricidade na forma como se estão fazendo. Sem qualquer espécie de quebra de respeito e consideração por todo o Conselho, abstenho-me de me pronunciar sobre o assunto, pois não é possível ligar a minha responsabilidade a deliberação que considero prejudicial aos interesses desta sociedade. »

Pessoal - Alteração de recrutamentos de maquinistas e fogueiros principais e agentes técnicos. - O Senhor Presidente referiu-se à nota entregue pelo Senhor Engenheiro Luiz Simões que sugere a fixação dos recrutamentos dos maquinistas e fogueiros principais em três mil e trezentos, e dos agentes técnicos subiu consequentemente para três mil e trezentos e cinquenta, visto que as possibilidades de recrutamento são poucas nas condições actuais. Foi aprovado. - E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas e trinta minutos.

João Bernardino Fernandes
Presidente do Conselho

António Dias
Administrador-Delegado

Acta nº 61

Aos cinco de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farias d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais. Compareceram também os Senhores Engenheiros Galamba de Oliveira e Teixeira de Vasconcelos, respectivamente, Presidente e Vogal do Conselho Fiscal.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. - O Senhor Presidente apresentou cumprimentos aos dignos membros do Conselho Fiscal, dizendo que o Conselho de Administração tem muito prazer em vê-los presentes a esta reunião e em dar-lhes a conhecer os aspectos actuais e a marcha que os trabalhos da Empresa accusam.

Tubagem Fabricom - Foi considerada a necessidade, apresentada na nota dos Serviços, previamente distribuída, e aprovado o aumento da encomenda de Tubagens à Fabricom, de quatrocentos e noventa e três mil setecentos e sessenta e cinco francos belgas.

Companhia Portuguesa de Reactores Nucleares - Participação da Empresa Termoelectrica Portuguesa. - O Senhor Presidente recordou a reunião convocada para Lisboa em que foi discutida, entre as entidades convidadas, a constituição da nova sociedade. Não se indicou representante nosso para aquela reunião na qual foi nomeada uma comissão para coligir elementos de apreciação e reparos ao projecto dos estatutos. Deu conhecimento da carta a pedir a indicação dos reparos que se nos offerecia fazer. Expôs mais

as condições que a Companhia Nacional de Electricidade tenha posto para dar o seu accordo à constituição da sociedade. Depois do assunto ter sido discutido, foi resolvido que a Termoelectrica entraria com a tomada de quinhentos contos de capital, a liberar em quatro prestações anuais de cento e vinte e cinco contos cada uma, não sendo de considerar a nossa posição em qualquer rateio que venha a fazer-se; introduzir no artigo terceiro dos estatutos um parágrafo que afaste do objecto da sociedade a exploração de reactores em centrais electro-nucleares; eliminar o parágrafo terceiro do artigo décimo segundo do projecto dos estatutos visto implicar restrição ao direito de representação; acrescentar uma disposição que estabeleça a obrigatoriedade do voto unânime dos accionistas presentes para as alterações ao facto social que impliquem modificação ou abolição da disposição proposta quanto ao afastamento da exploração de reactores em centrais produtoras de energia electrica, do objecto da sociedade. Trocaram-se ainda impressões sobre a viabilidade da empresa em projecto e parece que o Governo e a Junta de Energia Nuclear hesitam em lhe dar a sua concordância.

Aumento de capital. — O Senhor Presidente deu conhecimento das diligências effectuadas para a subscrição do aumento de capital, informando que o assunto está bem encaminhado e que o Senhor Ministro da Economia espera fornecer-lhe brevemente uma nota completa das entidades que subscreverão a emissão. Teu o officio que acabara de chegar do Fundo de Fomento Nacional que declara tomar trinta e três mil trezentos e trinta e três contos de accões, o qual é consequência já do interesse que o Senhor Ministro da Economia tem posto neste assunto. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida referiu-se à dificuldade que a Companhia das Minas de Casvã de São Pedro da Cora tem de fazer a subscrição que o Senhor Ministro desejava, tendo exposto a conversa que teve com o chefe do Gabinete. Julga que a Empresa Carbonífera de Douro também não tem possibilidade de dar satisfações a igual tomada de accões. A fim de facilitar as subscrições foi resolvido fazer a chamada do capital em três prestações sendo: vinte por cento em Março, quarenta por cento em Maio e quarenta por cento em Julho. Qualquer accionista será livre de liberar o capital subscrito de uma só vez, ganhando assim, desde logo, o direito ao juro do artigo quinto dos Estatutos.

Obrigações. — De accordo com o plano financeiro aprovado superiormente para o corrente anno, está a Empresa autorizada a promover a emissão de quarenta mil contos de obrigações. Porém com o aumento de sessenta mil contos de capital, cujo processo está em curso, aumenta também para sessenta mil contos de novas obrigações, a capacidade da emissão da Empresa. Nestas condições e a fim de ori-

tar a convocação de Assembleias Gerais especialmente para o efeito, foi resolvido que, com o parecer do Conselho Fiscal nos termos do artigo oitavo dos Estatutos, se pedisse a Assembleia Geral, em obediência ao artigo centésimo nonagésimo sétimo do Código Commercial, o seu voto favorável à emissão de obrigações de acordo com as necessidades da Empresa e até ao limite de mais sessenta mil contos, a realizar oportunamente, por uma ou mais vezes.

Assembleia Geral. — Deliberou-se sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia Geral a sua convocação para o dia dezasseis de março próximo.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas.

João Pereira de Faria
António de Faria
João de Faria
Luís de Faria
Agelo Galambos
António de Miranda e António de Vasconcelos

Acta nº 62

Aos vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão, na sede social, rua do Boirão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farias d'Almeida e Manoel Fialho, Vogais. Estiveram também presentes os Senhores Engenheiros Galambos de Oliveira, Carlos Afonso e Teixeira de Vasconcelos, respectivamente, Presidente e Vogais do Conselho Fiscal.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Aprovação de Relatórios e Contas. — O Senhor Presidente declarou que se ia entrar no assunto da convocatória o qual visava a discussão dos Relatórios e Contas a submeter à Assembleia Geral, relativos ao ano findo. Foi então apreciado e discutido o projecto de relatório o qual, com ligeiras alterações, foi aprovado e assinado. Foi a seguir analisado o Balanço e Contas os quais, depois de alguns comentários, foram também assinados. Os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável aos referidos documentos, tendo reunido a seguir para elaboração de parecer e propostas a apresentar à Assembleia Geral.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas dez horas e trinta minutos.

Eugenio

Ferreira

In' haumun...
Sulom' de... e...

Ferreira

Ferreira

Aureo Galambos
Int. de... e...Acta nº 63

Aos doze de Março de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniram em sessão, na sede social, rua de Bolhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Paes de Faria, Administrador-Delegado, estando presentes os Senhores Engenheiros Machado Vaz, Farias d'Almeida e Manuel Fialho, Vogaes. O Presidente do Conselho de Administração, Senhor Engenheiro Ferreira Dias, não compareceu por motivo justificado.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que esta reunião tinha por fim designar a representação da Empresa na outorga da escritura de constituição da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Depois de breves discussões e tendo o Senhor Engenheiro Paes de Faria declarado ter conhecimento de que o Senhor Engenheiro Ferreira Dias aceitava a incumbência, foi resolvido delegar nos Senhores Engenheiros José Mascarenhas Ferreira Dias Júnior, Presidente do Conselho de Administração, e António Leite Paes de Faria, Administrador-Delegado, os poderes necessários para, em nome da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, outorgar em aquella escritura.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas onze horas.

Sulom' de... e...

Ferreira

Ferreira

Acta nº 64

Aos dezasseis de Março de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniram em sessão, na sede social, rua de Bolhão, número setenta e dois - terceiro andar - o Conselho de Administração da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima.

de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Almeida Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Complemento da encomenda de Tubagens. - O Senhor Presidente disse que, conforme se verifica pelas notas dos Serviços Técnicos distribuídas, havia necessidade de adquirir uma certa quantidade de tubos e válvulas ebonitadas para a instalação de tratamento de água complementar das caldeiras; de tubagem de cobre para a instalação de regulação das caldeiras; e de ferros para a fixação dos suportes das tubagens de vapor vivo e de água de alimentação. Discutido o assunto, foi resolvido fazer-se a aquisição dos tubos e válvulas ebonitadas à Fabricom por duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e setenta e cinco francos belgas; da tubagem de cobre à Companhia Portuguesa do Cobre por cerca de catorze mil e novecentos escudos; e dos ferros para a fixação dos suportes das tubagens à Construtora Moderna por catorze mil e quatrocentos escudos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, pelas onze horas.

João Baptista Ferreira Dias
Presidente

Francisco Pereira
Administrador-Delegado

Acta n.º 65

Aos vinte e um de Março de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu-se sessão, na sede social, rua do Bocho número setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Almeida Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Antes da ordem do dia, o Senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre o aumento de capital em curso, informando de que, mal foi recebida a relação do Ministério da Economia com a informação da maneira como a subscrição estava colecta, se enviou essa relação ao Senhor Ministro das Finanças, por ser elemento complementar indispensável ao requerimento apresentado em oito de Fevereiro passado. Fez no dia vinte e nove do corrente mês dili-

gências junto do Ministério das Finanças, a fim de que este assunto tivesse rápido andamento, tendo che sido comunicado que naquele mesmo dia tinha sido remetido o processo ao Conselho Económico, o que o deixou intranquilo por estar convencido que esta nova formalidade provocaria atraso na solução do nosso problema, obrigando-nos a continuar a recorrer ao crédito bancário, que nos tem sido facilitado. No entanto, disse, esta solução dos nossos problemas de caixa não é agradável. Os outros membros do Conselho sugeriram então que o Senhor Presidente fizesse uma diligência junto do Senhor Ministro da Presidência para que o processo fosse acelerado, tanto mais que já havia o parecer favorável do Conselho Económico. O Senhor Presidente aceitou a incumbência.

Orgânica do Estaleiro — O Senhor Presidente disse que o assunto da orientação dos trabalhos do estaleiro e da futura chefia da central nos estava merecendo bastante cuidado, julgando os factos mostravam que o Engenheiro Leoniz Pereira não tinha as qualidades necessárias para dirigir pessoal. Deu a palavra ao Senhor Engenheiro Paes de Faria para que ele, que tem estado em contacto directo com os problemas, expusesse ao Conselho o que se tem passado sobre este assunto. O Senhor Engenheiro Paes de Faria relembrou então os incidentes havidos em tempos com o Engenheiro Leoniz Pereira, as dúvidas dos membros do Conselho sobre a vantagem para a Empresa de conservar o Engenheiro Leoniz Pereira e a solução que foi finalmente aceite de se tentar a recuperação de um colaborador que, mostrando ser inteligente e capaz de produzir trabalho útil no gabinete, revelara negação para o trato com o pessoal. O Senhor Engenheiro Paes de Faria disse que aproveitando a confissão que o interessado fez na presença do Engenheiro Leoniz Simões sobre as suas incompatibilidades com as pessoas com quem convivia, procurou orientá-lo no sentido de poder tratar com os outros colaboradores da Empresa, e tendo parecia indicar que se tinha operado evolução favorável. Entretanto a intensidade do trabalho no estaleiro, o programa apertado em todos os sectores e os múltiplos problemas que constantemente surgiam fizeram com que ele, Engenheiro Paes de Faria, procurasse levar o Engenheiro Leoniz Pereira para a posição que este desejava de chefe da Central e entregasse desde logo a admissão, selecção e distribuição do pessoal segundo o quadro fixado pelo Engenheiro Leoniz Simões. Mas novamente apareceram queixas dos vários sectores, inclusive das pessoas cordatas que são o Engenheiro Leoniz Simões e o Doutor Graça, contra a actuação do Engenheiro Leoniz Pereira que mostrava, sem sombra de dúvida, falta de noção da disciplina e impossibilidade de a manter pela maneira como tratava os assuntos e as pessoas. A par disso surgiram, de fora da Empresa, queixas quanto à conduta moral e cívica do Engenheiro Leoniz Pereira e estas as

suntos, conhecidos mesmo de empresas com sede neste prédio e dos empregados, tomam o aspecto de escândalo. Portanto, continuou o Senhor Engenheiro Paes de Faria, regia tomar uma resolução sobre a admissão de um engenheiro para o estaleiro a fim de conjugar os esforços de todos os elementos que ali trabalham, de forma a evitar atrasos que teriam consequências desastrosas. Lembra o nome do Engenheiro Fernando José Gonçalves Mendonça para este lugar, porque, de entre mais de cinquenta engenheiros electrotécnicos candidatos à Empresa Termoelectrica Portuguesa, só este, pelas suas qualidades pessoais e experiência profissional estava em condições, segundo a opinião do Senhor Doutor Beires. O assunto foi largamente debatido entre os membros do Conselho. O Senhor Presidente disse conhecer de longa data o Engenheiro Moniz Pereira que foi seu aluno. Relatou alguns factos que demonstram como já então ele tinha atitudes incorrectas e fora do normal. Referiu-se às desinteligenças injustificadas no Repartido Nacional de Cargas com o Engenheiro José Gonçalves. O Senhor Engenheiro Manoel de Fialho declarou que os factos acima relatados não lhe causam nenhuma estranheza pois não julgava o Engenheiro Moniz Pereira à altura de chefiar uma central. O Senhor Presidente informou que em conversa com os Senhores Engenheiros Paes de Faria e Mário Simões tinham acordado que o Engenheiro Moniz Pereira podia talvez ser útil, mas reduzindo a sua actividade ao trabalho de gabinete. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho propôs que se devia deixar amadurecer a questão para se poder fazer escolha mais judiciosa, pois talvez houvesse engenheiros que aceitassem o lugar além dos inscritos que são de facto novos e relativamente inexperientes. Mas que nada tinha contra o Engenheiro Mendonça, cujas qualidades teve ocasião de apreciar, senão o facto de nunca ter trabalhado em centrais térmicas. Parece-lhe, porém, que ele tem as características do homem de acção. O Senhor Presidente disse que importava sobretudo atender às qualidades pessoais muito mais do que a especialização técnica. E, como urge resolver este problema para evitar graves prejuizos, para a Empresa, que resultariam de se deixar o estaleiro sem direcção, lhe parecia que se devia desde já tomar uma decisão. O Conselho levou impressões sobre o Engenheiro Mendonça e outros possíveis candidatos e resolveu, por unanimidade, que fosse admitido o Engenheiro Fernando José Gonçalves Mendonça para ser colocado à frente do estaleiro e, sob as ordens do Senhor Engenheiro Chefe, dirigir os trabalhos de montagem do equipamento electromecânico e coordenar com estes as obras de construção civil. Relativamente ao caso do Engenheiro Moniz Pereira, o Conselho de Administração, ponderado o assunto, deliberou notificar o Engenheiro Moniz Pereira de que ficaria, de futuro, affecto

exclusivamente aos trabalhos de gabinete de estudos, enquanto os seus serviços sejam necessários; e de que, em contrapartida de lhe ser retirado o trabalho e responsabilidades da chefia do estabelecimento e, futuramente, da central, lhe será reduzido o vencimento para sete mil e quinhentos escudos que tinha antes do último aumento.

Admissão de um agente técnico diplomado em química ou de um analista com muita prática. — O Senhor Presidente informou que o Senhor Engenheiro Luiz Simões havia apresentado, dentro do programa já conhecido, a necessidade de se admitir um agente técnico, diplomado em química, ou de um analista com muita prática, para ficar encarregado do nosso laboratório de química, na parte que respeita à vigilância das águas de alimentação e das caldeiras, vigilância dos postos de tratamento de águas e análise de combustíveis. O Conselho aprovou a admissão de um funcionário nestas condições, tendo ficado o Senhor Engenheiro Paes de Faria incumbido da escolha de um agente técnico ou de um analista.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas sete horas e trinta minutos.

Luiz Simões
Antônio Carlos Paes de Faria

Antônio Carlos Paes de Faria
Antônio Carlos Paes de Faria

Acta n.º 66

Aos vinte e três de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão, na sede social, rua de Boalhão número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz e Manuel Fialho, vogais. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Engenheiro Farias d'Almeida.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente informou que o Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade tinha examinado as bases a estabelecer entre a Companhia Nacional de Electricidade e a Teroelectrica para a cobertura dos encargos fixos e variáveis desta Empresa, segundo a fórmula sugerida na comissão encarregada de estudar o assunto e de propor ao Governo a forma mais conveniente dessa cobertura. O Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade não concordou em assegurar a esta Empresa um dividendo fixo e garantido de oito por cento a distribuir aos seus accionistas,

quando em relação às hidroeléctricas não há garantia alguma, ficando sujeitas ao risco de anos maus. Considera pois que desta forma se cria uma situação de favor. Esta questão que foi levantada pelas produtoras teve também o apoio das distribuidoras. Foi votado se estabelecesse uma fórmula que não pode ainda traduzir por estar em estudo na Companhia Nacional de Electricidade e que visa a assegurar-se um dividendo de oito por cento quando a produção anual não exceda oitenta Giga Watts hora diminuindo regularmente até seis por cento quando a produção atinja trezentos Giga Watts hora. Em face da decisão da Companhia Nacional de Electricidade este Conselho de Administração tem que decidir a fim de serem dadas instruções aos nossos delegados na comissão referida quanto à posição que devem tomar. O Senhor Engenheiro Paes de Faria pergunta se não era válido por três anos a remuneração que se discutia. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho pensa que o dividendo garantido seria um privilégio no conjunto das empresas produtoras. Por isso não lhe repugnou aceitar a argumentação das hidroeléctricas. É bem certo que a fórmula de pagamento que estas empresas propõem é antinatural, pois não parece fazer sentido que nos anos em que mais produzimos ganhemos menos. Mas também dado o carácter antinatural da solução que em qualquer caso se tem que dar ao problema da rentabilidade desta Empresa, aceita bem a da fixação de lucros ligada à produção geral e, assim, não vê inconveniente em que se adopte a solução aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade. O Senhor Engenheiro Vaz começou por dizer que alguns dos conceitos do Senhor Engenheiro Manoel Fialho feriram a sua atenção. A fixação de remuneração do capital da Empresa mais baixa na altura em que se desenvolve a sua actividade é antinatural. Praticamente não vê inconveniente e lembrando a pergunta do Senhor Engenheiro Paes de Faria, não lhe parece que se torne justificável a mudança de critério já aqui aprovada, visto o cálculo dos encargos desta Empresa ser válido para um prazo de três anos, período de preparação e de estudo para soluções mais definitivas. Vota que se mantenham as condições sugeridas pela comissão, embora possa aceitar que a Empresa Termoelectrica Portuguesa não distribua dividendos mais altos do que as hidroeléctricas nos anos em que estas atravessarem dificuldades. O Senhor Engenheiro Paes de Faria apoiando as considerações do Senhor Engenheiro Vaz, vota também no sentido de que se mantenham as condições previstas no cálculo dos encargos já aprovado e em que se conta com um dividendo de oito por cento. O Senhor Presidente disse que vinha na disposição de não tomar aqui posição, apenas desejando expor o assunto e recolher a opinião do Conselho de Administração. É certo que a remuneração do capital

esta normalmente sujeita a contingências. Mas no Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade esforçou-se por demonstrar que o caso da Termoelectrica é diferente; não é uma empresa com actividade auto-suficiente; trata-se duma espécie de seguro cujo prémio não repugna aceitar com valor fixo; as suas funções são as de um órgão com carácter complementare do conjunto. Em face disto não offende o critério adoptado no estudo da comissão. Mas considerando que seria chocante uma remuneração de capital mais alta do que a dada pelas hydroelectricas nos annos em que as condições hydrologicas fôrça-rem a redução de dividendos, declarou que não haveria difficuldade em conseguir do Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa um voto de acompanhar o dividendos que for votado pelas restantes empresas. Com estes argumentos — disse — tentou resolver a questão mas não conseguiu demover os seus antagonistas. O Senhor Presidente disse que o Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida o autorizou a comunicar ao Conselho o seu voto que é resumidamente o seguinte: não aceita a regra da diminuição de dividendos com o aumento da produção, embora não lhe este reconhecendo que o dividendos de oito por cento é generoso. O Senhor Engenheiro Manuel Fialho sugeriu ainda se tentasse conseguir accordo entre as duas empresas para evitar uma solução que possivelmente acabe por não satisfazer a qualquer das partes. Em face das opiniões que aqui ficaram expressas, foi approvado que os novos delegados na comissão que estuda a proposta ao Governo sobre a forma de cobertura dos encargos da Termoelectrica, defendam a formula de pagamento da energia considerando os cálculos já approvados e que contém o encargo de remuneração de capital de oito por cento de dividendos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas.

Em testimony o Secretário p.
 António Luís Faria de Faria
 Manuel Vaz

Acta nº 67

Aos vinte e um de Maio de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se sessão, na sede social, rua de Bochoa, numero setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.^x
Aquisição das peças de reserva para a caldeira. — O Senhor Presidente apresentou este assunto à apreciação e resolução dizendo tratar-se da aquisição de um lote de peças de reserva para a caldeira no valor de setecentos e seis mil cento e cinquenta e oito escudos e cinquenta centavos, sendo as mais valiosas, representando quase metade deste valor, umas blindagens de restituição dos arosinhos. Este assunto foi objecto de discussão entre o Senhor Engenheiro Luiz Simões e o construtor na intenção de reduzir ao mínimo indispensável o lote das peças a encomendar. O Conselho de Administração autorizou a encomenda nas condições indicadas na nota elaborada pelos Serviços Técnicos e distribuída oportunamente.

Aumento de capital. — O Senhor Presidente informou ter saído a portaria que autoriza o aumento de sessenta mil contos de capital faltando completas algumas formalidades para dar o processo por terminado. Acerca do pagamento pelos subscritores deste aumento disse que havia necessidade de estabelecer quais as prestações em que o capital deveria ser pago. Discutido o assunto e analisadas as conveniências da Empresa e dos accionistas, foi resolvido dividir o pagamento em três prestações, sendo: a primeira de vinte por cento de vinte a trinta e um de Maio; a segunda de vinte por cento de vinte a trinta de Junho; e a terceira e última de quarenta por cento de vinte a trinta e um de Julho.

+ "Obrigações" — O Senhor Presidente recordou que o plano financeiro da Empresa prevê, no corrente ano, a terceira emissão de obrigações no montante de quarenta mil contos. Como o capital provavelmente será absorvido pelos encargos previstos até Outubro, é aconselhável deliberar sobre o assunto desde já, tanto mais que as formalidades a satisfazer se alongam, regra geral, por muito tempo.

+ "O Conselho de Administração, considerando que com o voto favorável da Assembleia Geral, de dezasseis de Março findo, se deu cumprimento ao disposto no artigo cento e noventa e sete do Código Commercial, deliberou submeter ao parecer do Conselho Fiscal, em cumprimento do artigo oitavo dos Estatutos, a resolução de proceder à terceira emissão de obrigações no montante de quarenta mil contos, a realizar durante o quarto trimestre do corrente ano, depois de obtida a respectiva autorização do Senhor Ministro das Finanças. A emissão obedecerá às condições seguintes: As obrigações serão de valor nominal de mil escudos cada uma, vencendo o juro annual de cinco por cento, calado de imposto para os obrigacionistas, pagável aos semestres nos dias dois de Janeiro e um de Julho de cada ano, efectuando-se o primeiro pagamento no dia um de Julho de mil novecentos e cinquenta e nove pelo tempo que tiver decorrido desde a data da emissão até trinta de Junho anterior; as amortizações serão feitas

pelo valor nominal por meio de sorteios semestrais a realizar em Junho e Dezembro de cada ano e durante vinte e cinco anos a partir de trinta e um de Dezembro de mil novecentos e sessenta e um, devendo a primeira amortização fazer-se em um de Julho de mil novecentos e sessenta e dois. A sociedade reserva-se o direito de antecipar a amortização, mas só a partir de dois de Janeiro de mil novecentos e sessenta e oito, devendo os sorteios extraordinários coincidir com os normais. Haverá títulos nominativos e as portadoras de uma, cinco, dez e cinquenta obrigações. A data exacta da emissão será fixada na oportunidade que for julgada mais conveniente e as restantes condições dependentes do acordo a estabelecer com as Instituições de Previdência e bancárias."

Ligação telefónica entre a Central da Fajada do Coutinho e a Subestação de Ermegilde. — O Senhor Presidente recordou que tinha ficado de estudar a melhor maneira de estabelecer uma ligação telefónica entre a Central e a subestação de Ermegilde. Não é viável a instalação de uma linha da Companhia dos Telefones não só porque esta entidade não se dispõe a fazê-la, como também seria muito onerosa. Concluiu-se que a única solução aceitável é a linha de alta-frequência. A Companhia Nacional de Electricidade fez a encomenda à Standard Elétrica de vários materiais deste género e os primeiros armários devem ser-lhe entregues em Agosto; como a Companhia Nacional de Electricidade não precisa imediatamente deles, pode ceder à Termoelectrica o armário terminal da Central da Fajada do Coutinho. Analisado e discutido este assunto, o Conselho deu o seu acordo.

+// E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas."

Reuniram-se as rammas: "assunto", "em" e "na oportunidade".

- *João Francisco Ottonário*
 - *António Leite Pais de Faria*
 - *João Baptista*
 - *Luís António*

Acta n.º 68

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu-se sessão, na sede social, rua de Bolhão numero setenta e dois. Tendo ainda, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando também presentes os Senhores Engenheiros Machado Vaz, Faria d'Almeida e Almeida Fialho, Vogais. Faltou, por motivo justificado, o Senhor Engenheiro Pais de Faria, Administrador-Delegado.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. —
Illuminação e aquecimento da Casa das Máquinas. — O Senhor Presidente informou que o Senhor Engenheiro Paes de Faria teve necessidade, por ser de certa urgência, de fazer a adjudicação em epigrafe a Gil de Andrade e Silva por setecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos escudos, de harmonia com a informação dos serviços sobre as propostas apresentadas. O Conselho de Administração ratificou esta decisão.

Illuminação e aquecimento da Casa das Caldeiras. — Relativamente a esta empreitada o Senhor Presidente disse que tinham sido recebidas as propostas, sendo as mais baixas as de J. Nunes Correia e de Gil de Andrade e Silva, com uma diferença de dois contos favorável à primeira. De accordo com o parecer dos serviços foi resolvido fazer a adjudicação a J. Nunes Correia, por duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e cinquenta escudos.

Teleféricos. — O Senhor Presidente relatou as dificuldades que tem havido com o fornecedor dos teleféricos dizendo que a instalação dos teleféricos do Pejão está um pouco complicada e que existem motivos para não se estar contente com a situação; é de todos os nossos empreiteiros o menos cumprido. Surgiu uma avaria numa bobine do cabo do Pejão e o Senhor Presidente pediu ao Senhor Engenheiro Maria Simões para elucidar o Conselho sobre o assunto. O Senhor Engenheiro Maria Simões falou da descarga da bobine que, segundo os representantes da Harnischfeger, não teria sido feita nas condições aconselháveis e que mais tarde, quando se começou a desenrolar a bobine, verificou-se que o cabo estava avariado, não sendo sido possível desenrolar mais que cerca de oitocentos metros. Veio cá um especialista que não resolveu nada de positivo quanto ao aproveitamento do cabo. Posteriormente houve uma conferência com engenheiros da Harnischfeger que não consideram reparar o cabo. Havia pois que cortar a parte danificada que seria substituída por cabo novo. Mas a Harnischfeger não deseja fazer uma instalação nova com cabo emendada e com duas mangas de ligação. Preferem que se mande vir uma nova bobine a qual poderia estar cá em três e meio. Quanto à responsabilidade pelo pagamento da nova bobine os representantes da Harnischfeger atribuem-na a deficiência de manuseamento. Falámos na falta de instruções que deveriam ter o cuidado de dar para que a descarga se fizesse em condições de se evitarem as avarias a que o cabo estivesse sujeito e notámos que nada nos tinham prevenido quanto à fragilidade das embalagens que não continham qualquer sinal ou indicação a tal respeito. O Senhor Engenheiro Farias entende que poderíamos ficar com a bobine avariada, em condições de fazer a determinar ou de acor-

do com a Companhia seguradora, recuperando o que fosse possível para substituições futuras. Depois de discutido este assunto largamente, foi resolvido encomendar com toda a urgência uma nova bobine e aprovar a proposta dos serviços para a devolução da bobine avariada, ficando à conta da Empresa Termoelectrica Portuguesa o pagamento dos oitocentos metros de cabo avariado e os transportes das bobines. Sobre o despendimento das vagonetas succedidas há dias, o Senhor Engenheiro Mariaz Simões informou dever-se a um mau funcionamento da embraiagem, assunto que os técnicos da Hasenclerer prometeram resolver.

Pagamento de facturas de Carrão. — O Senhor Engenheiro Facinas D'Almeida abordou este assunto dizendo que convinha à Companhia das Minas de Carrão de São Pedro da Cova que lhe fossem liquidadas as facturas de carrão, logo que possível, antecipando-se a data estipulada, fazendo-se o desconto correspondente, na base de seis por cento ao ano, taxa esta considerada no contrato de fornecimento como encargo da Empresa Termoelectrica Portuguesa pelo atraso no pagamento, o que corresponde a um por mil por cada seis dias de antecipação no pagamento. O Senhor Presidente explicou a situação financeira dizendo que não vê inconveniente em dar-se satisfação enquanto houver folga de disponibilidades nos Bancos. Considerado o assunto foi aprovado que poderia ser antecipado o pagamento das facturas a partir do dia dezasseis de cada mês, mediante o desconto acima mencionado e caso haja disponibilidades nos Bancos.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas.

Em homenagem
facinas
Facinas D'Almeida
Presidente

Acta nº 69

Aos trinta de Julho de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e trinta minutos, reunio em sessão, na sede social, rua Dr. Bocheas número setenta e dois — terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Sag, Facinas D'Almeida e Manoel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Quotação das accções na Bolsa. — O Senhor Presidente expôs que o

assunto vinha seguido fazer a Empresa Carbonífera do Douro mostrar o maior interesse em que as acções fossem submetidas à cotação sem o que não seria tão fácil a sua utilização em qualquer financiamento que se pretenda conseguir. Nestas condições pede para o Conselho se pronunciar. O Senhor Engenheiro Nuno de Fialho disse que era um dever da Empresa dar aos accionistas as melhores condições de utilização dos títulos e que a cotação constituiria muitas vezes um elemento de muito valor quando se pretende negociar com eles. Nestas condições entende que ao dever da Empresa corresponde um direito de accionista. Depois de várias considerações em que no fundo unanimemente foi manifestado acordo com o ponto de vista expresso pelo Senhor Engenheiro Nuno de Fialho, foi resolvido submeter as acções à cotação.

Pretenção da Carbonífera relativa ao transporte dos seus carvões.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Engenheiro Paes de Faria para informar o Conselho sobre a pretenção da Empresa Carbonífera do Douro. O Senhor Engenheiro Paes de Faria expôs as dificuldades de que a Empresa Carbonífera do Douro se queixa, pelo facto de não poder esvaziar o silo de carvão destinado à nossa Central, em consequência de se ter atrasado a entrada do teleferico em funcionamento; esta situação está a causar-lhe prejuizos muito consideráveis; por isso, na carta que nos escreveu e que está sobre a mesa, sugere que o transporte, de cerca de três mil toneladas se faça a título de emergência, de Pejão a Melres, pelo rio, e de Melres ao nosso parque, em camião. O custo deste transporte é de vinte e sete escudos por tonelada e a Carbonífera pretende que paguemos esse transporte. O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou ter aconselhado a Carbonífera a desocupar o silo dado que o pagamento do transporte pela Empresa Ternoellectrica Portuguesa seria que se discutido em Conselho e este não poderia reunir-se imediatamente; que o facto de se efectuar o transporte do referido carvão para o nosso parque nenhuma influencia teria na decisão do nosso Conselho de Administração, pelo que a discussão do assunto poderia ser feita depois. O Conselho de Administração analisou as responsabilidades das duas Empresas nos atrasos que se verificaram na montagem do teleferico. Concluiu-se que uma boa parte do atraso se deve à Carbonífera, não só pelo tempo que nos deu para a construção da estação de partida ser de tal natureza que nos obrigou a grandes despesas e demoras com os trabalhos de consolidação, como também por nos ter pedido a introdução de sucessivas alterações ao projecto da mesma estação. Discutido este assunto, o Conselho resolveu por favor à Empresa Carbonífera do Douro a comparticipação de metade das despesas de transporte do carvão, até à entrada em serviço do teleferico.

Atraso da Inef na entrega dos quadros. — O Senhor Presidente relatou as diligências que fez, na companhia do Senhor Engenheiro Manoel Simões, para obter da Inef a garantia do fornecimento dos quadros em tempo oportuno. Por uma carta recebida vê-se que este fornecedor não cumpriu o combinado e actuou de forma muito estranha ao decidir não cumprir alegando o atraso que observou no nosso estaleiro. Tal procedimento deu lugar a duas cartas nossas concebidas em termos severos e enérgicos. Isto deu lugar a nova conferência que concluiu com novo compromisso da Inef para entrega dos quadros em Outubro. O Conselho tomou conhecimento destes factos e recomendou que se tomassem todas as providências para atenuar, tanto quanto possível, os atrasos resultantes da entrega dos quadros fora do prazo previsto. Apesar deste atraso e do da montagem das tubagens de interligação, bem assim o da montagem dos filtros da casa das bombas, podemos contar com os ensaios em Outubro.

Avaria do cabo do teleférico do Pejão. — O Senhor Presidente referiu-se às negociações que tem havido respeitantes à avaria da bobine de cabo do teleférico do Pejão. Os alemães da Hasenclever Francigena em pagar metade dos oitocentos metros de cabo avariado, mas não querem que se lhes fale em multas por atrasos da montagem. Comprometeram-se a dar o teleférico, pronto a funcionar, em quinze de Outubro próximo, data a partir da qual se sujeitam ao pagamento de multas. O prejuízo do cabo avariado está coberto pela Companhia de Seguros. Por ter sido encomendada uma nova bobine para substituir a que se avariou, ficam cerca de dois mil metros de cabo como reserva.

Barragem de retenção de cinzas. — O Senhor Presidente informou que para a construção da primeira barragem de cinzas foram convidados os quatro empreiteiros que actualmente trabalham na Central. Das propostas apresentadas a mais vantajosa é a de Construções Especiais. De acordo com a proposta dos Serviços Técnicos foi feita a adjudicação a Construções Especiais por trezentos e noventa e três mil e duzentos escudos.

Comporta para a tomada de água. — De acordo com a informação dos Serviços apoiada no parecer do nosso consultor Senhor Engenheiro Faria, foi adjudicada à Sorefame por cento e cinquenta e cinco contos o fornecimento da comporta para a instalação da bombagem de água de circulação.

Caso do Senhor Engenheiro Manoel Pereira. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria voltou a referir-se à forma como o Engenheiro Manoel Pereira se conduz, sendo o único funcionário da Empresa que não cumpre com os deveres da disciplina. Relatou que há dias, sem conhecimento do Engenheiro chefe do Estaleiro, veio à sede e

requisitou um carro para ir à Soref, não tendo chegado a esperar pelo carro e foi-se embora sem ninguém dar por isso. Perguntado pelo Engenheiro Chefe de Estaleiros a este respeito, respondeu que não tinha que dar satisfação. Mais tarde em conversa sobre a encomenda da Soref foi-lhe perguntado pelo Senhor Engenheiro Mendonça o que se passara na sua visita àquela firma e ele declarou que não tinha ido à Soref por nada lá ter que fazer. O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que, para não criar dificuldades, tinha autorizado, provisoriamente, o Engenheiro Moniz Pereira a ausentar-se um dia por semana para ir à Lisboa, onde tem quaisquer assuntos de interesse a tratar. No entanto parece-lhe que esta situação a prolongar-se não se coadunaria com a justiça relativa com que sempre tem sido tratado todo o pessoal, porquanto equivale a uma licença graciosa de quarenta e oito dias por ano além do normalmente concedido. Acha que se deveria manter a concessão até ao fim do mês de Outubro. O Conselho confirmou a autorização concedida e limitou-a, devendo terminar no fim do próximo mês de Outubro. —
E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas.

Em homenagem
António Luís Paes de Faria

João
António Paes
Manuel

Acta n.º 70

Aos vinte de Agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu em sessão na sede social, sua do Bolhão número setenta e dois - térreo andar, o Conselho de Administração da Empresa Teroelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Fariaes d'Almeida e Manuel Fialho, Vogaes. Não compareceu o representante da Companhia Nacional de Electricidade em substituição do Senhor Engenheiro Ferreira Dias que acaba de ser nomeado Ministro da Economia, tendo tomado a presidência o Senhor Engenheiro Paes de Faria. —
Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. —
O Senhor Engenheiro Paes de Faria disse que esta reunião tinha por fim principal apreciar a situação resultante de o Senhor Engenheiro Ferreira Dias ter deixado a presidência do Conselho de Administração, em representação da Companhia Nacional de Electricidade, por ter assumido no Governo a chefia da pasta da Economia. Continuando no uso da palavra acrescentou: Este Conselho

perdeu o seu Presidente que, pela sua clara inteligência, saber e bom senso, foi um colaborador de grande valor. Vi sempre nele um amigo leal, sensato e, em certo modo, condescendente. Lamentando a sua saída, mas congratulando-me por a Nação ter encontrado um homem capaz de resolver os delicados problemas do Ministério da Economia. Faço votos sinceros por que o Senhor Engenheiro Ferreira Dias encontre um ambiente que lhe permita realizar o seu programa, no qual tenho inteira confiança. Todos os presentes se associaram e apoiaram as palavras proferidas. O Conselho de Administração foi de opinião de que se devia pedir à Companhia Nacional de Electricidade que não demore a indicação da pessoa que virá substituir o Senhor Engenheiro Ferreira Dias e reiterou ao Senhor Engenheiro Paes de Faria o inteiro apoio para todas as medidas e decisões que entretanto entenda tomar para assegurar o prosseguimento conveniente e necessário da vida da Empresa.

Indemnização para constituição de servidão de passagem aérea dos teleféricos. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria explicou que foram feitas todas as ventilações para se chegar a acordo com Rosa Martins de Oliveira relativamente à indemnização pela passagem do teleférico do Pajão sobre uma sua casa. Esta está avaliada em cinquenta contos, tendo a Empresa oferecido a indemnização de quinze contos, o que corresponde a trinta por cento do valor da casa. A desvalorização que se costuma considerar nestes casos é de vinte por cento; mas atendendo às circunstâncias de se tratar de uma pessoa de idade e de outra doente, é que se ofereceu a indemnização de quinze contos. A proprietária não tendo já outros meios para defender o seu exagerado ponto de vista, pois deseja uma indemnização de vinte e cinco contos, resolveu dirigir-se ao Senhor Presidente do Conselho. Em seguimento desta diligência, o Engenheiro Chefe da Fiscalização Eléctrica do Norte compareceu na Empresa para ver da possibilidade de dar satisfação à reclamante. O Senhor Engenheiro Paes de Faria entende que esta não tem razão e que a Empresa não pode desviar-se dos critérios que tem seguido. Trocaram-se algumas impressões e foi resolvido estudar o assunto de novo para ver o que é possível fazer, mas sem prejuízo da orientação que se tem seguido.

Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares — Criação da Comissão Técnica de Coordenação. — Foi lido o Ofício da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares informando da resolução de criar uma Comissão Técnica de Coordenação com o fim de coordenar actividades industriais relacionadas com a produção ou a aplicação da energia nuclear e que reunirá técnicos da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares e das entidades suas accionistas. O Conselho foi de parecer que seria conveniente acompanhar o trabalho desta

Comissão e resolveu que se pedisse ao Senhor Engenheiro Luiz Lima, para nela nos representar.

Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares — Especialização de engenheiros em engenharia nuclear. — Foi também lido o ofício da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares, no qual está convidada a inscrição de um ou mais engenheiros novos para sob a sua orientação se especializarem em energia nuclear. O Conselho de Administração concluiu que o assunto, de momento, não tinha interesse.

Licenciamento do parque de cascos. — Foi levantado o problema da exigência do licenciamento do parque de cascos o que levaria ao pagamento duma quantia muito elevada, de mais de mil contos. O Conselho de Administração entende que o licenciamento da Central implica necessariamente a existência de um parque de cascos.

Empresa Carbonífera do Douro — Transporte de cascos. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria recordou a questão do pagamento do transporte de cascos pelo rio, de Jesumunde a Vuelas, e daqui à Central em camionas, enquanto o teleférico não funciona. A Empresa Carbonífera do Douro contra-propõe que o custo do transporte seja a meias, mas depois de deduzidos sete escudos que é o encargo do transporte por teleférico. Assim, ficam vinte escudos por tonelada a dividir pelas duas empresas, sendo portanto o encargo da Termoelectrica de dez e sete escudos por tonelada transportada. O Conselho de Administração deu o seu acordo.

Balanco de trinta e um de Julho — Foi apresentado o balanco referente a trinta e um de Julho findo que foi aprovado e assinado.

Tercia emissão de obrigações — Trocaram-se impressões sobre a terceira emissão de obrigações no montante de quarenta mil contos, dos quais trinta mil serão tomados pelas Instituições de Previdência e dez mil pelas instituições de crédito e particulares. Embora a tomada firme desta segunda parcela não apurante, pelo seu pequeno montante, dificuldades, parece conveniente manter a politica que tem sido seguida pela Empresa de que todos os Bancos com quem temos trabalhado participem nessa tomada. Mas tendo em vista o futuro e as dificuldades que ultimamente se vêm sentindo quanto à subscrição das sucessivas e rultosas emissões de todas as Empresas, o Conselho perfilhou a sugestão do Senhor Engenheiro Manoel Fialho de alargar as nossas relações estabelecendo também negociações com a Casa Bancária Agustine Reis e com o Banco Nacional Ultramarino. Fizeram-se ainda várias considerações sobre a politica a adoptar em vista da cotação das novas obrigações estar abaixo do par.

Ensaio hidráulico da caldeira — O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que no dia vinte e oito de Junho passado se haviam realizado, com bom resultado, os ensaios hidráulicos da caldeira.

Tomado conhecimento.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas e vinte minutos.

Assinado: Carlos Pais de Faria

Assinado: [illegible]
Assinado: [illegible]

Acta n.º 71

Aos vinte e um de Outubro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu em sessão na sede social, rua do Bocho número setenta e dois, terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, estando presentes o Senhor Doutor Simões de Almeida, que tomou a presidência como representante da Companhia Nacional de Electricidade conforme adiante se refere, e os Senhores Engenheiros Pais de Faria, Administrador-Delegado, Leal Chado Vaz, Falcões d'Almeida e Luomede Fialho, vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Ficou registado que, por virtude de estarem ausentes em diversas missões no estrangeiro e em férias, não foi possível reunir numero suficiente de Administradores para se fazer a reunião de Setembro.

Representação da Companhia Nacional de Electricidade no Conselho de Administração. — O Senhor Engenheiro Pais de Faria leu a carta da Companhia Nacional de Electricidade em que se transmittia que a sua representação neste Conselho de Administração ficaria a cargo dos

Senhores Doutores João António Simões de Almeida ou Francisco Teixeira de Queiroz de Castro Caldas. O Senhor Doutor Simões de Almeida apresentou cordiais cumprimentos a todos os presentes e disse da pena que vinha pela perda para a Termoelectrica com a saída do Senhor Engenheiro Ferreira Dias, mas que a Companhia Nacional de Electricidade continuaria a dar à Termoelectrica a mesma ajuda e colaboração a que prometia juntar a sua

própria dedicação e o seu esforço pessoal. Ofereceu e assegurou a sua melhor colaboração a todos os Senhores Administradores e, em especial, ao Senhor Engenheiro Pais de Faria, em cujo

contacto, embora ainda curto, pôde ver como ele, com a maior dedicação, acompanhava todos os assuntos assegurando assim o andamento normal da Empresa. O Senhor Engenheiro Luomede Fialho pediu a palavra para dirigir agradecimentos ao Senhor Doutor Simões de Almeida pelas palavras de amizade e a promessa da sua colaboração. Quanto à saudade que o Senhor Engenheiro Ferreira Dias deixou em todos nós, já falámos na ultima reunião. Pode dizer-se, no entanto, que a Empresa não ficou

a fazer porque sabemos que continuamos a contar com o Senhor Engenheiro Ferreira Dias numa posição em que nos pode prestar os mais importantes serviços e simultaneamente verificamos, no desdobramento da representação da Companhia Nacional de Electricidade, uma pessoa cheia de experiência, colhida de há quinze annos nos problemas da industria da electricidade, como é o Senhor Doutor Simões de Almeida que, além disso, é bem conhecido de todos nós através dos contactos frequentes que temos tido e nos quais tem conseguido alcançar um justo prestigio e geral estima. Por outro lado, podemos contar tambem com a presença do Senhor Engenheiro Paes de Faria, Administrador-Delegado, que com a sua inextinguível dedicação e interesse vem acompanhando os assuntos da Empresa em termos de nos deixar inteiramente tranquilos quanto à melhor solução dos mesmos assuntos. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida disse que se associava inteiramente ás palavras ditas pelo Senhor Engenheiro Almeida Fialho, apresentando ao Senhor Doutor Simões de Almeida os seus cumprimentos e offerecendo a sua melhor collaboração. O Senhor Engenheiro Machado Vaz congratulou-se com a presença neste Conselho de Administração do Senhor Doutor Simões de Almeida pessoa que traz uma grande experiência e comprovadas qualidades de intelligência. O Senhor Engenheiro Paes de Faria declarou perfizer as palavras dirigidas ao Senhor Doutor Simões de Almeida, limitando-se a agradecer as que a seu respeito tinham sido proferidas. O Senhor Presidente disse que propunha como norma dos trabalhos do Conselho que o Senhor Engenheiro Paes de Faria expusesse os assuntos respeitantes à actividade corrente da Empresa e que elle, presidente, daria conhecimento daquelles em que venha intervindo.

Agradecimento dos Senhores Presidente da Republica e Ministro da Economia. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria deu conhecimento dos agradecimentos do Senhor Presidente da Republica e do Senhor Ministro da Economia pelos cumprimentos que lhes enviámos por motivo da investidura nas respectivas funções.

Ajudas de Custo. — O Senhor Engenheiro Paes de Faria explicou que a ajuda de custo fixada em seis de abril de mil novecentos e cinquenta e quatro, além de incompleta, se encontra já muito desactualizada, principalmente a partir da recente alteração das diárias dos hotéis. Assim, o Senhor Engenheiro Paes de Faria apresentou uma nota de ajuda de custo que foi aprovada e respecta a hospedagem e alimentação. A ajuda de custo diária ficou fixada da seguinte maneira: para Administradores - duzentos e cinquenta escudos; para Chefes de Serviços e Engenheiros - duzentos e vinte escudos; para Chefes de Secção, Agentes Técnicos e Contramestres especializados - cento e sessenta

escudos; para o restante pessoal de carteira e encarregados de serviços técnicos — cento e trinta escudos; para o pessoal não considerado acima a ajuda de custo será fixada para cada caso. No caso de diárias incompletas as ajudas de custo serão reduzidas da seguinte forma: por uma refeição — cinquenta por cento; por duas refeições ou por uma dormida e uma refeição — cem por cento. Os pequenos alunos, para estes efeitos, consideram-se incluídos na dormida.

Cobertura dos encargos da Termostelectrica — Foi analisado o Ofício da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos de vinte e nove de Agosto findo em que se transmittio o despacho do Senhor Ministro da Economia sobre a forma de cobertura dos encargos desta Empresa pela Companhia Nacional de Electricidade. Vê-se que os encargos a considerar para efeitos da compensação mensal a pagar pela Companhia Nacional de Electricidade ficam reduzidos a dezvinte mil contos, pois se estabelece o regime de compensação de encargos de capital por meio duma taxa igual à média das taxas de que beneficiarem, em cada ano, os capitais das diferentes empresas da rede primária. Foi analisado este assunto que foi objecto de alguns reparos nomeadamente quanto à dependência em que fica a Assembleia Geral das realizadas nas restantes empresas, para se pronunciar sobre o dividendo a distribuir. Parece que se tem que entender o despacho no sentido da compensação relativa à remuneração do capital se basear na média dos dividendos que se verificarem nas empresas da rede primária no ano transacto. O Senhor Engenheiro Faísas d'Almeida declarou que continua vinculado à posição que tomou anteriormente de que, embora reconhecendo que esta Empresa tem aspectos muito especiais, a remuneração do seu capital deve resultar do seu rendimento normal e não duma forma em que a sua independência administrativa fique comprometida. Foi resolvido dar a conhecer à Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos a interpretação que esta Empresa dá ao despacho.

Pedidos do Senhor Engenheiro Leoniz Pereira — O Senhor Engenheiro Pais de Faria apresentou o pedido do Senhor Engenheiro Leoniz Pereira para continuar a ausentar-se um dia em todas as semanas, para ir a Lisboa tratar de assuntos de seu interesse. O Conselho de Administração mostrou o seu desagrado pela forma como este Engenheiro se tem conduzido e assim entende que não deve dar satisfação ao pedido, tanto mais que tal implicaria um regime de excepção e favor que não é merecido nem justo, em relação ao restante pessoal. No entanto, a fim de dar tempo a que o interessado possa organizar a sua vida, foi autorizada a prorrogação até fim de Dezembro, da licença

que tinha sido dada a título gracioso para o Senhor Eugénio Peres se ausentar uma vez por semana para ir a Lisboa. A falta de um dia de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove, a ausência de um dia por semana implicaria a perda de um sexto do rendimento.

Tercera emissão de Obrigações — O Senhor Presidente expôs as diligências que fez junto da Caixa Geral e de outros Bancos relativamente à tomada firme. A posição da Caixa Geral de Depósitos era a de não tomar firme abaixo do par e também não estabelecer negociações isoladas, afastando-se da política de colaboração que tem mantido sempre com os Bancos Espírito Santo e Comercial de Lisboa e Fomsecas, Santos & Vianna. A fim de não agravar a cotação das nossas obrigações, lançando no mercado de Títulos a parte da terceira emissão destinada a instituições de crédito e particulares, a Caixa Geral e os Bancos Espírito Santo e Comercial de Lisboa e Fomsecas, Santos & Vianna tomariam entre si a subscrição com o compromisso de não lançar no mercado as suas respectivas tomadas. O problema não oferece dificuldade; apenas a cotação obriga a considerar uma comissão que seria de cobrir, além da comissão normal, a margem que se jara a cotação do valor nominal. Como na altura em que estas diligências foram feitas a cotação andava pelos novecentos e oitenta e cinco escudos, a comissão que então foi indicada pelos Bancos era de três por cento, isto é, um e meio por cento para comissão propriamente dita e um e meio por cento para cobrir o diferencial da cotação. Mas a cotação actualmente está ainda mais baixa. É de recear que a Presidência queira aproveitar a circunstância para receber o papel da nova emissão que lhe está reservado, ao preço da cotação. Exposto o assunto, o Senhor Presidente pôs à consideração do Conselho se via vantagem em estudar e tentar-se uma forma de intervenção que ajude a subida da cotação. Este assunto foi largamente apreciado tendo o Senhor Eugénio Almeida Fialho dito que a baixa nos títulos não foi só nos desta Empresa; depois duma reacção geral favorável à subida das cotações o papel voltou a baixar nestes últimos dias, a que, entre outras razões, de forma alguma não deve ser estranho o volume muito elevado que a afluência de títulos ao mercado atingiu neste mês. Receia que a diligência não consiga alcançar o objectivo e por isso não se deve ir muito longe nesta tentativa. Depois de várias considerações sobre a matéria, o Senhor Presidente disse que não se sentiria muito à vontade em voltar a falar com os Bancos para uma tomada na base de três por cento de comissão, enquanto a cotação estivesse abaixo de novecentos e oitenta e cinco escudos. Por isso propôs e foi aprovado

o seguinte: Primeiro - Tentar uma forma de ajudar a subir a cotação e aguardar mais algum tempo, até meado de Dezembro, visto não haver dificuldade em utilizar crédito bancário para satisfazer as necessidades de tesouraria. Segundo - Logo que a cotação atinja os noventa e oitenta e cinco escudos, retomar as negociações com a Caixa Geral de Depósitos e com os Bancos Espírito Santo e Comercial de Lisboa e Figueiras, Santos & Vianna na base já considerada anteriormente de três por cento de comissões para a subscrição dos dez mil contos destinados às instituições de crédito e particulares. Segundo Plano de Fomento - O Senhor Presidente informou que a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos pediu uma sugestão de financiamento da Empresa nos anos respeitantes ao período de desenvolvimento do segundo Plano de Fomento e da sua distribuição pelas diversas fontes de financiamento a considerar. Pensa que seria conveniente utilizar a forma de empréstimo a longo prazo aproveitando da próxima criação do Banco de Fomento Nacional de forma a não ter uma muito pesada a posição do capital accionista. Dentro desta ideia a nossa sugestão para a distribuição das fontes de financiamento seria a seguinte: emissão de ações - oitenta mil contos; emissão de obrigações - cem mil contos; empréstimos - cinquenta mil contos; e crédito externo - trinta mil contos. O Conselho aprovou esta indicação.

Encargo com compras de carvão - O Senhor Engenheiro Pais de Faria mostrou que dado o baixo teor de cinzas do carvão que a Carbonífera está a fornecer, o rendimento do parque atingirá uma simobilização financeira entre setenta mil e setenta e cinco mil contos, contra os sessenta mil que têm sido previstos. Reconheceu-se que embora se faça um maior desembolso de dinheiro, não resulta disso prejuízo para a Empresa dado o maior rendimento desse carvão.

Caso Hóbraga de Lima - Relativamente ao débito da firma F. Hóbraga de Lima, Limitada, foi resolvido aguardar mais vinte dias a fim de dar tempo a diligências que esta firma tem em curso para resolver a sua situação financeira.

Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares - Foi presente a carta da Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares de vinte e nove de Setembro findo referindo-se a um curso de seis meses de especialização de engenheiros em energia nuclear. Foi confirmada a deliberação de vinte de Agosto passado, segundo a qual foi considerado sem interesse, neste momento.

Prefeitos da Empresa Carbonífera de Domo - Compra duma balança para o desvio ao cais - Relativamente ao desejo da Empresa Carbonífera de Domo de se colocar uma balança na instalação de desvio ao cais para pesagem do carvão a carregar para terceiros,

foi resolvido comunicar que a Ternoellectica se incumbiria da collocação da balança, ficando a cargo da Carbonifera o custo da balança, sua montagem, exploração e conservação.

Transporte rodoviário de carvão da Carbonifera através da concessão.

— Contra o desejo da Carbonifera, foi reprovado, em principio, o transporte de carvão em camions através da concessão. Todavia estaríamos na disposição de encasar, caso por caso, quando a Carbonifera surgirem dificuldades no transporte fluvial e por forma a auxiliá-la a evitar prejuizos graves.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas e vinte minutos.

Attestado
Antônio Leite Paes de Faria

João
Francisco

Acta nº 72

Aos vinte e nove de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas quinze horas e vinte minutos, reuniu em sessão na sede social, rua de Bolhão, número setenta e dois — terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Ternoellectica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Doutor Limas de Almeida, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Faria de Almeida e Almeida Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Terceria emissão de obrigações — O Senhor Presidente recordou a resolução do Conselho relativa às diligências atinentes à subida da cotação das novas obrigações. Este problema, diz, foi em, respeito exclusivamente à tomada firme, pelos Bancos, de dez mil contos e, entretanto, como é do conhecimento do Conselho, complicou-se sensivelmente pelo facto de a cotação ter ainda sofrido nova baixa. Há, porém, que considerar a parte mais importante da subscrição, que é de vinte mil contos, a tomar pelas Caixas de Previdência nos termos do que foi determinado pelo Conselho Económico. Ora, quanto a esta parte, em que se não previam dificuldades, recebeu-se uma comunicação do Ministério das Corporações informando que as Caixas só tomariam os títulos à cotação de novecentos e oitenta escudos cada um e com uma comissão de um e meio por cento pela tomada firme. Por não poder concordar pessoalmente com esta posição daquele Ministério — e aproveita para informar que, nas subscrições da Hidro-Electrica de Zêzere, nunca elas foram aceitas — resolveu dar de

assunto conhecendo ao Senhor Ministro da Economia, o qual manifestou também a sua discordância, entendendo porém que, dada a posição especial das instituições de previdência, deveria ser o Conselho Económico a resolver sobre as condições em que as Caixas devam tomar as emissões de títulos que lhes são destinados. Nestes termos, pediu que se suspendesse qualquer deliberação até à decisão que o Conselho Económico vier a tomar. O Senhor Engenheiro Manoel Fialho considera muito mau que o Conselho Económico determine as condições de subscrição de qualquer emissão e é de opinião de que a fixação de um preço de subscrição, pela Previdência, não se justifica; pelo menos que ela se faça ao preço da cotação. O Senhor Presidente salientou o que representa de agravamento para a nossa tesouraria o protelamento do assunto, acrescentando que esse agravamento é, em grande parte, proveniente da demora que tem havido na montagem da central. O Conselho ~~aprovou~~ inteiramente as diligências feitas e comentou desfavoravelmente o princípio contido no Ofício da Direcção-Geral da Previdência, pedindo que o Senhor Doutor Simões de Almeida continue a acompanhar o assunto com todo o interesse e insistência para que a Empresa não venha a sentir consequências sempre embaraçosas e inconvenientes resultantes dos problemas financeiros.

Laboratório — O Senhor Engenheiro Pais de Faria disse que o Senhor Engenheiro Chefe de Estudos tinha feito uma proposta de admissão da colaboração de um consultor técnico químico dada a responsabilidade que envolve o tratamento das águas industriais que é da maior importância para a vida da caldeira. O Conselho deu o seu acordo deixando a resolução do assunto ao cuidado do Senhor Engenheiro Pais de Faria.

Atraso na entrega do equipamento encomendado à Inef — O Senhor Presidente referiu-se a este assunto informando que o Senhor Engenheiro Mariaz Simões fizera uma nota sobre o significado dos atrasos da Inef na entrega dos quadros. Disse tratar-se de um caso flagrante de aplicação das penalidades previstas. O Conselho entende que o assunto é muito grave e resolveu aplicar as multas que forem devidas. O Senhor Presidente sugeriu e foi aprovado que o nosso consultor jurídico estudasse o assunto, assistido pelo Senhor Engenheiro Mariaz Simões.

Gratificação ao pessoal — Foi resolvido conceder a gratificação anual a todo o pessoal nas condições anteriormente estabelecidas. Porém, aos Senhores Engenheiros Mariaz Simões, Doutor Carlos Jaca e Engenheiro Mário Ramos foram concedidas as gratificações de quarenta contos ao primeiro e de quinze contos a cada um dos outros dois. Foi também resolvido dar ao agente técnico Senhor Araújo Vieira, da Companhia Nacional de Electricidade, uma gra-

tificação de quatro mil escudos pela colaboração que deu à Empresa nos trabalhos respeitantes aos teleféricos.

Pagamento de carvão à Empresa Carbonífera do Douro — O Senhor Engenheiro Paes de Faria informou que a Empresa Carbonífera do Douro vinha apresentando o pedido de um aceite de dois mil contos, com vencimento em fim de Fevereiro próximo. Esta quantia refere-se à quantidade de carvão que faltaria pagar relativamente a Dezembro, para atingir a compra de cento e treze mil toneladas que acordamos seria entregue até ao fim do ano em curso e que se atrasou devido à entrada em serviço do teleférico só se ter feito em fins de Outubro e não em Maio como estava previsto. O Senhor Engenheiro Paes de Faria explicou o problema do pagamento à Carbonífera e é de opinião que se complete o pagamento de cento e treze mil toneladas de que se tinha falado e com o que a mesma Empresa contava. Há, porém, que ver se é de antecipar o pagamento ou se se deve aguardar a data de vencimento das facturas mensais. O Senhor Engenheiro Paes de Faria, a propósito, lembra a necessidade de se fixar o quantitativo de carvão a comprar nos anos seguintes e referiu-se à cláusula segunda do contrato com as Minas. Sobre a interpretação do despacho ministerial de que nos foi dado conhecimento pelo Offício da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos número cinco mil quinhentos e quarenta e seis, de vinte e um de Maio de mil novecentos e cinquenta e cinco, entende o Senhor Engenheiro Paes de Faria que, visto se tratar de um período experimental de cinco anos, a capacidade disponível deveria referir-se, para cada ano, à correspondente quinta parte da capacidade total do parque. Quanto ao pagamento do quantitativo para o ano corrente, o Conselho pensa que seria de facilitar o problema, tendo resolvido que por todo o mês de Dezembro ou se aceitaria uma letra ou se fazia o adiantamento de cerca de dois mil contos. Quanto à fixação do quantitativo de carvão a comprar nos anos futuros, o caso foi discutido e ficou em suspenso para exame mais profundo.

Vencimentos do pessoal — O Senhor Presidente propôs que, entrando a sociedade na sua vida normal, convinha fazer a revisão dos vencimentos do pessoal que são manifestamente inferiores aos das empresas congêneras. Foi resolvido tratar do assunto na próxima reunião. E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas.

Alfredo de Sousa

António Paes de Faria

João

Mauro

Acta n.º 73

Aos vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu em sessão na sede social, rua de Bochar número setenta e dois - terceiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Doutor Simões de Almeida, estando presentes os Senhores Engenheiros Paes de Faria, Administrador-Delegado, Machado Vaz, Farinas d'Almeida e Manuel Fialho, Vogais.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O Senhor Engenheiro Paes de Faria disse que, antes de se entrar na apreciação dos assuntos da convocatória, desejara lembrar que tinha passado recentemente o vigésimo quinto aniversário da entrada do Senhor Engenheiro Manuel Fialho para a União Eléctrica Portuguesa, propondo que este Conselho de Administração registasse as felicitações e os votos de que o Senhor Engenheiro Manuel Fialho continue por muitos anos a sua carreira brilhante, gozando da melhor saúde e da mais perfeita felicidade. O Senhor Engenheiro Manuel Fialho agradeceu.

Pagamento de carrões às minas — O Senhor Presidente, em relação ao que na reunião anterior foi dito pelo Senhor Administrador-Delegado, expôs que, examinando o teor das actas e da correspondência trocada com a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e com as Minas, se concluiu que este Conselho já tinha interpretado o despacho ministerial de maio de mil novecentos e cinquenta e cinco no sentido de se aceitar a compra de oitenta mil toneladas de carrões a cada mina até ao enchimento do faguet. Entende, por isso, que esta Empresa já deu o seu acordo à compra anual de cento e sessenta mil toneladas de carrões até saturação do faguet. Considera que o despacho não seria dado hoje, em que as condições de equacionamento do problema do apoio térmico não aconselhariam o apressado enchimento do faguet, que colide com a política da energia. O Senhor Engenheiro Farinas d'Almeida pede para não se esquecer o condicionamento que precedeu a resolução no que respeita à compra de carrões. E, se as minas aceitarem uma diferença de trinta mil toneladas entre o máximo e o mínimo, foi porque lhes foi dito que nos primeiros três anos lhes estaria assegurada a compra de oitenta mil toneladas a cada uma. De resto, este Conselho já discordou do princípio contido na alínea a) do despacho de queimar carrão forçadamente, num ofício dirigido à Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e no qual se resolveu o assunto do estabelecimento do estatuto do apoio térmico. O Senhor Engenheiro Vaz concorda em que se deve procurar uma





